



FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORDESTE - FNE

Relatório de Resultados e Impactos 1º SEMESTRE DE 2008



***Banco do
Nordeste***



Gabinete da Presidência do Banco do Nordeste do Brasil S.A

Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste – Etene

Ambiente de Estudos, Pesquisas e Avaliação

Célula de Avaliação de Políticas e Programas

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO.....	7
2. SUMÁRIO EXECUTIVO.....	8
3. POLÍTICAS REGIONAIS E O DESEMPENHO DA ECONOMIA DO NORDESTE.....	9
4. AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DO FNE.....	14
4.1 Contratações Setoriais.....	22
4.1.1 Setor Rural.....	23
4.1.1.1 Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Família (PRONAF).....	29
4.1.2 Setor Agroindustrial.....	36
4.1.3 Setor Industrial e Turismo.....	38
4.1.4 Setor Infra-estrutura.....	41
4.1.5 Setor Comercial e Serviços.....	44
4.2 Valores Programados e Valores Realizados.....	46
4.3 Impactos Redistributivos das Aplicações do FNE	48
4.3.1 Contratações por Estado.....	48
4.3.2 Contratações no Semi-Árido e Fora do Semi-Árido.....	54
4.3.3 Contratações por Porte de Beneficiário.....	57
4.3.4 Municípios Atendidos pelo FNE.....	59
4.4 Repasse do BNB a Outras Instituições.....	62
5. AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE, RESULTADOS E IMPACTOS DO FNE.....	71
5.1 Metodologia de Avaliação do FNE.....	71
5.2 Avaliação de Execução Global do FNE e de Resultados e Impactos do FNE-Comercial e Serviços e do FNE Industrial.....	74
5.2.1 Avaliação de Execução Global do FNE.....	77
5.2.2 Avaliação da Efetividade das Ações e Resultados e Impactos do FNE.....	82
5.3 Matriz de Insumo Produto do Nordeste – 2004.....	89
5.4 Avaliação do FNE com Metodologia de Matching com Propensity Score.....	91
5.4.1 Resultados.....	92
6. GESTÃO DO ATIVO OPERACIONAL.....	101
6.1 Inadimplemento das Operações.....	101
6.2 Recuperação de Crédito.....	103
7. RESULTADOS DOS ACOMPANHAMENTOS E FISCALIZAÇÕES DOS EMPREENDIMENTOS FINANCIADOS.....	104
7.1 Síntese das Visitas de Acompanhamento Realizadas no Primeiro Semestre de 2008.....	105
7.2 Ações Realizadas.....	106
7.3 Principais Ocorrências.....	106
8. RECOMENDAÇÕES DOS OFÍCIOS DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL.....	107
9. ANEXOS	116

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Taxa Média Anual de Crescimento do PIB – Nordeste e Brasil.....	11
Tabela 2 FNE - Desempenho Operacional e Propostas em Carteira Primeiro Semestre de 2008.....	14
Tabela 3 FNE - Prospecção de Negócios em 30.06.2008.....	18
Tabela 4 FNE - Demonstrativo do Patrimônio Líquido Primeiro Semestre de 2008.....	19
Tabela 5 FNE - Ingressos Mensais de Recursos Primeiro Semestre de 2008.....	19
Tabela 6 FNE - Demonstrativo das Variações das Disponibilidades Primeiro Semestre de 2008.....	21
Tabela 7 FNE - Participação Setorial nas Contratações (1).....	23
Tabela 8 FNE – Contratações (1) no Setor Rural Primeiro Semestre de 2008.....	24
Tabela 9 FNE - Setor Rural - Contratações (1) Estaduais Primeiro Semestre de 2008.....	28
Tabela 10 FNE - Contratações(1) no PRONAF Primeiro Semestre de 2008.....	34
Tabela 11 FNE – Contratações(1) no Setor Agroindustrial Primeiro Semestre de 2008.....	37
Tabela 12 FNE – Setor Agroindustrial - Contratações (1) Estaduais Primeiro Semestre de 2008.....	38
Tabela 13 FNE - Contratações (1) nos Setores Industrial e Turismo Primeiro Semestre de 2008.....	39
Tabela 14 FNE - Setor Industrial/Turismo - Contratações (1) Estaduais.....	41
Tabela 15 FNE - Contratações (1) por Atividade no Setor de Infra-estrutura Primeiro Semestre de 2008.....	42
Tabela 16 FNE - Contratações por Região no Setor de Infra-estrutura Primeiro Semestre de 2008.....	43
Tabela 17 FNE - Contratações (1) por Estado no Setor de Infra-estrutura Primeiro Semestre de 2008.....	43
Tabela 18 FNE - Contratações (1) por Atividade nos Setores Comercial e de Serviços Primeiro Semestre de 2008.....	44
Tabela 19 FNE - Contratações (1) por Região nos Setores Comercial e de Serviços Primeiro Semestre de 2008.....	45
Tabela 20 FNE - Contratações (1) por Porte nos Setores Comercial e de Serviços Primeiro Semestre de 2008.....	45
Tabela 21 FNE - Contratações (1) por Estado nos Setores Comercial e de Serviços Primeiro Semestre de 2008.....	46
Tabela 22 FNE - Contratações (1) Programadas e Realizadas, por Setor e Programa. Primeiro Semestre de 2008.....	47
Tabela 23 FNE - Contratações e Demanda de Recursos por Estado Primeiro Semestre de 2008.....	48
Tabela 24 FNE - Contratações (1) Acumuladas por Estado Período: 1989 ao Primeiro Semestre de 2008.....	49
Tabela 25 FNE - Contratações (1) Estaduais e Setoriais Primeiro Semestre de 2008.....	50
Tabela 26 FNE - Contratações(1) em Relação ao Número de Beneficiários.....	52
Tabela 27 FNE - Contratações (1) em Relação à População Residente.....	53
Tabela 28 FNE - Contratações (1) em Relação ao PIB dos Estados.....	53
Tabela 29 FNE - Contratações (1) Acumuladas por Região.....	54
Tabela 29.1 FNE - Contratações (1) por Região.....	55

Tabela 30 FNE - Contratações (1) Acumuladas por Região (Exclui o Estado do Maranhão).....	56
Tabela 30.1 FNE - Contratações (1) por Região (Exclui o Estado do Maranhão).....	57
Tabela 31 FNE - Contratações (1) Acumuladas por Porte de Beneficiários.....	58
Tabela 32 FNE - Beneficiários por Porte e Setor Primeiro Semestre de 2008.....	59
Tabela 33 FNE - Contratações (1) por Porte dos Beneficiários e Setor Primeiro Semestre de 2008.....	59
Tabela 34 FNE - Distribuição Territorial dos Recursos Primeiro Semestre de 2008.....	60
Tabela 35 FNE - Distribuição Territorial e Setorial dos Recursos.....	61
Tabela 36 FNE - Distribuição Territorial dos Recursos por Faixa de Valor Contratado.....	61
Tabela 37 FNE - Contratações por Tipo de Município (1) Primeiro Semestre de 2008.....	62
Tabela 38 FNE – Bancos Repassadores Primeiro Semestre de 2008.....	63
Tabela 39 FNE – Bancos Repassadores - Desempenho Operacional.....	63
Tabela 40 FNE – Bancos Repassadores Contratações (1) por Atividade no Setor Rural.....	65
Tabela 41 FNE – Bancos Repassadores Contratações (1) por Atividade nos Setores Industrial e Turismo.....	66
Tabela 42 FNE – Bancos Repassadores Contratações (1) por Atividade nos Setores Comercial e de Serviços	67
Tabela 43 FNE – Bancos Repassadores Contratações (1) por Região.....	68
Tabela 44 FNE – Bancos Repassadores Beneficiários por Porte e Setor.....	68
Tabela 45 FNE – Bancos Repassadores Contratações (1) por Porte do Beneficiário e Setor.....	69
Tabela 46 FNE – Bancos Repassadores Distribuição Territorial e Setorial dos Recursos.....	69
Tabela 47 FNE – Bancos Repassadores Contratações por Município no Primeiro Semestre de 2008.....	70
Tabela 48 FNE – Valores Orçados para o FNE e Valores Contratados para o Setor de Comércio e Serviços - 2001 a 2006.....	81
Tabela 49 Valores Contratados por Estado.....	82
Tabela 50 FNE - Repercussões Econômicas das Contratações no Nordeste Primeiro Semestre de 2008.....	90
Tabela 50.1 FNE – Impactos das contratações do FNE em atividades selecionadas, por estado.....	91
Tabela 51 Avaliação do FNE – Matching com Propensity Score.....	92
Tabela 52 Avaliação do FNE – Matching com Propensity Score.....	94
Tabela 53 Avaliação do FNE – Matching com Propensity Score.....	94
Tabela 54 Crescimento do Emprego – Empresas Financiadas FNE x Empresas RAIS.....	96
Tabela 55 Crescimento do Emprego – Empresas Financiadas FNE x Empresas RAIS.....	97
Tabela 56 Crescimento da Massa Salarial (R\$ Dez 2007).....	98
Tabela 57 Crescimento da Massa Salarial.....	99
Tabela 58 Crescimento do Salário Médio Empresas Financiadas FNE x Empresas RAIS.....	100
Tabela 59 Crescimento do Salário Médio.....	100
Tabela 60 FNE - Saldos em Atraso por Porte dos Beneficiários.....	101
Tabela 61 FNE - Saldos em Atraso por Setor.....	102

Tabela 62 FNE - Saldos em Atraso por Data de Contratação.....	103
Tabela 63 FNE - Recuperação de Dívidas (1).....	103

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 FNE – Ingressos Mensais de Recursos	20
Gráfico 2 FNE - Recursos Contratados por Setor.....	77
Gráfico 3 Recursos Orçados e Contratados.....	78
Gráfico 4 Repasses da STN e Recursos Contratados.....	78
Gráfico 5 FNE – Recursos Contratados por Estado.....	79
Gráfico 6 Situação Atual dos Empreendimentos Financiados.....	83
Gráfico 7 Comportamento da Taxa Anual de Crescimento do PIB do Brasil e do Nordeste.....	84
Gráfico 8 Crescimento do Estoque de Emprego Formal no Nordeste.....	85
Gráfico 9 Crescimento do Estoque de Emprego nas Empresas Financiadas pelo FNE.....	86
Gráfico 10 Crescimento do Estoque de Emprego nas Empresas Financiadas.....	87
Gráfico 11 Situação dos Empreendimentos Financiados pelo FNE.....	105

1. APRESENTAÇÃO

O Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB) encaminha ao Ministério da Integração Nacional o **Relatório de Resultados e Impactos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE**, referente ao primeiro semestre de 2008. Além da avaliação da execução do Programa, foram incorporados no referido relatório os resultados e impactos preliminares do FNE, utilizando-se algumas ferramentas de avaliação adotadas pelo BNB.

O BNB investiu, de 1989 a 2007 e em valores atualizados, aproximadamente R\$ 40,6 bilhões em recursos do FNE, dos quais, cerca da metade (R\$ 19,0 bilhões) foram aplicados nos últimos cinco anos. Especificamente no primeiro semestre de 2008, foram contratados R\$ 3,5 bilhões, representando cerca de 154 mil operações de crédito.

Em termos de distribuição de recursos, o Setor Rural absorveu R\$ 1,0 bilhão do total contratado pelo FNE no primeiro semestre de 2008, enquanto que o Setor de Comércio e Serviços ficou com R\$ 597,3 milhões. O segmento de Indústria/Turismo recebeu R\$ 812,6 milhões, o Setor de Infra-estrutura foi beneficiado com R\$ 901,8 milhões e o Setor Agroindustrial recebeu R\$ 148,3 milhões.

O BNB destinou, no primeiro semestre de 2008, R\$ 720,5 milhões aos mini e pequenos empreendedores, totalizando 442 mil beneficiários. A agricultura familiar, através do PRONAF, obteve R\$ 348,8 milhões. Foram aplicados no semi-árido R\$ 1,5 bilhão, de forma que 282 mil produtores, agricultores familiares e empreendimentos foram beneficiados com recursos do FNE nesse território do Nordeste.

O FNE contratou recursos em todos os estados de sua área de atuação, abrangendo 93,7% dos municípios desse espaço. Dessa forma, o BNB atribui representatividade ao FNE com o intuito de alavancar o desenvolvimento do Nordeste. Além disso, o Banco disponibiliza vários mecanismos de estruturação do desenvolvimento – a exemplo dos estudos, pesquisas sócio-econômicas e inovações tecnológicas adaptadas às condições da Região, particularmente do semi-árido, desenvolvidas e apoiadas pelo Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (ETENE) – para potencializar a aplicação dos recursos do Fundo.

Os resultados preliminares de avaliações do FNE realizadas pelo BNB, foram obtidos através da utilização dos instrumentos: a) Matriz de Insumo Produto; b) avaliação de impacto dos financiamentos realizados pelo FNE no estoque de empregos formais; c) avaliação com metodologia de *Matching* com *Propensity Score* e, d) avaliação da execução do FNE desde sua criação e de resultados e impactos dos Subprogramas FNE-Comércio e Serviços e FNE-Industrial através de pesquisa de campo.

2. SUMÁRIO EXECUTIVO

1. As operações contratadas com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE, no primeiro semestre de 2008, alcançaram o montante de R\$ 3,5 bilhões, representando cerca de 154 mil operações de crédito.
2. Em termos de demanda por recursos, ao final do Semestre, tinha-se um estoque de propostas em carteira no valor de R\$ 1,3 bilhão e ainda uma prospecção de negócios da ordem de R\$ 1,9 bilhão.
3. Setorialmente, os recursos do FNE foram distribuídos da seguinte forma: as atividades relacionadas com o meio rural absorveram R\$ 1,0 bilhão ou 29,7% do total contratado pelo FNE no Primeiro Semestre de 2008, enquanto que o setor de Comércio e Serviços ficou com R\$ 597,3 milhões (17,1% do total contratado). O segmento de Indústria/Turismo recebeu R\$ 812,6 milhões (23,2% do total contratado), o setor de Infra-estrutura foi beneficiado com R\$ 901,8 milhões (25,8% do total contratado) e o setor Agroindustrial recebeu R\$ 148,3 milhões (4,2% do total contratado).
4. As contratações no semi-árido, por sua vez, totalizaram R\$ 1,5 bilhão, de forma que aproximadamente 282 mil produtores, agricultores familiares e empreendimentos foram beneficiados com recursos do FNE nesse território do Nordeste.
5. Os mini e pequenos empreendedores receberam recursos da ordem de R\$ 720,5 milhões. Aproximadamente 442 mil beneficiários do FNE, no Primeiro Semestre de 2008, pertenciam a essa categoria.
6. A agricultura familiar, por meio do PRONAF, foi beneficiada com recursos do Fundo no total de R\$ 348,8 milhões. Os empréstimos do FNE beneficiaram cerca de 417 mil pessoas pertencentes a esse Programa.
7. O FNE contratou recursos em todos os Estados de sua área de atuação. No total, 1.864 municípios, ou 93,7% do total de municípios pertencentes à área de atuação do FNE, foram beneficiados com contratações do Fundo no Semestre.
8. Como resultado dos projetos financiados no Primeiro Semestre de 2008, estima-se um acréscimo de produção bruta regional da ordem de R\$ 6,2 bilhões, tendo por base o Modelo Econométrico de Insumo-Produto do Nordeste, utilizado pelo Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste – ETENE.
9. O estoque de emprego no Nordeste, em 2005, atingiu 5,8 milhões de postos de trabalho, sendo 164.023 empregos de empresas financiadas pelo FNE (empresas que obtiveram financiamentos no período 2000 a 2005), e 5,6 milhões daquelas não financiadas pelo FNE (no mesmo

período). Admite-se, portanto, que o FNE tenha contribuído para a criação ou manutenção de aproximadamente 164 mil empregos diretos no Nordeste nesse período.

10. Avaliação recente, utilizando-se a metodologia de *Matching* com *Propensity Score*, abrangendo o período de 2003 a 2006, resultou que de cada 10 novos empregados contratados no primeiro ano após o financiamento, 8 foram devidos ao FNE. Considerando apenas as empresas com até 50 empregados, este resultado se repete em todos os anos, sendo que para cada 5 novos empregos gerados, 3 deles foram devidos ao FNE. Em relação à massa salarial, os impactos também foram significativos, atingindo 75% do total de geração de renda no primeiro ano após o financiamento, e 71% quando consideradas as empresas com até 50 empregados.
11. Resultados preliminares de uma avaliação da execução do FNE desde sua criação, em 1989, até 2007, evidenciam que o FNE destinou 43,2% dos recursos ao Semi-Árido; aos mini e pequenos produtores foram dirigidos 48% dos recursos; e todos os estados receberam, no mínimo 4,5% dos valores aplicados, exceto o Espírito Santo e, no máximo, 29,1% dos recursos, estes destinados à Bahia. O Setor de Infra-estrutura ultrapassou, nos anos de 2004 a 2006, o limite de financiamento, outrora fixado em 10%. Quanto ao setor de Comércio e Serviços, este limite, também fixado em 10% em tempos anteriores, foi ultrapassado nos anos de 2004 e 2006. Observa-se que atualmente que o limite de financiamento é inexistente para o Setor de Infra-estrutura. Quanto ao Setor de Comércio e Serviços, este limite elevou-se para até 20%, podendo chegar a até 30%.
12. A Avaliação de resultados e impactos dos subprogramas FNE-Comércio e Serviços e FNE-Industrial, abrangendo o período de 2000 a 2006, apontam resultados preliminares em relação ao faturamento das empresas financiadas, tendo este se elevado em, no mínimo, 33,2% e máximo de 93,3% em relação ao faturamento antes do financiamento do FNE. Considerando a região Semi-Árida, o crescimento do faturamento médio das empresas foi de 118,6%. A média das ocupações nas empresas pesquisadas cresceram 95,2% em relação ao momento anterior ao financiamento do FNE.

3. POLÍTICAS REGIONAIS E O DESEMPENHO DA ECONOMIA DO NORDESTE

O Nordeste brasileiro ocupa uma área de 1,5 milhão de km², equivalente a 19,5% do território nacional. Expressivo bolsão semi-árido cobre a Região no interior, estendendo-se do Piauí até a Bahia, e representando aproximadamente 49,6% do território da Região. O semi-árido compreende as bacias do Parnaíba e São Francisco, além do sertão meridional e setentrional. O cerrado conta com a segunda superfície (17,0% do Nordeste), e compreende o oeste do Maranhão, Piauí e Bahia. O litoral-mata corresponde a 13,9% do território do Nordeste, configurando-se na estreita faixa ocidental que se estende do Maranhão à Bahia.

A pré-amazônia (10,0% do Nordeste) está circunscrita ao Estado do Maranhão. O agreste estende-se do Rio Grande do Norte à Bahia (9,5% do Nordeste).

O Nordeste abriga 51,0 milhões de habitantes, de acordo com a estimativa do IBGE-PNAD (2003), cerca de 28,0% da população brasileira. A Região vem experimentando, a partir de 1970, importantes transformações na sua composição demográfica, tanto em termos de estrutura etária quanto na repartição setorial. A título de ilustração, o censo do IBGE em 2000 constatou que a população do Nordeste cresceu à taxas inferiores à média brasileira no período 1991-2000 (1,3% a.a. e 1,6% a.a., respectivamente).

A população regional está ficando mais velha, com progressiva redução relativa dos habitantes de faixas etárias mais jovens e aumento do número de indivíduos nas faixas etárias mais velhas. De outra parte, está ocorrendo um intenso processo de urbanização, isto é, um aumento considerável da proporção da população urbana no total dos moradores (69,0% em 2000 contra 34,2% em 1960).

O censo verificou ainda uma tendência à redução do déficit migratório do Nordeste para outras regiões do Brasil, tendo-se observado inclusive aumento do número de emigrantes do Sudeste com destino ao Nordeste. Contudo, a partir da década de 1980, as migrações intra-regionais (campo-cidade) passaram a apresentar crescente importância.

Em termos econômicos e de acordo com o IBGE, o PIB da Região alcançou R\$ 280,5 bilhões em 2005, representando 13,1% do produto brasileiro, enquanto que o PIB *per capita* (R\$ 5,5 mil) correspondia a 47,0% da renda *per capita* do Brasil.

A Região experimentou excelente desempenho econômico entre 1970 e 1980, ocasião em que o PIB regional cresceu a 8,7% ao ano em média, tendo superado a taxa de crescimento do Brasil como um todo (8,6%). A partir da década de 1980, contudo, as taxas de crescimento declinaram, por conta das grandes dificuldades econômicas vivenciadas pelo Brasil, a exemplo da crise da dívida externa e elevados índices de inflação, com rebatimentos nas crises fiscal e financeira do País, e a conseqüente adoção de políticas restritivas ao crescimento.

Contudo, mesmo no período das chamadas décadas perdidas (1980-1990 e 1990-2000) a economia nordestina apresentou, em alguns períodos, incremento médio anual superior à média brasileira. A partir de 2000, o desempenho do PIB do Nordeste retomou um patamar razoável de crescimento, superior à média brasileira, até 2006, embora ainda inferior em relação aos excelentes números obtidos na década de 1970 (Tabela 1). Considerando-se o período 1970 a 2007, os PIBs do Nordeste e Brasil cresceram 367,9% e 328,2%, respectivamente.

Tabela 1
Taxa Média Anual de Crescimento do PIB – Nordeste e Brasil

Período	Nordeste (%)	Brasil (%)
1970-1980	8,7	8,6
1980-1990	2,3	1,6
1990-2000	2,0	2,5
2000-2005	4,1	2,8
2006 ⁽¹⁾	4,1	3,8
2007 ⁽¹⁾	4,7	5,2

Fontes: Fundação Getúlio Vargas - FGV / Centro de Contas Nacionais - IBRE (1970 a 1984) para o Brasil. Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE/DPG/PSE (1970 a 1984) para o Nordeste. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE / Contas Regionais (a partir de 1985).
Nota: (1) Valores estimados pelo ETENE.

No que se refere aos grandes setores produtivos nordestinos, verificou-se que nos últimos 50 anos a economia da Região passou por intenso processo de modernização. Assim é que em 1970, o setor agropecuário representava 22,4% do produto regional, comércio (19,4%), indústria (18,3%), e os demais serviços (39,9%). Em 2000, por sua vez, a composição do produto regional passou a ser: outros serviços (51,6%), indústria (28,0%), agropecuária (11,0%) e comércio (9,4%).

A participação da agropecuária no total do PIB regional sofreu redução, embora a agropecuária tenha se expandido, particularmente a agricultura irrigada (voltada para a produção de frutos e vegetais, inclusive para exportação), pecuária leiteira, avicultura, caprinocultura e ovinoculturas, além do aumento da produção de grãos (arroz, milho e soja).

A participação da indústria no PIB do Nordeste aumentou, merecendo destaque os segmentos químico e petroquímico, papel e celulose, veículos, material elétrico, metal-mecânica, telecomunicações, têxteis e confecções, calçados, extração de minerais, produtos alimentícios e bebidas, além da siderurgia. Referidas indústrias praticamente inexistiam no Nordeste até meados do século XX.

Quanto aos serviços, cabe registrar o surgimento de segmentos complexos e dinâmicos, a exemplo de comunicações, tecnologia da informação, educação, saúde, turismo, atividades culturais e de lazer, transporte e armazenagem, além da expansão dos setores de alojamentos e alimentação, estabelecimentos comerciais modernos (hiper e supermercados, lojas de conveniência, shopping centers e lojas de departamento), serviços de logística, de planejamento e consultorias, arquitetura, engenharia e construção civil e instituições financeiras.

A infra-estrutura do Nordeste expandiu-se e foi aperfeiçoada, especialmente no que se refere a geração e distribuição de energia elétrica, telecomunicações, rodovias, terminais aeroportuários, sistemas de armazenamento, tratamento e

distribuição de água, redes de esgotos sanitários, centros hospitalares, universidades, sistemas de coleta de lixo e equipamentos de lazer.

Importantes mudanças ocorreram também na pauta de exportação do Nordeste. A participação de produtos industrializados cresceu em comparação com os chamados produtos básicos. De acordo com dados do Ministério da Indústria e Comércio Exterior, a participação da exportação de produtos industrializados aumentou de 45,1% (em 1980) para 79,9% (em 2000). Ocorreram ainda mudanças na tipologia dos produtos industrializados exportados, pois a Região passou a exportar itens tecnologicamente mais avançados, a exemplo de veículos, produtos petroquímicos, metalúrgicos, material elétrico e de telecomunicações, além de softwares e demais produtos da tecnologia da informação.

O Nordeste melhorou substancialmente seus indicadores sociais entre 1960 e 2003. De acordo com o IBGE, a taxa de mortalidade infantil foi reduzida de 154,9 por mil nascidos vivos para 41,7 por mil; a taxa de analfabetismo diminuiu de 59,3% para 23,2%; e a esperança de vida do nordestino aumentou de 43,5 para 66,7 anos. Os indicadores de saneamento básico urbano também registraram substancial melhoria, tanto que o percentual de domicílios urbanos com canalização interna de água aumentou de 70,6% em 1970 para 83,3% em 2003; e o percentual de domicílios urbanos com coleta de lixo passou de 56,2% para 74,4% no mesmo período; A rede coletora de esgotamento sanitário passou de 19,3% dos domicílios em 1970 para 34,7% em 2003. Conforme o PNUD, em 1970 o IDH do Nordeste era de apenas 0,299 (IDH classificado como baixo, de acordo com os parâmetros estabelecidos pelas Nações Unidas), tendo alcançado 0,682 em 2000, ou seja, IDH médio conforme as Nações Unidas.

Considerando a modernização do quadro sócio-econômico do Nordeste nos últimos 50 anos, percebe-se que a Região respondeu aos instrumentos de política regional, especialmente àqueles implementados a partir de meados do século XX. Nesse sentido, a Região possui oportunidades e potencialidades que podem ser utilizados para alavancar um novo ciclo de desenvolvimento econômico.

Por outro lado, o Nordeste apresenta algumas singularidades em relação às demais regiões brasileiras. Além da questão da base geo-climática ser caracteristicamente semi-árida em praticamente metade do território do Nordeste, os indicadores de desenvolvimento humano são ainda precários, a exemplo das condições sanitárias, de saúde e de escolaridade. A taxa de mortalidade infantil no Nordeste é cerca de duas vezes a do Sudeste, refletindo um déficit social elevado na Região.

Tendo em vista a persistência das desigualdades intra e inter-regionais e do elevado nível de pobreza ainda existente na Região, advoga-se que o Nordeste necessita de políticas que contribuam para avançar as transformações estruturais, a exemplo de um amplo programa de reforma agrária, massificação da educação, ampliação da geração de empregos e consolidação de programas sociais. Referidas transformações estruturais devem ser acompanhadas por uma ampliação da oferta de crédito e de financiamentos para o setor produtivo.

A persistência das desigualdades inter-regionais ocorrem tendo em vista ainda a existência dos chamados “vazamentos” econômicos e financeiros. Nesse sentido, o Nordeste tem sido a Região que mais transferiu renda para outras áreas do País, sendo fortemente penalizado pelo funcionamento do sistema financeiro nacional.

Os Bancos que atuam no Nordeste têm sido responsáveis pela transferência de parte da poupança nordestina para as outras regiões, no processo de intermediação financeira. Conforme estudo elaborado pelo ETENE, no período de dezembro de 2001 a novembro de 2007, o Nordeste foi a região que mais transferiu poupança para outras áreas, pois sua relação depósito/operação de crédito alcançou, na média, 1,53. Isso significa que para cada R\$ 1,53 de depósito captado foi aplicado apenas R\$ 1,00 na economia nordestina, sob a forma de operação de crédito.

O Sudeste foi o grande absorvedor de poupanças. Para cada R\$ 1,00 de operação de crédito que foi realizada, a Região contribui com apenas R\$ 0,91 de poupança captada internamente, necessitando de recursos de outras áreas para complementar o financiamento de suas operações de crédito.

Comparando-se as perdas do Nordeste com o saldo das operações de crédito do FNE, chega-se a resultados surpreendentes. Em dezembro de 1996, a estimativa das transferências realizadas pelo funcionamento do sistema bancário correspondeu a 2,02 vezes o valor do saldo das operações do FNE. Na média dos anos em que houve perdas para o Nordeste, essa relação alcançou 1,36. Isso significa que o saldo das operações do FNE deveria, em média, experimentar um crescimento de 36,0%, apenas para compensar as transferências verificadas pelo processo de intermediação financeira. Dito de outra forma, o FNE, isoladamente, não foi capaz de compensar as perdas registradas e a Região continua em desvantagem.

A atuação do Banco do Nordeste, por sua vez, tem sido diferenciada. Para o BNB, a relação depósitos/operações de crédito, sem incluir as operações com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE, alcançou 0,33, na média do período em análise, a mais baixa dentre todas as instituições de crédito que atuam na Região, indicando que para cada R\$ 1,00 de operação de crédito realizada pelo BNB é captado apenas R\$ 0,33 de depósito para o seu financiamento.

Dessa forma, enquanto os demais bancos que atuam no Nordeste captam mais depósitos do que aplicam na Região, o BNB exerce um papel oposto, aplicando maior volume de recursos quando comparado com a captação. Entretanto, a sua atuação não chega a ser suficiente para equilibrar essa balança e o resultado líquido continua desfavorável para o Nordeste.

O resultado anterior é altamente relevante, na medida em que mostra a importância estratégica do FNE para corrigir a distorção provocada pelo funcionamento do sistema bancário regional, neutralizando parcialmente a drenagem de recursos então apontada. Entretanto, essa inclusão não é apropriada, uma vez que a fonte de recursos do FNE não é o sistema bancário,

mas sim recursos oriundos do Orçamento da União, aportados anualmente pelo Governo Federal, originários do Imposto de Renda e Imposto sobre Produtos Industrializados, arrecadados nacionalmente.

Os resultados apresentados são extremamente relevantes, na medida em que mostram o papel estratégico exercido pelo BNB, que dentre suas funções clássicas de banco de fomento, também destaca-se a capacidade de atenuar as transferências de recursos para outras regiões, realizada pelo funcionamento da intermediação financeira. Referidos resultados colocam em relevo a importância do BNB no processo de atenuação das desigualdades regionais, tornando a sociedade nordestina credora para reclamar do Governo Federal maior fortalecimento político, institucional e financeiro para a referida instituição de crédito.

4. AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DO FNE

As contratações do FNE no primeiro semestre de 2008 somaram em torno de R\$ 3,5 bilhões, registrando um incremento de 69,9% em relação ao mesmo período de 2007, ocasião em que foram contratados de R\$ 2,1 bilhões. O total das contratações do FNE nesse período, excluindo-se o PRONAF, situou-se em torno de R\$ 3,1 bilhões, com incremento de 106,0% em relação ao primeiro semestre de 2007, quando essas aplicações foram da ordem de R\$ 1,5 bilhão (Tabela 2).

Esses resultados se devem ao crescimento das aplicações em todos os setores, em relação ao mesmo período de 2007: Agroindústria (121,0%); Indústria e Turismo (87,2%), Infra-Estrutura (160,9%) e Comércio e Serviços (112,8%). O Setor Rural obteve incremento de 11,4% das aplicações. Referido desempenho reflete o contínuo esforço do BNB em melhorar a sua performance operacional e ao mesmo tempo o favorável momento vivenciado pela economia brasileira, que tem encorajado os agentes econômicos a investirem.

Tabela 2
FNE - Desempenho Operacional e Propostas em Carteira
Primeiro Semestre de 2008

Valores em R\$ mil

Setores e Programas	Contratações (1)				Valor das Propostas em Carteira (2)
	Nº de Operações	Quant. Benef.	Valor	%	
RURAL	145.779	436.179	1.036.303	29,7	343.891
Programa de Apoio ao Desenvolvimento Rural (RURAL)	6.558	18.568	585.583	16,7	199.652
Programa de Apoio à Agricultura Familiar (PRONAF - Grupo A)	3.465	10.395	51.894	1,6	8.993
Programa de Apoio à Agricultura Familiar (PRONAF – Grupo B)	111.163	333.489	156.302	4,5	16.690
Programa de Apoio à Agricultura Familiar (PRONAF – Grupo C)	15.620	46.860	76.427	2,2	8.137
Programa de Apoio à Agricultura Familiar (PRONAF - Grupo D)	3.348	10.044	38.248	1,1	5.684

Setores e Programas	Contratações (1)				Valor das Propostas em Carteira (2)
	Nº de Operações	Quant. Benef.	Valor	%	
Programa de Apoio à Agricultura Familiar (PRONAF - Demais Grupos)	5.533	16.599	25.945	0,7	2.550
Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Aquicultura e Pesca do Nordeste (AQUIPESCA)	42	99	14.687	0,4	5.658
Financiamento à Conservação e Controle do Meio Ambiente (FNE-VERDE)	50	125	87.217	2,5	96.527
Financiamento da Ampliação e Modernização da Frota Pesqueira Nacional (PROFROTA PESQUEIRA)	-	-	-	-	-
AGROINDUSTRIAL	86	86	148.287	4,2	69.449
Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Agroindústria Alimentar (AGRIN)	86	86	148.287	4,2	69.449
INDUSTRIAL E TURISMO	1.175	1.175	812.602	23,2	508.941
Programa de Apoio ao Setor Industrial do Nordeste (INDUSTRIAL)	1.090	1.092	507.141	14,5	194.748
Programa de Apoio ao Turismo Regional (PROATUR)	76	76	108.685	3,1	124.988
Financiamento à Conservação e Controle do Meio Ambiente (FNE-VERDE)	5	5	195.384	5,6	188.986
Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico (PRODETEC)	2	2	1.336	-	-
Programa de Financiamento à Cultura (PROCULTURA)	2	-	56	-	219
INFRA-ESTRUTURA	10	10	901.819	25,8	-
Programa de Financiamento à Infra-Estrutura Complementar da Região Nordeste (PROINFRA)	10	10	901.819	25,8	-
COMÉRCIO E SERVIÇOS	6.851	6.851	597.325	17,1	380.065
Programa de Financiamento para os Setores Comercial e de Serviços	6.851	6.851	597.325	17,1	380.065
Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico (PRODETEC)	-	-	-	-	-
Total	153.901	444.301	3.496.336	100,0	1.302.346

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito e BNB - Ambiente de Coordenação Executiva e Institucional.

Notas: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. (2) Valor do estoque das propostas em carteira ao final do período.

Os Setores Rural e Agroindustrial absorveram, em conjunto, soma de recursos em torno de R\$ 1,2 bilhão, representando 33,9% do total contratado do FNE no período sob análise. O Setor Indústria e Turismo, teve contratações da ordem de R\$ 812,6 milhões ou 23,2% do FNE total. No Setor de Infra-estrutura foram contratados R\$ 901,8 milhões ou 25,8% das contratações do FNE, enquanto no Setor Comércio e Serviços o volume de recursos contratados no primeiro semestre de 2008 foi de R\$ 597,3 milhões ou 17,1% das contratações do FNE. Foram beneficiados 444 mil produtores e empresas no Primeiro semestre de 2008. Acrescente-se que 99,7% dos beneficiários pertenciam à categoria de mini, micro e pequenos produtores atuantes no meio rural.

O Setor Rural continuou sendo no primeiro semestre de 2008 o setor com maior participação nas aplicações do FNE, com valor contratado da ordem de R\$ 1,0 bilhão, representando 29,7% das aplicações do Fundo. Desse montante, R\$ 585,6 milhões foram contratados no âmbito do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Rural (RURAL), com participação de 56,5% no Setor Rural e com 16,7% no FNE total e incremento de 69,8% em relação ao mesmo período de

2007. No âmbito do PRONAF foram contratados R\$ 348,8 milhões, representando 33,7% das contratações do FNE no Setor Rural e cerca de 10,0% das contratações do FNE total, com queda de 33,7% das suas contratações em relação ao mesmo período de 2007.

Ainda no Setor Rural, destacam-se as aplicações realizadas no pelo Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Aqüicultura e Pesca do Nordeste (AQUIPESCA), tendo sido contratados cerca de R\$ 14,7 milhões, correspondendo a 1,4% das aplicações do setor rural e a 0,4% das aplicações totais do FNE, no período, com redução das aplicações em 53,2% comparado ao mesmo período de 2007. O FNE - VERDE obteve contratações da ordem de R\$ 87,2 milhões, participou com 8,4% das contratações do setor e com 2,5% das contratações do FNE total, com incremento de 248,3% em relação ao mesmo período do ano anterior. No Programa PROFROTA PESQUEIRA, não houve contratação de operações, repetindo a baixa performance do mesmo período de 2007, quando foi contratada apenas uma operação.

As contratações no Setor Agroindustrial somaram R\$ 148,3 milhões de recursos aplicados no Primeiro Semestre de 2008, representando 4,2% das contratações totais do FNE, obtendo incremento de 121,0% em relação ao mesmo período de 2007.

As contratações do FNE no Setor Industrial e Turismo, foram da ordem de R\$ 812,6 milhões no primeiro semestre de 2008, dos quais R\$ 507,1 milhões aplicados no Programa de Apoio ao Setor Industrial, representando 62,4% das contratações do Setor industrial e 14,5% das contratações globais do FNE no período, com incremento de 21,2% em relação às contratações do mesmo período de 2007. Quanto ao Programa de Apoio ao Turismo Regional (PROATUR), foram contratados cerca de R\$ 108,7 milhões, representando 13,4% das contratações do Setor e 3,1% das contratações do FNE no período sob análise, com incremento de 595,8% em relação ao mesmo período de 2007. O Financiamento à Conservação e Controle do Meio Ambiente (FNE – VERDE), foi contemplado com recursos da ordem de R\$ 195,4 milhões, representando 24,0% das contratações do setor e 5,6% das contratações do FNE, com excepcional performance, considerando-se que no mesmo período de 2007 não foram registradas contratações nesse Programa. O PRODETEC, seja no âmbito do Setor Industrial e Turismo, no qual foram contratadas duas operações no valor de R\$ 1,3 milhões, ou no Setor Comércio e Serviços, que não registrou contratação, apresenta performance similar à verificada no primeiro semestre de 2007, com visível dificuldade na geração de demanda para esta linha de crédito.

As aplicações em Infra-Estrutura, através do Programa de Financiamento à Infra-Estrutura Complementar da Região Nordeste (PROINFRA) somaram R\$ 901,8 milhões, representando 25,8% das aplicações do FNE, com incremento de 160,9% em relação ao mesmo período de 2007. Em relação ao Setor de Comércio e Serviços, as contratações atingiram R\$ 597,3 milhões, totalizando 17,1% dos recursos aplicados pelo FNE e incremento de 112,8% em relação a mesmo período de 2007.

Diante das observações acima realizadas, verifica-se que o Primeiro Semestre de 2008 apresentou excelentes resultados operacionais, confirmando-se em quase todos os Setores. Apontam-se, a seguir, alguns fatores relevantes para o entendimento do desempenho apresentado pelo FNE:

1. Os excelentes resultados operacionais do semestre sob análise vêm sendo obtidos mesmo considerando o contínuo esforço e ações do BNB em aprimorar seus processos de crédito, dentre as quais destacam-se: i) o maior rigor na seleção de clientes e ii) ênfase no acompanhamento e monitoramento das operações com vistas a mitigar riscos e aumentar a margem de retorno dos ativos;
2. Somam-se às condicionantes de âmbito interno para os favoráveis resultados, o cenário econômico atual e suas perspectivas, ante o clima de confiança institucional e de otimismo dos agentes nos bons indicadores da economia brasileira para os próximos períodos, mesmo diante de variáveis externas adversas – a crise de crédito imobiliário americana, por exemplo;
3. O PRONAF, a despeito da retração nas suas aplicações quando comparadas às de igual período do ano anterior, continua sendo um Programa de grande importância e alvo das prioridades do Banco, conforme espelham seus números nesse primeiro semestre de 2008. Ademais, a retração das contratações demonstra, além do zelo do BNB em relação aos recursos do FNE, a adequada aplicação das orientações emitidas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, em relação aos créditos inadimplidos nos municípios;
4. O FNE-VERDE, tanto no Setor Rural quanto no Setor Industrial obteve boa performance e evolução positiva não só em relação ao primeiro semestre de 2007, mas em relação aos períodos anteriores, demonstrando uma posição cada vez mais firme do BNB em relação à questão ambiental;
5. Dentre os Programas que apresentaram desempenho inferior ao período anterior destacam-se: i) o AQUIPESCA, cujo desempenho está relacionado à crise no mercado da carcinicultura. Isso tem exigido forte ajustamento das empresas do setor que estão redefinindo seu foco para o mercado interno. Trata-se de uma situação conjuntural, com possibilidade de retomada dos investimentos no curto e médio prazos; ii) PROFROTA PESQUEIRA, um Programa que enfrenta problemas em virtude de particularidades do setor; iii) o PRODETEC - mais uma vez se confirma o baixo desempenho desse Programa, indicando a necessidade de se reavaliar o seu formato, de modo a torná-lo atrativo aos potenciais usuários; iv) o PROCULTURA é um Programa novo, não permitindo, ainda, se fazer uma análise dos seus resultados.

Com relação à demanda por recursos do Fundo, ao final do Primeiro Semestre de 2008, o estoque de propostas em carteira (pendentes de análise e / ou em fase de contratação) totalizou R\$ 1,3 bilhão. Referidas propostas estão distribuídas da seguinte forma: 39,1% do Setor Industrial/Turismo; 29,2% do Setor Comércio e Serviços; 26,4% do Setor Rural e 5,3% do Setor Agroindustrial. O Setor de Infra-estrutura não apresentava demanda ao final do semestre (tabela 2).

Cabe esclarecer que esse montante de R\$ 1,3 bilhão refere-se apenas às propostas que já se encontram em tramitação no BNB.

Além das propostas em carteira, existem prospecções de negócios da ordem de R\$ 1,9 bilhão, destacando-se como estados com maiores volumes de prospecções por ordem: Pernambuco (R\$ 619,7 milhões), Bahia (R\$ 383,5 milhões), Ceará (R\$ 355,4 milhões) e Maranhão (R\$ 234,9 milhões). Em conjunto, esses estados apresentaram em 30.06.2008, volume de negócios prospectados de aproximadamente R\$ 1,6 bilhão, representando 82,1% dos negócios em vias de realização (Tabela 3).

Tabela 3
FNE - Prospecção de Negócios em 30.06.2008

Valores em R\$ mil	
Estados	Projetos em Negociação ^{(1) (2)}
Alagoas	73.262
Bahia	383.470
Ceará	355.395
Espírito Santo	47.204
Maranhão	234.886
Minas Gerais	110.998
Paraíba	11.026
Pernambuco	619.684
Piauí	16.187
Rio Grande do Norte	18.858
Sergipe	69.592
Total	1.940.562

Fonte: BNB – Área de Negócios.

Notas: (1) Referem-se a valores a financiar, por projeto, acima de R\$ 1,0 milhão; (2) Cartas-consultas aprovadas, não contratadas, até 30.06.2008.

O patrimônio líquido do Fundo aumentou de R\$ 22,3 bilhões, em 31.12.2007, para R\$ 24,0 bilhões em 30.06.2008, apresentando crescimento nominal de 7,8% no presente Semestre. Referido acréscimo decorreu principalmente do aumento de ingressos de recursos oriundos da Secretaria do Tesouro Nacional / Ministério da Integração Nacional (Tabela 4).

Tabela 4
FNE - Demonstrativo do Patrimônio Líquido
Primeiro Semestre de 2008

		Valores em R\$ mil
(1) Até 31.12.2007		22.292.717
. Recebido da STN/Ministério da Integração Nacional		21.134.322
. Resultados/Outros Valores		1.158.395
(2) No Exercício de 2008		1.736.646
. Recebido da STN/Ministério da Integração Nacional		1.948.663
. Resultado do Exercício		(210.680)
. Ajustes de Resultados de Exercícios Anteriores		(1.337)
Patrimônio Total em 30.06.2008 (1) + (2)		24.029.363

Fonte: BNB – Ambiente de Controladoria.

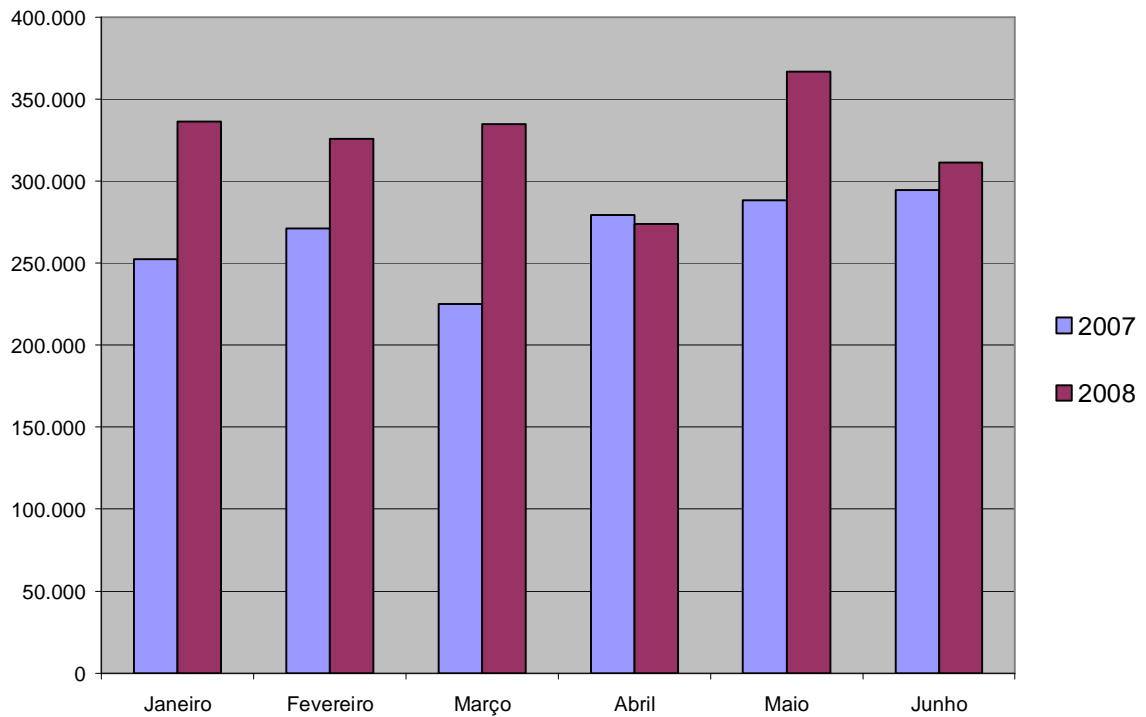
No primeiro semestre de 2008, o Ministério da Integração Nacional repassou ao BNB recursos transferidos pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) para crédito ao FNE, da ordem de R\$ 1,9 bilhão (Tabela 5 e Gráfico 1), com acréscimo de 24,5% em relação ao primeiro semestre de 2007, cujos repasses foram da ordem de R\$ 1,6 bilhão. O incremento nos repasses de recursos ocorreu em função do crescimento da atividade econômica do País, além do aperfeiçoamento nos sistema de arrecadação tributária, contribuindo assim para gerar maior volume de repasses em benefício do FNE.

Tabela 5
FNE - Ingressos Mensais de Recursos
Primeiro Semestre de 2008

		Valores em R\$ mil
Mês	Ingressos	Ingressos Acumulados
Janeiro	336.217	336.217
Fevereiro	325.912	662.129
Março	334.677	996.806
Abril	273.830	1.270.636
Maiο	366.588	1.637.224
Junho	311.439	1.948.663

Fonte: BNB - Ambiente de Controladoria.

Gráfico 1
FNE – Ingressos Mensais (R\$ Mil) de Recursos
Primeiro Semestre de 2007 e 2008



Fonte: BNB – Ambiente de Controladoria.

Os reembolsos dos recursos emprestados aumentaram de R\$ 965,7 milhões no primeiro semestre de 2007, para R\$ 1,3 bilhão no primeiro semestre de 2008, com incremento nominal de 33,4%. As disponibilidades do FNE apresentaram acréscimo ao final do primeiro semestre de 2008, de 29,1% em relação ao final do primeiro semestre de 2007. Mencionadas disponibilidades totalizaram R\$ 5,0 bilhões ao final do primeiro semestre de 2008, dos quais R\$ 3,2 bilhões representados por valores a liberar por conta de operações já contratadas, restando, pois, em torno de R\$ 1,8 bilhões para contratação de novos financiamentos (Tabela 6).

Tabela 6
FNE - Demonstrativo das Variações das Disponibilidades
Primeiro Semestre de 2008

	Valores em R\$ mil
Disponibilidades em 31.12.2007	4.452.552
Disponibilidades para Novas Contratações	2.367.399
Recursos a Liberar por Conta de Financiamentos Contratados	2.085.153
Disponibilidades em 30.06.2008	5.072.322
Disponibilidades para Novas Contratações	1.856.827
Recursos a Liberar por Conta de Financiamentos Contratados	3.215.495
Variação das Disponibilidades	619.770
- Transferências da STN/Ministério da Integração Nacional	1.948.663
- Remuneração das Disponibilidades	247.279
- Reembolsos (Amortizações/Liquidações)	1.288.423
- Parcela de Risco Coberta pelo BNB	59.660
- Desembolsos de Operações Contratadas	(2.284.084)
- Taxa de Administração	(337.968)
- Del Credere do BNB	(185.808)
- Del Credere de Outras Instituições	(1.766)
- Remuneração do BNB sobre Operações PRONAF	(28.444)
- Prêmio de Performance do BNB sobre Operações PRONAF	(24)
- Auditoria Externa	(23)
- Rebate de Principal de Ops. Lei 10.193/2001 – FAT/BNDES -Estiagem 98	(292)
- Bônus/Dispensas Ops. em Prej. - Parcelas Risco BNB - Reneg. Lei 11.322	(1.269)
- Cobertura de Op. Crédito por Fundos de Aval	262
- Cobertura de Op. Crédito pelo PROAGRO	5.461
- Encargos por Inadimplência Transferidos para o BNB	(401)
- Conversão de Operações para o FNE - Lei 10.464/10.696	(3.229)
- Recebimento de Valores Baixados como Prejuízo	11.750
- Renegociação Parcelas Baixadas Ativo - Risco BNB	(8.998)
- Aquisição de Opers. pelo FNE - Lei 11.322	(25.052)
- Dispensa Valores - Aquisição de Opers. pelo FNE - Lei 11.322	(12.295)
- Aquisição Operações BNB Outras Fontes - MP 432	(49.487)
- Outros Eventos	(2.588)
Total	619.770

Fonte: BNB - Ambiente de Controladoria.

4.1 Contratações Setoriais

As contratações setoriais do FNE no Primeiro Semestre de 2008 sofreram algumas alterações quando comparadas com o primeiro semestre de 2007, com forte incremento nas aplicações em todos os setores. O meio rural continuou recebendo tratamento diferenciado por parte do Banco do Nordeste, de forma que as aplicações rurais continuaram se destacando no quadro de financiamentos do Fundo. Assim é que cerca de 29,7% do total contratado foram investidos no Setor Rural. O fortalecimento do meio rural é crucial para o desenvolvimento sustentável das economias do Nordeste, norte de Minas Gerais e norte do Espírito Santo, objetivando inclusive a redução das migrações do campo para as cidades. Afora isso, a crise mundial de alimentos tem exigido amplo esforço do Governo Federal no apoio à agricultura, estratégico não apenas para atender à demanda, mas também para conter o processo inflacionário. Portanto o BNB, por intermédio do FNE, assume na sua área papel cada vez mais importante como agente do Governo Federal para a Região, no cumprimento dessa estratégia de superação da crise de alimentos, uma oportunidade para os agentes de negócios do meio rural (Tabela 7).

Diferentemente do segundo semestre de 2007, quando os Setores Industrial/Turismo, Infra-estrutura e Comércio e Serviços ocupavam a segunda, terceira e quarta colocações no *ranking* das aplicações setoriais, respectivamente, no primeiro semestre de 2008 o setor de Infra-estrutura assume a segunda colocação com 25,8% das aplicações do Fundo. O Setor de Indústria e Turismo, mesmo com crescimento de sua participação nas aplicações do Fundo, passando de 21,1% no primeiro semestre de 2007 para 23,2% no primeiro semestre de 2008, cai para terceira posição. O setor Comércio e Serviços embora tenha ampliado de 13,6% no período anterior para 17,1% sua participação nas aplicações do FNE, continua ocupando o quarto lugar no volume relativo de aplicações ao final do primeiro semestre de 2008. Não obstante, a evolução verificada neste setor se justifica pela importância do setor terciário para a Região, tendo em vista sua expressiva participação no PIB regional (aproximadamente 60,0% do PIB do Nordeste) e na geração de empregos.

O Setor Agroindustrial, no que pese continuar ocupando a 5ª posição nas aplicações do FNE, ampliou sua participação de 3,3% no primeiro semestre de 2007, para 4,2% no período sob análise. As primeiras contratações do FNE em Infra-estrutura foram realizadas no ano de 2004, observando-se desde então significativa participação desse Setor. Essa afirmação tem sustentação no substancial crescimento de suas aplicações, passando de 16,8% no primeiro semestre de 2007 para 25,8% no total de aplicações do FNE no primeiro semestre de 2008. Trata-se de um considerável aporte de recursos na ampliação e modernização da infra-estrutura da área de atuação do Fundo, de fundamental importância para o aumento da competitividade do setor produtivo regional (Tabela 7).

Tabela 7
FNE - Participação Setorial nas Contratações ⁽¹⁾

Primeiro Semestre	Em Porcentagem					
	Rural	Agroindustrial	Industrial/Turismo	Infra-estrutura	Comércio e Serviços	Total
1998	84,5	1,4	14,1	-	-	100,0
1999	80,2	0,9	18,9	-	-	100,0
2000	49,5	0,7	49,8	-	-	100,0
2001	35,4	1,2	63,4	-	-	100,0
2002	76,4	0,7	14,2	-	8,7	100,0
2003	47,5	0,3	44,9	-	7,3	100,0
2004	25,7	1,2	25,9	21,1	26,1	100,0
2005	51,4	1,0	14,2	19,4	14,0	100,0
2006	48,9	2,5	24,1	11,6	12,9	100,0
2007	45,2	3,3	21,1	16,8	13,6	100,0
2008	29,7	4,2	23,2	25,8	17,1	100,0

Fonte: BNB – Ambiente Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

4.1.1 Setor Rural

As contratações do FNE - Setor Rural no primeiro semestre de 2008 totalizaram mais de R\$ 1,0 bilhão, representando 29,7% das aplicações do FNE, com incremento de 11,4% em relação ao mesmo período de 2007. No Primeiro Semestre de 2007, as aplicações do FNE- Setor Rural foram de R\$ 930,6 milhões, representando participação de 45,2% das aplicações do Fundo. Mesmo assim, apesar do incremento apresentado no Primeiro Semestre de 2008 em relação ao mesmo período de 2007, a participação relativa dos financiamentos do Setor no período sob análise foi menor do que o constatado em 2007.

Mencionado esforço de aplicações no primeiro semestre de 2008 resultou no atendimento a 436.179 beneficiários pelo FNE - Setor Rural. Esses resultados confirmam o que já se vislumbrava ao final de 2007, ante o expressivo volume de propostas em carteira, com contribuição importante ao cumprimento das metas no primeiro semestre de 2008 (Tabelas 2 e 8).

Tabela 8
FNE – Contratações (1) no Setor Rural
Primeiro Semestre de 2008

Valores em R\$ mil

Atividades	Valor	% Setor	% FNE
PECUÁRIA	456.466	44,0	13,2
Bovinocultura	335.053	32,3	9,6
Avicultura	40.978	4,0	1,2
Ovinocaprinocultura	52.037	5,0	1,5
Suinocultura	22.752	2,2	0,6
Apicultura	2.790	0,3	0,1
Eqüinocultura	403	0,0	0,0
Bubalinocultura (Bulfo)	140	0,0	0,0
Outras Atividades (2)	2.313	0,2	0,1
AQUICULTURA E PESCA	13.240	1,3	0,4
Carcinocultura	8.514	0,8	0,2
Piscicultura	4.726	0,5	0,1
AGRICULTURA DE SEQUEIRO	264.496	25,5	7,6
Grãos	111.824	10,8	3,2
Fibras e Têxteis	85.899	8,3	2,5
Fruticultura	30.494	2,9	0,9
Gramínea	16.874	1,6	0,5
Raízes e Tubérculos	11.913	1,1	0,3
Bebidas e Fumo	6.980	0,7	0,2
Outras Atividades (3)	512	0,0	0,0
AGRICULTURA IRRIGADA	137.228	13,2	3,9
Fruticultura	44.262	4,3	1,3
Bebidas e Fumo	35.932	3,5	1,0
Gramínea	33.379	3,2	0,9
Grãos	10.393	1,0	0,3
Fibras e Têxteis	7.112	0,7	0,2
Olericultura	3.381	0,3	0,1
Raízes e Tubérculos	2.119	0,2	0,1
Flores	313	0,0	0,0
Oleaginosa	203	0,0	0,0
Cactacea	54	0,0	0,0
Outras Atividades (4)	80	0,0	0,0
OUTRAS ATIVIDADES RURAIS	164.873	15,9	4,7
Processamento e Benef. Cana de Açúcar	37.206	3,6	1,0
Florestamento e Reflorestamento	62.286	6,0	1,8
Atividades não Agrícolas no Rural (5)	65.381	6,3	1,9
Total	1.036.303	100,0	29,7

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Notas: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. (2) Outras atividades pecuárias referem-se à criação de animais, sericultura, avestruz e microcrédito rural (diversos). (3) Outras atividades agrícolas de sequeiro referem-se a especiarias, oleaginosas, olericultura e leguminosas. (4) Outras atividades agrícolas irrigadas referem-se a plantas ornamentais, mudas e sementes e especiarias. (5) As atividades não agrícolas no rural referem-se a serviços auxiliares à agropecuária, à caça e à pesca, à intermediação financeira, ecologia, silvicultura, dentre outras.

Registre-se ainda que o FNE - Setor Rural (excluindo o PRONAF) registrou aplicação da ordem de R\$ 687,5 milhões, representando incremento de 70,1% no

volume de contratações em relação ao mesmo período de 2007, cujo volume de aplicações foi em torno de R\$ 404,1 milhões (Tabela 2).

Dos recursos aplicados no FNE - Setor Rural no primeiro semestre de 2008, o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Rural obteve a melhor performance, totalizando R\$ 585,6 milhões de aplicações, correspondente a 56,5% dos recursos aplicados no referido setor e 16,7% das aplicações do FNE.

Em seguida, dentre os Programas de melhor performance nas aplicações de recursos no setor rural no período sob análise, apresenta-se o PRONAF no qual foram aportados R\$ 348,8 milhões de reais, respondendo por 33,7% das aplicações do FNE – Setor Rural, contra 56,6% no mesmo período do ano anterior. Em relação ao total do FNE, obteve cerca de 10,0% das aplicações, participação também inferior à verificada no primeiro semestre de 2007, quando esse percentual foi de 25,6%. Ressalte-se, entretanto o maior rigor da Secretaria de Agricultura Familiar no financiamento do Pronaf Grupo B, o qual totalizou cerca de 44,8% dos recursos financiados pelo FNE no Pronaf. Referida Secretaria estabeleceu que ao atingir o percentual de 15,0% de inadimplência, fica suspenso o financiamento do Grupo B nos municípios que atingiram este percentual. Isto contribui significativamente para a redução da participação do Pronaf no FNE, com reflexos, inclusive, para o Fundo.

No semestre em análise, o FNE atendeu a 444.301 beneficiários. Deste total, o setor rural respondeu por 98,2% (436.179 beneficiários). O PRONAF, programa de largo alcance econômico e social, respondeu no período analisado por 95,7% dos beneficiários do FNE – Setor Rural e por 93,9% dos beneficiários do FNE (Tabela 2).

No que tange às aplicações por atividades no período em análise, a pecuária foi contemplada com recursos da ordem de R\$ 456,5 milhões, respondendo por 44,0% das contratações do FNE - Setor Rural e por 13,1% das aplicações do FNE. Observou-se redução das aplicações de 16,4% em relação ao mesmo período de 2007, quando foram aportados R\$ 546,1 milhões em valores nominais. No mesmo período de 2007, a pecuária apresentou participação de 58,7% e 26,5% no setor Rural e no total do FNE, respectivamente, havendo portanto, redução destas participações no Primeiro Semestre de 2008.

Na agricultura de sequeiro e irrigada, o volume de recursos contratados foi de R\$ 401,7 milhões, respondendo por 38,7% das contratações do Setor e por 11,5% das aplicações do Fundo, no primeiro semestre de 2008. O volume de recursos aplicados obteve incremento de 50,7% em relação ao mesmo período do de 2007 (R\$ 266,5 milhões). A participação da agricultura em relação ao FNE - Setor Rural foi de 38,7%, contra 28,7% no mesmo período de 2007. Em relação ao total das aplicações do FNE no primeiro semestre de 2008, a agricultura obteve 11,5% de participação, sendo ligeiramente inferior à constatada no mesmo período de 2007 (13,0%).

Juntas, as atividades agropecuárias responderam no primeiro semestre de 2008 por 82,7% dos recursos aplicados no FNE – Setor Rural e por 24,6% das aplicações totais do FNE. Em relação ao mesmo período de 2007, houve uma

queda nestas participações, as quais representaram 87,3% e 39,5%, respectivamente. Essa queda, entretanto pode estar relacionada à queda nas aplicações do PRONAF e à melhoria da performance nas contratações realizadas por outros programas (Tabela 8).

A aqüicultura e pesca, cujas aplicações no primeiro semestre de 2008 totalizaram R\$ 13,2 milhões, representaram apenas 37,9% das aplicações dirigidas a esta atividade no primeiro semestre de 2007, tendo participado com 1,3% das aplicações do FNE – Setor Rural e 0,4% das aplicações totais do Fundo, no período em referência. Tais participações são inferiores às constatadas no mesmo período de 2007, as quais foram 3,7% e 1,7%, respectivamente. Esse comportamento pode ter como fontes explicativas o aumento da oferta mundial de camarões com conseqüente queda dos preços no mercado internacional, associados à queda na taxa de câmbio, com forte desestímulo à atividade. Esses fenômenos têm exigido rápido ajustamento do setor, um novo arranjo no sistema produtivo regional e esforço de venda em novos mercados, especialmente no âmbito nacional. Não obstante as dificuldades conjunturais, trata-se de uma atividade que opera com alto padrão tecnológico e gestão profissionalizada, o mercado interno é crescente, sinalizando boas perspectivas e retomada do padrão anterior de crescimento.

As outras atividades rurais financiadas, foram responsáveis por 15,9% das contratações do Setor Rural e por 4,7% das aplicações do Fundo, apresentado expressivo crescimento em relação ao mesmo período de 2007, quando essas participações foram 8,9% e 4,0%, respectivamente.

A principal atividade pecuária financiada no âmbito do FNE continua sendo a bovinocultura, que respondeu por 32,3% das aplicações do Setor Rural e por 9,6% das aplicações do FNE no período sob análise. Não obstante esta constatação, houve queda nas aplicações da pecuária bovina de R\$ 397,8 milhões no primeiro semestre de 2007, para R\$ 335,0 milhões aplicados no primeiro semestre de 2008.

A ovinocaprino cultura, obteve 5,0% dos recursos do FNE-Setor Rural, e 1,5% do total do FNE. Estes percentuais foram inferiores aos apresentados no mesmo período de 2007, totalizando 7,7% e 3,5%, respectivamente. A avicultura participou com 4,0% das aplicações do Setor e 1,2% do total do Fundo, enquanto a suinocultura totalizou 2,2% e 0,7%, respectivamente. Outras atividades também foram financiadas no citado período, conforme Tabela 8.

As atividades agrícolas que obtiveram os maiores volumes de recursos aplicados no período foram grãos (11,8%), fibras e têxteis (9,0%) e fruticultura (7,2%), com aplicações de R\$ 122,2 milhões, R\$ 93,0 milhões e R\$ 74,8 milhões, respectivamente. Juntas, essas atividades responderam por 72,2% das aplicações na agricultura, no primeiro semestre de 2008. Observe-se que, em relação ao mesmo período de 2007, houve incremento das aplicações em grãos da ordem de 52,3%; em fibras e têxteis em torno de 78,9% e em fruticultura da ordem de 39,4%. Além das atividades citadas, gramíneas, bebidas / fumo e raízes / tubérculos registraram aplicações de R\$ 50,2 milhões, R\$ 42,9 milhões e R\$ 14,0 milhões, respectivamente.

azendo-se a análise por segmento, a agricultura de sequeiro participou no primeiro semestre de 2008 com 25,5% das aplicações no FNE – Setor Rural e com 7,6% das aplicações do FNE, resultando em R\$ 264,5 milhões, contra R\$ 201,1 milhões contratados no mesmo período de 2007, resultando num incremento de 31,5% nas aplicações entre os dois períodos, em valores nominais. Da mesma forma, participando com 13,2% e 3,9% das contratações do FNE – Setor Rural e do FNE total, respectivamente, foram aplicados na agricultura irrigada no mesmo período R\$ 137,2 milhões, 109,7% superior ao volume de recursos aplicados no primeiro semestre de 2007, o qual totalizou R\$ 65,4 milhões.

As atividades da agricultura de sequeiro que receberam os maiores volumes de recursos no primeiro semestre de 2008 foram: grãos, fibras / têxteis, fruticultura e gramíneas com aporte de recursos da ordem de R\$ 111,8 milhões; R\$ 85,9 milhões; R\$ 30,5 milhões e R\$ 16,9 milhões respectivamente, participando com 10,8%; 8,3%, 2,9% e 1,6% das aplicações do FNE - Setor Rural, respectivamente.

No âmbito da agricultura irrigada, as atividades que receberam os maiores volumes de aplicações realizadas pelo FNE - Setor Rural no período foram fruticultura (R\$ 44,2 milhões); bebidas e fumo (R\$ 35,9 milhões), gramíneas (R\$ 33,4 milhões); e grãos (R\$ 10,4 milhões). Mencionadas atividades responderam no período por 4,3%; 3,5%; 3,2% e 1,0% das aplicações do FNE – Setor Rural, respectivamente.

Quanto às outras atividades rurais, seu bom desempenho está associado à ampliação do reflorestamento que participou com 6,0% das aplicações do FNE – Setor Rural, contra 3,3% constatado no mesmo período de 2007, uma atividade importante no contexto ambiental. Outra razão dessa performance foi a inclusão de processos de beneficiamento de cana e o crescimento da participação das aplicações em atividades rurais não agrícolas, passando de 5,6% das aplicações do FNE - Rural no primeiro semestre de 2007, para 6,3% verificada no período sob análise. No que tange às atividades rurais não agrícolas, trata-se de uma tendência que vem se confirmando no mundo inteiro e no Brasil em particular, a qual vem ganhando importância e o respectivo apoio do BNB, o que se evidencia no crescente volume de recursos aplicados nessa atividade, período após período. Essas atividades são complementares e de suporte às demais atividades econômicas no campo, inseridas no contexto da pluriatividade.

Os financiamentos do FNE - Setor Rural dirigidos ao Semi-árido totalizaram R\$ 460,6 milhões ao final do primeiro semestre de 2008, contra R\$ 468,6 milhões no primeiro semestre de 2007, representando leve redução de 1,7% nas aplicações. Registre-se ainda que, do total de recursos aplicados pelo FNE no Semi-árido no primeiro semestre de 2008, ou seja, em torno de R\$ 1,5 bilhão, o FNE-Setor Rural contribuiu com 31,4% dessas aplicações. Enquanto isso, as contratações do FNE–Setor Rural fora do Semi-árido, no primeiro semestre de 2008, foram da ordem de R\$ 575,7 milhões, representando 28,4% das aplicações dos recursos do FNE nessa Região, as quais totalizaram R\$ 2,0 bilhões (Tabelas 1 A e 1 B).

Os estados que apresentaram as melhores performances em aplicações de recursos no Semi-árido no primeiro semestre de 2008 foram o Ceará, com 23,6%

do total aplicado nessa região, seguido de Bahia com 18,8%; Pernambuco com 13,0% e Minas Gerais com 11,0%.

O FNE - Setor Rural destinou R\$ 493,9 milhões aos mini, micro e pequenos produtores no primeiro semestre de 2008, representando 47,7% dos recursos deste Setor, atendendo a 434.818 beneficiários ou 99,7% dos beneficiários do Setor Rural. Aos médios produtores foram destinados R\$ 88,4 milhões ou 8,5% dos recursos contratados no âmbito do FNE – Setor Rural, atendendo a 1.065 beneficiários ou 0,2% do total de beneficiários nesse setor. Aos grandes foram destinados R\$ 453,9 milhões, representando 43,8% dos recursos contratados no Setor, atendendo a 296 beneficiários ou 0,1% do total de beneficiários (Tabelas 32 e 33).

Os onze Estados da área de atuação do Fundo Constitucional receberam recursos do FNE-Setor Rural, sendo que este segmento possui a maior capilaridade em termos de acesso ao crédito dentre os diversos programas do FNE. Assim, dos 1.989 municípios da área de atuação do FNE, 1.818 municípios foram beneficiados com recursos do FNE - Setor Rural, representando 91,4% dos municípios da área de atuação do FNE (Tabela 36).

Os Estados que obtiveram os maiores volumes de recursos do FNE - Setor Rural foram Bahia (R\$ 244,8 milhões); Minas Gerais (R\$ 140,6 milhões); Ceará (R\$ 125,0 milhões) e Maranhão (R\$ 115,0 milhões). Juntos, referidos Estados obtiveram 60,3% dos recursos aplicados no Setor Rural. Por outro lado, os estados com menor desempenho em aplicações foram Espírito Santo (R\$ 13,8 milhões), Paraíba (R\$ 32,0 milhões); Alagoas (R\$ 45,7 milhões) e Sergipe, com R\$ 49,9 milhões (Tabela 9).

Tabela 9
FNE - Setor Rural - Contratações ⁽¹⁾ Estaduais
Primeiro Semestre de 2008

Valores em R\$ mil	
Estado	Valor
Alagoas	45.760
Bahia	244.842
Ceará	124.978
Espírito Santo	13.852
Maranhão	115.025
Minas Gerais	140.601
Paraíba	32.097
Pernambuco	89.153
Piauí	107.073
Rio Grande do Norte	72.979
Sergipe	49.943
Total	1.036.303

Fontes: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entenda-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

4.1.1.1 Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) é um programa de apoio ao desenvolvimento rural, a partir do fortalecimento da agricultura familiar, como segmento gerador de postos de trabalho e renda. A agricultura familiar é uma forma de produção onde predomina a interação entre gestão e trabalho. Assim sendo, são os próprios agricultores familiares que dirigem o processo produtivo, dando ênfase na diversificação e utilizando o trabalho familiar, que, eventualmente, pode ser complementado pelo trabalho assalariado.

O PRONAF foi criado em 1995, inicialmente como uma linha de crédito de custeio, mas somente em 1996 adquiriu características de programa governamental, passando a integrar o Orçamento Geral da União. Assim, foi criado através do Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996, e teve suas normas consolidadas na Resolução no 2.310, de 29 de agosto de 1996. Vinculado institucionalmente ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o PRONAF representa a culminância de um processo liderado pelas organizações sociais dos trabalhadores rurais brasileiros que obteve ressonância nas instâncias internas do Governo Federal.

É importante salientar que o PRONAF é um Programa em permanente construção, uma vez que desde que foi criado tem passado por uma série de modificações, que se destinam ao atendimento das reivindicações de seu público-alvo. O Programa é executado de forma descentralizada e tem como protagonistas os agricultores familiares e suas organizações.

De conformidade com seus documentos programáticos, o objetivo geral do PRONAF é propiciar condições para o aumento da capacidade produtiva, a geração de emprego e a melhoria da renda para os agricultores familiares, contribuindo, dessa forma, para a melhoria de sua qualidade de vida e a ampliação do exercício da cidadania.

Quanto ao BNB, na qualidade de principal financiador do PRONAF na Região, o Programa é operacionalizado com uma proposta de desenvolvimento rural. Essa proposta tem como objetivo contribuir para uma organização maior das ações do Governo Federal, para que sejam criadas e fortalecidas as condições objetivas para o aumento da capacidade produtiva do meio rural, a melhoria da qualidade de vida desses agricultores e o pleno exercício da cidadania no campo.

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), a quem está subordinado o PRONAF, o Plano Safra para a Agricultura Familiar vai além de um conjunto de regras, taxas de juros e encargos financeiros. Assim sendo, esse Plano busca também lançar as bases na direção de um desenvolvimento sustentável para o campo, capaz de gerar emprego e renda a milhões de pessoas, bem como garantir a produção de alimentos necessários para a segurança alimentar do povo brasileiro.

No que se refere ao público, o PRONAF destina-se ao apoio financeiro das atividades agropecuárias e não-agropecuárias exploradas mediante emprego direto da força de trabalho do produtor rural e de sua família, entendendo-se por atividades não-agropecuárias os serviços relacionados com turismo rural, produção artesanal, agronegócio familiar e outras prestações de serviços no meio rural compatíveis com a natureza da exploração rural.

O público-alvo do PRONAF é classificado por grupos ou modalidades, com especificidades próprias no que se refere às taxas de juros, limites de financiamento, bônus de adimplência, público-alvo e finalidades, dentre outros aspectos. Para efeito de classificação dos beneficiários nos grupos do PRONAF, são excluídos, da composição da renda familiar, os benefícios sociais e os proventos da Previdência Rural.

Descrevem-se, abaixo, as modalidades, público-alvo e finalidades de crédito de acordo com os grupos classificados pelo Governo Federal:

PRONAF Grupo A – Crédito na modalidade de investimento para Produtores assentados da Reforma Agrária, ou beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário – PNCF, além de Agricultores assentados pelo Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA do Incra, beneficiários(as) do Programa Nacional de Crédito Fundiário – PNCF e/ou beneficiários do Programa de Recuperação de Assentamentos – PRA do Incra, com finalidade de estruturação dos lotes dos assentados ou recuperação das Unidades Familiares dos agricultores assentados.

PRONAF Grupo A/C - Dirigida aos agricultores familiares egressos do PRONAF Grupo A ou do PROCERA. Refere-se ao crédito de custeio de atividades agropecuárias para as famílias assentadas da reforma agrária que já receberam o financiamento do Grupo A ou do PROCERA.

Microcrédito Produtivo Rural (PRONAF Grupo B) - É a linha de microcrédito estabelecida para combater a pobreza rural. Os recursos de investimentos são destinados a agricultores com renda anual familiar bruta de até R\$ 4 mil. Os créditos atendem as atividades agropecuárias e não-agropecuárias desenvolvidas no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas, assim como implantação, ampliação ou modernização da infra-estrutura de produção e serviços agropecuários e não-agropecuários, entendendo-se por prestação de serviços as atividades não-agropecuárias como turismo rural, produção de artesanato ou outras atividades compatíveis com o melhor emprego da mão-de-obra familiar no meio rural. Os financiamentos para custeio agrícola são exclusivos para a cultura de mamona, solteira ou consorciada, para agricultores que explorem tal cultura em regime de parceria ou integração com indústrias de biodiesel, consorciada, para agricultores que explorem tal cultura em regime de parceria ou integração com indústrias de biodiesel.

PRONAF Grupo C - Beneficia, através do crédito de custeio e investimento, os agricultores com renda anual familiar bruta superior a R\$ 4 mil e inferior a

R\$ 18 mil, financiando as atividades agropecuárias, turismo rural, artesanato e outras atividades no meio rural.

PRONAF Grupo D - Beneficia, através do crédito de custeio e investimento, os agricultores com renda bruta anual familiar superior a R\$ 18 mil e inferior a R\$ 50 mil. O financiamento tem como finalidade as atividades agropecuárias, turismo rural, artesanato e outras atividades no meio rural.

PRONAF Grupo E - Abrange os agricultores com renda familiar anual bruta entre R\$ 50 mil e R\$ 110 mil. Destina-se ao financiamento de investimento e custeio das atividades agropecuárias, turismo rural, artesanato e outras atividades no meio rural.

Modalidades Especiais de Crédito:

Custeio de Agroindústrias Familiares e de Comercialização da Agricultura Familiar – Modalidade de custeio para beneficiamento, industrialização e comercialização da produção que visa atender as agroindústrias familiares e comercialização da agricultura familiar. Devendo ser observado que as cooperativas, associações ou outras pessoas jurídicas precisam ser constituídas de agricultores familiares dos grupos B, C, D e E, e comprove ao emitente da declaração de aptidão (DAP) que, no mínimo, 90% de seus participantes ativos são agricultores familiares e demonstrar, no projeto técnico, que mais de 70% das matérias-primas por beneficiar ou industrializar são de produção própria ou de associados ou participantes.

Crédito para Cota-parte de Agricultores Familiares Cooperativados (Pronaf Cota-Parte) - Beneficia agricultores familiares filiados a cooperativas de produção de produtores rurais que tenham, no mínimo, 90,0% dos associados ativos classificados como agricultores familiares, e que tenham patrimônio líquido de, no mínimo, R\$ 50 mil e máximo de R\$ 3 milhões. Financia a integralização de cotas-partes, aplicação em capital de giro, custeio ou investimento.

Crédito de Investimento para Agregação de Renda à Atividade Rural (Pronaf Agroindústria) - Trata-se de crédito de investimento para implantação de pequenas e médias agroindústrias ou ampliação, recuperação e modernização de unidades agroindustriais. São beneficiários produtores familiares, cooperativas e associações que desejam beneficiar ou industrializar a produção.

Crédito de Investimento para Sistemas Agroflorestais (Pronaf Floresta) - Estimula a implantação de projetos de sistemas agroflorestais, exploração extrativista ecologicamente sustentável, plano de manejo e manejo florestal. É dirigido aos beneficiários enquadrados nos Grupos A, A/C, B, C, e D.

Crédito de Investimento para Obras Hídricas e Produção para Convivência com o Semi-Árido (Pronaf Semi-Árido) - Trata-se de investimento em projetos de convivência com o semi-árido, focado na sustentabilidade dos agroecossistemas, priorizando projetos de infraestrutura hídrica e implantação, ampliação, recuperação ou modernização

das demais infra-estruturas, inclusive aquelas relacionadas com projetos de produção e serviços agropecuários e não-agropecuários. É dirigido aos beneficiários enquadrados nos Grupos A, A/C, B, C e D.

Crédito de Investimento para Mulheres (Pronaf Mulher) - Linha de investimento dirigida às mulheres agricultoras integrantes de unidades familiares de produção enquadradas nos Grupos A, A/C, B, C, D e E, independentemente de sua condição civil. Será concedida uma única operação de crédito, dirigida a atividades agropecuárias, turismo rural, artesanato e outras atividades no meio rural, de interesse da mulher agricultora.

Crédito de Investimento para Jovens (Pronaf Jovem) - Refere-se à linha de investimento para jovens agricultores e agricultoras familiares maiores de 16 anos e com até 29 anos, que tenham concluído ou estejam cursando o último ano em centros familiares rurais de formação por alternância, ou em escolas técnicas agrícolas de nível médio, que atendam à legislação em vigor para instituições de ensino, ou que tenham participado de curso, estágio ou outro processo de capacitação ou formação técnico-profissional voltados para atividades agropecuárias ou não-agropecuárias e de prestação de serviços no meio rural, que serão desenvolvidas na unidade familiar ou proximidades, desde que o curso, estágio ou processo tenham carga horária de 100 horas ou mais e preencham os requisitos definidos pela Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SAF/MDA), adiante especificados, e sejam pertencentes a famílias enquadradas nos Grupos A, A/C, B, C, D ou E

Crédito de Investimento para Agroecologia (Pronaf Agroecologia) – Financiamento dos sistemas de produção agroecológicos e/ou orgânicos, incluindo-se os custos relativos à implantação e manutenção do empreendimento. Serão beneficiados os agricultores familiares enquadrados nos Grupos C, D e E.

Pronaf ECO Sustentabilidade Ambiental – Contempla agricultores familiares enquadrados nos Grupos C, D ou E. Destina-se a investimento para implantação, utilização ou recuperação de tecnologias de energia renovável, biocombustíveis, armazenamento hídrico, pequenos aproveitamentos hidronegéticos e silvicultura.

Além do crédito, conforme Plano Safra da Agricultura Familiar – 2007/2008, os agricultores familiares puderam, ainda, ter acesso a outros mecanismos de apoio à produção e comercialização, como assistência técnica, seguro climático e seguro de preços.

É importante observar que, para os próximos semestres, o Governo Federal definiu as regras para o PRONAF no Plano Safra 2008/2009 que disponibilizou R\$ 13 bilhões para financiamentos e trouxe alterações para o PRONAF, que passaram a vigorar em 1º de julho de 2008. Dentre as principais mudanças está a extinção dos grupos C, D e E do PRONAF, constituindo uma única categoria intitulada “agricultura familiar”. Os grupos A (crédito para a reforma agrária) e B (microcrédito

rural) não serão alterados, permanecendo como funcionam atualmente. As linhas especiais continuam a existir, mantendo os enfoques sociais e ambientais do Programa, sendo as taxas de juros definidas pelo valor financiado. As faixas, limites e juros para custeio e investimento são as seguintes:

Custeio - Limites e Taxas	
Faixa I	Até R\$ 5.000,00 juros de 1,5% ao ano
Faixa II	Mais de R\$ 5.000,00 até R\$ 10.000,00, juros de 3% ao ano
Faixa III	Mais de R\$ 10.000,00 até R\$ 20.000,00, juros de 4,5% ao ano
Faixa IV	Mais de R\$ 20.000,00 até R\$ 30.000,00, juros de 5,5% ao ano

Investimento - Limites e Taxas	
Faixa I	Até R\$ 7.000,00, juros de 1% ao ano
Faixa II	Mais de R\$ 7.000,00 até R\$ 18.000,00 juros, de 2% ao ano
Faixa III	Mais de R\$ 18.000,00 até R\$ 28.000,00 juros, de 4% ao ano
Faixa IV	Mais de R\$ 28.000,00 até R\$ 36.000,00 juros, de 5% ao ano

Outra novidade no âmbito do PRONAF foi a criação de uma linha especial de crédito para investimento de longo prazo intitulada MAIS ALIMENTOS. Esta linha de crédito destinará a agricultores familiares enquadrados no Pronaf, exceto os classificados nos Grupos "A", "A/C" e "B", recursos para investimentos em infraestrutura produtiva, o que inclui ações como compra de máquinas e equipamentos, correção de solos, irrigação, plasticultura, armazenagem, formação de pomares, formação de sistemas agroflorestais e melhoria genética, entre outros. Até 2010, a linha de crédito MAIS ALIMENTOS vai disponibilizar R\$ 25 bilhões. O limite de crédito é de R\$ 100 mil para cada agricultor, que poderá pagar financiamento em até dez anos, com até três anos de carência e juros de 2% ao ano.

No caso específico de operações de custeio e/ou investimento contratadas com recursos do FNE – Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste, destinada a agricultura familiar, o proponente poderá escolher a taxa prevista nas tabelas acima ou optar pela taxa efetiva de juros estabelecida para miniprodutores rurais pela Lei nº 10.177/2001 e Decreto 6.367/2008: 5% a.a., reajustável periodicamente pelo Governo Federal, com bônus de adimplência sobre os juros de 25%, para empreendimentos localizados no semi-árido, e de 15%, para empreendimentos localizados fora do semi-árido, concedido exclusivamente se o mutuário pagar as prestações (juros e principal) até as datas dos respectivos vencimentos.

A agricultura familiar é responsável pela produção dos principais alimentos consumidos pela população brasileira: 84% da mandioca, 67% do

feijão, 54% do leite, 49% do milho, 40% de aves e ovos e 58% de suínos. No Nordeste, a agricultura familiar é responsável por 82,9% da ocupação de mão-de-obra no campo.

O Banco do Nordeste é atualmente o principal agente financeiro do PRONAF no Nordeste, tendo sob sua responsabilidade 62,1% dessa modalidade de crédito na Região. Em relação ao Brasil, a participação do BNB é de aproximadamente 15,1% ao final de 2007.

As aplicações realizadas pelo BNB no PRONAF no primeiro semestre de 2008 totalizaram R\$ 378,8 milhões, dos quais, R\$ 348,8 milhões foram financiados através do FNE, correspondendo a 92,09 dos recursos aplicados no PRONAF. Outra fonte utilizada no financiamento do PRONAF foram recursos provenientes da Secretaria do Tesouro Nacional-STN, que participou com 7,9% dos investimentos realizados no Programa. Foram beneficiadas 417.387 mil pessoas no primeiro semestre de 2008, representando 93,9% do total de beneficiários do FNE. Considera-se como beneficiário do PRONAF o agricultor tomador do empréstimo e sua família, estimando-se, em média, três pessoas por família. O valor financiado pelo FNE no PRONAF totalizou 10,0% dos recursos investidos pelo FNE (R\$ 3,5 bilhões) no primeiro semestre de 2008 (Tabela 10).

Tabela 10
FNE - Contratações⁽¹⁾ no PRONAF
Primeiro Semestre de 2008

Grupo	Nº de Beneficiários	%	Valores em R\$ mil	
			Valor	%
PRONAF-Grupo A	10.395	2,5	51.894	14,9
PRONAF-Grupo B	333.489	79,9	156.302	44,8
PRONAF-Grupo C	46.860	11,2	76.427	21,9
PRONAF-Grupo D	10.044	2,4	38.248	11,0
PRONAF-Grupo A/C	4.578	1,1	3.346	1,0
PRONAF-Semi-árido	6.372	1,5	9.939	2,8
PRONAF-Mulher	4.629	1,1	9.006	2,6
PRONAF-Demais Grupos	1.020	0,2	3.654	1,0
Total	417.387	100,0	348.816	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Ainda em relação ao PRONAF, vale registrar o montante contratado no Grupo A (R\$ 51,9 milhões), cujos valores foram destinados aos agricultores assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária, objetivando a estruturação de suas unidades produtivas. Aproximadamente 10.395 pessoas

pertencentes a esse grupo foram beneficiadas pelo FNE no primeiro semestre de 2008.

Em relação ao Grupo B, que é uma proposta de microcrédito para combater a pobreza rural, o FNE contratou R\$ 156,3 milhões no período e beneficiou cerca de 333.489 mil pessoas.

Quanto ao Grupo C, dirigido a agricultores familiares cuja renda familiar é de até R\$ 16 mil, o FNE investiu R\$ 76,4 milhões, beneficiando 46.860 mil pessoas. Os três grupos acima referidos receberam 81,6% dos recursos do FNE destinados ao PRONAF. Os valores contratados e os beneficiários pertencentes aos demais grupos estão detalhados na Tabela 11.

Observe-se que os recursos do FNE dirigidos ao PRONAF, no primeiro semestre 2008, tiveram uma redução de 33,8% em relação aos valores aplicados no primeiro semestre de 2007. Porém, com a implementação do Plano Safra 2008/2009, a expectativa é do pleno atingimento das metas para o corrente ano, no valor de R\$ 1,3 bilhão.

Registre-se ainda que, a partir de 2004, o BNB implantou, em parceria com o MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário, o programa Agroamigo, que se constitui em um programa de microcrédito rural que visa à concessão de financiamento para a área rural, utilizando-se de metodologia própria de atendimento, cujas premissas são orientação para o crédito e acompanhamento. O programa destina-se a agricultores familiares classificados no Pronaf Grupo “B”. Atualmente o Agroamigo já está presente em 162 agências, atendendo a 1.077 municípios da Região Nordeste, Norte de Minas Gerais e do Espírito Santo, contando com 491 assessores de microcrédito rural, funcionários do Instituto Nordeste Cidadania, OSCIP - parceira no programa. A carteira acumulada é de R\$ 512.130 mil, correspondente a 410.637 financiamentos. A carteira ativa é de R\$ 321,5 milhões, contemplando 297.123 operações em ser.

A prioridade estratégica atribuída pelo BNB ao Programa levou à adoção de uma série de medidas com vistas à sua desburocratização, imprimindo maior agilidade ao processo de concessão de crédito. Assim, registra-se que o BNB, através da Área de Agricultura Familiar e Programas de Crédito Fundiário, implementou diversas ações no primeiro semestre de 2008, visando principalmente à qualificação do crédito e melhoria dos índices de adimplência:

- Instituição, em cada estado, de um grupo de acompanhamento do Pronaf, com a participação do BNB, MDA, movimentos sociais e representantes do Governo;
- Firmar convênio com os Órgãos Oficiais de Assistência Técnica do Nordeste, que irão prestar serviço a cerca de 300 mil agricultores familiares, faltando apenas os estados do Piauí e Alagoas;
- Elaboração, pelo gerente da agência e GSN de plano mensal de ação, contendo o cronograma de visitas que será realizado pelo GSN do Pronaf e outras ações;

- Condicionar o financiamento à bovinocultura e ovinocaprino cultura nas operações no âmbito do Pronaf para os grupos D e E, à existência ou formação de reserva alimentar estratégica;
- Implementação do programa de parceria MDA, CONTAG e BNB para financiamento da mamona;
- Criação de equipe itinerante por superintendência para elaboração de plano de ação, juntamente com os parceiros, nos municípios com contratação de operações do Pronaf suspensas;
- Mudanças na Estrutura organizacional;
- Aumento do número de colaboradores envolvidos especificamente no programa;
- Suspensão dos municípios com inadimplência fora da carência superior a 10%;
- Revisão da política de garantias do Banco, para o Pronaf;
- Treinamento de funcionários;
- Oferta de serviços por telefone;
- Articulação junto ao Governo Federal para renegociação das dívidas da agricultura familiar, resultando na MP 432.

O grande obstáculo a ser vencido em relação ao Programa é criar condições para que os agricultores familiares possam ampliar suas rendas. Isso possibilitará aos agricultores que produzem exclusivamente para a própria subsistência em agricultores familiares que produzam para o mercado, além de acesso a novas tecnologias.

Ademais, há que se considerar as diferentes capacidades dos agricultores em se apropriar dos meios de produção e de desenvolvê-los, considerando sua relação a partir do mercado. O público do PRONAF se apresenta com uma certa complexidade coexistindo, sob a mesma política, agricultores integrados ao mercado e aqueles cuja condição de agricultor somente pode ser exercida com a permissão dos patrões. Isto implica considerar estas diferenças quanto à possibilidade da inserção desse segmento no mercado, com vistas à aceitação de outras lógicas possíveis dentro da agricultura familiar.

4.1.2 Setor Agroindustrial

O FNE - Setor Agroindustrial aplicou no primeiro semestre de 2008, cerca de R\$ 148,3 milhões, o que representou 4,2% das contratações do FNE no período, resultando em incremento de 121,0 % em relação ao valor investido no mesmo período no ano de 2007 (R\$ 67,1 milhões).

As principais atividades agroindustriais financiadas foram produção de açúcar e álcool (35,2% do total contratado no Setor), processamento de carnes,

aves e pescados (22,9%), processamento e beneficiamento de cana de açúcar (21,4%) e produtos alimentícios (12,4%). Referidas atividades totalizaram 91,9% dos valores investidos no Setor Agroindustrial (Tabela 11).

Tabela 11
FNE – Contratações⁽¹⁾ no Setor Agroindustrial
Primeiro Semestre de 2008

Atividade	Valores em R\$ Mil		
	Valor	% Setor	% FNE
Produção de Açúcar e Álcool	52.244	35,2	1,5
Processamento de Carnes, Aves e Pescados	33.920	22,9	1,0
Processamento e Beneficiamento de Cana de açúcar	31.678	21,4	0,9
Produtos Alimentícios	18.423	12,4	0,5
Outras Atividades ⁽²⁾	12.022	8,1	0,3
Total	148.287	100,0	4,2

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Notas: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. (2) Outras atividades referem-se a laticínios, processamento e beneficiamento de frutas e hortaliças, do mel de abelha, de castanha de caju e de óleos e gorduras vegetais e animais, moagem e beneficiamento de grãos, indústria de produtos de limpeza, perfumaria e cosméticos, indústria de produtos químicos, comércio varejista, fruticultura, gramínea, indústria da transformação.

Registre-se que o semi-árido recebeu R\$ 38,3 milhões das aplicações do FNE-Setor Agroindustrial, representando 25,8% das contratações realizadas por esse segmento e 2,6% do total contratado na região semi-árida. As contratações realizadas fora do semi-árido representaram 74,2%, do valor contratado pelo Setor Agroindustrial (R\$ 110,0 milhões) e 5,4% do total contratado pelo FNE destinado às áreas fora do semi-árido, no Primeiro Semestre de 2008 (Tabelas 1A e 2A).

Em relação ao porte dos beneficiários, o FNE-Setor Agroindustrial destinou R\$ 2,2 milhões para mini e pequenos empreendimentos, perfazendo 1,5% do total das contratações do Setor, no período em análise. Os empreendimentos de médio porte receberam R\$ 38,8 milhões correspondendo a 26,1% das contratações. Os grandes empreendimentos obtiveram R\$ 107,3 milhões, totalizando 72,4% das contratações do Setor. No que se refere à quantidade de beneficiários, o Setor Agroindustrial do FNE beneficiou 86 empreendimentos, sendo 32 de mini e pequeno portes, 32 de médio porte e 22 agroindústrias de grande porte (Tabelas 33 e 34).

Os investimentos realizados com recursos do FNE no Setor Agroindustrial obtiveram contratações em todos os Estados da área de atuação do BNB. Destaque para o Estado de Sergipe que obteve R\$ 81,6 milhões dos recursos, o que representou 55,0% do total de recursos investidos no Setor. Seguiu-se o Estado da Bahia, com R\$ 21,0 milhões (14,2%). O Ceará, que havia contratado cerca de 80,0% dos recursos do Setor no mesmo período de 2007, obteve apenas

7,0% dos recursos do período sob análise. O Espírito Santo, cuja participação no período anterior tinha sido ínfima totalizou, no período em referência, 11,5% dos recursos, o que representou cerca de R\$ 17,0 milhões (Tabela 12).

Tabela 12
FNE – Setor Agroindustrial - Contratações ⁽¹⁾ Estaduais
Primeiro Semestre de 2008

Valores em R\$ Mil	
Estado	Valor
Alagoas	3.290
Bahia	21.030
Ceará	10.607
Espírito Santo	16.996
Maranhão	5.061
Minas Gerais	1.949
Paraíba	178
Pernambuco	3.186
Piauí	270
Rio Grande do Norte	4.154
Sergipe	81.566
Total	148.287

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

No que se refere à quantidade de operações contratadas, Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Norte foram os Estados com maior quantidade de contratações, sendo responsáveis por 50,0% das operações contratadas pelo FNE no Setor Agroindustrial. No total, 53 municípios foram atendidos pelo FNE-Setor Agroindustrial, o que representou cerca de 3,0% dos municípios pertencentes à área de atuação do FNE.

Quanto ao incremento no segmento do FNE-Setor Agroindustrial, o cenário se mostra favorável, tendo em vista que além do significativo incremento no volume das aplicações em relação ao mesmo período de 2007, o valor das propostas em carteira totalizou R\$ 69, 4 milhões, ao final do Primeiro Semestre de 2008.

4.1.3 Setor Industrial e Turismo

O FNE-Setor Industrial/Turismo contratou R\$ 812,6 milhões, no primeiro semestre de 2008, correspondendo a 23,2% das contratações totais do FNE no período, o que representou um acréscimo de 87,2% no volume de recursos

contratados em relação ao primeiro semestre de 2007. No que tange à quantidade de operações contratadas, o setor contratou 1.175 operações. Em termos específicos, as atividades manufatureiras absorveram 14,5% das contratações do FNE no período, o que correspondeu a R\$ 508,5 milhões. As atividades turísticas receberam cerca de R\$ 108,7 milhões, correspondendo a 3,1% das contratações do FNE no primeiro semestre de 2008 (Tabela 13).

As contratações com bens de consumo não duráveis destacaram-se totalizando R\$ 420,7 milhões, ou seja, participação de 51,8% nas contratações do setor e de 12,0% no total contratado através do FNE. A atividade com o maior volume de recursos contratados foi a têxtil, representando 20,8% das contratações do setor, seguido de bebidas, calçados e o setor gráfico.

Tabela 13
FNE - Contratações ⁽¹⁾ nos Setores Industrial e Turismo
Primeiro Semestre de 2008

Atividades	Valores em R\$ mil		
	Valor	% Setor	% FNE
BENS DE CONSUMO NÃO DURÁVEIS	420.696	51,8	12,0
Calçados	48.658	6,0	1,4
Produtos Alimentícios	27.288	3,4	0,8
Têxteis	168.835	20,8	4,8
Gráfica	37.332	4,6	1,1
Cosméticos	9.595	1,2	0,3
Celulose e Papel	10.686	1,3	0,3
Bebidas	59.356	7,3	1,7
Eleto-eletrônica	18.668	2,3	0,5
Vestuários e Acessórios	8.310	1,0	0,2
Outras Atividades ⁽²⁾	31.968	3,9	0,9
BENS DE CONSUMO INTERMEDIÁRIO	74.908	9,2	2,1
Produtos Químicos	6.460	0,8	0,2
Produtos Plásticos	18.914	2,3	0,5
Tintas, Vernizes e Esmaltes	616	0,1	0,0
Minerais não Metálicos	9.905	1,2	0,3
Metal-mecânica	9.545	1,2	0,3
Madeira, exceto Mobiliário	1.863	0,2	0,0
Extração de Minerais Metálicos	2.130	0,3	0,1
Produtos de Borracha	799	0,1	0,0
Resinas e Elastômeros	125	0,0	0,0
Outras Atividades ⁽³⁾	24.552	3,0	0,7
BENS DE CAPITAL E DE CONSUMO DURÁVEIS	12.927	1,6	0,4
Mobiliário	12.927	1,6	0,4
TURISMO	108.686	13,4	3,1
Hospedagem	104.724	12,9	3,0
Transportes	1.172	0,1	0,0
Alimentação	885	0,1	0,0
Outras Atividades ⁽⁴⁾	1.905	0,2	0,1
PRESERVAÇÃO AMBIENTAL - FNE-VERDE	195.384	24,1	5,6
Total	812.602	100,0	23,2

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. (2) Outras Atividade referem-se à laticínios, Proces.Benef.Oleos e Gorduras Vegetais e Animais e Abate e Prepar.Prod.Carne, Aves e Pescado. (3) Outras Atividades referem-se à Indústria Siderúrgica, Ind.Combust.Nucleares, Refino Petroleo e álcool e Ind.Fibras, Fios, Cabos e Filamentos artificiais. (4) Entretenimento, Artesanato e Transporte Turístico.

O segmento de bens de consumo intermediário participou com 9,2% no total contratado no Setor Industrial/Turismo, o que representou um volume de recursos de cerca de R\$ 74,9 milhões no primeiro semestre de 2008, ou seja, 2,1% das contratações efetivadas no FNE. As atividades de maior destaque nesse segmento foram as de produtos plásticos, além das indústrias minerais não metálicos e metal-mecânica.

No que se refere às contratações no segmento de bens de capital e de consumo duráveis, registram-se aplicações no valor de R\$ 12,9 milhões no primeiro semestre de 2008, ou 1,6% do total contratado no setor industrial/turismo e 0,4% dos valores contratados através do FNE. As indústrias do setor mobiliário receberam a totalidade desses recursos, observando que o total contratado nesse segmento obteve incremento de 13,5% em relação ao total contratado no mesmo período do ano anterior (R\$ 11,4 milhões).

O segmento turístico recebeu R\$ 108,7 milhões das contratações do FNE no primeiro semestre de 2008. Ressalte-se que o total contratado nesse segmento obteve o expressivo incremento de 595,8% em relação ao total contratado no mesmo período do ano anterior, quando foram contratados apenas R\$ 15,6 milhões. O item hospedagem (hotéis e pousadas) absorveu a maior parcela de recursos (R\$ 104,7 milhões), seguido do item transporte (R\$ 1,2 milhão).

A região semi-árida foi beneficiada com R\$ 206,6 milhões dos recursos do FNE-Setor Industrial/Turismo no primeiro semestre de 2008, correspondendo a 25,4% das contratações desse Setor. Registre-se ainda que, do total de recursos destinados ao Semi-árido, o FNE-Setor Industrial/Turismo contribuiu com 14,1%. No que se refere às contratações fora do semi-árido o FNE-Setor Industrial/Turismo foi responsável por cerca de R\$ 606,0 milhões, o que representou 29,9% do total contratado nesta região e 74,6% do total de recursos contratados no FNE- Setor Industrial/Turismo (Tabelas 1A e 2A).

O FNE beneficiou 1.175 empreendedores/empresas no Segmento Industrial e Turismo no primeiro semestre de 2008, contra 829 no primeiro semestre de 2007, o que representou incremento de 41,7%. Em relação às quantidades de operações firmadas, em relação ao porte dos empreendimentos, 71,7% dos beneficiários no FNE-Setor Industrial/Turismo, no primeiro semestre de 2008, situaram-se nas categorias mini e pequeno portes, enquanto que 22,3% dos beneficiários corresponderam a empreendimentos de médio porte, e 6,0% se referiram a beneficiários de grande porte. No que diz respeito ao valor das contratações do setor por porte de beneficiários, a relação se inverte. Assim, a categoria grande porte foi responsável pela contratação de 71,5% dos recursos do setor (R\$ 580,8 milhões); os de médio porte responderam por 22,8% das contratações (R\$ 185,0 milhões); e a categoria de mini e pequeno beneficiários foi responsável por 5,8% das contratações do setor (R\$ 46,7 milhões).

O FNE-Setor Industrial/Turismo atendeu a todos os Estados da área de atuação do Banco, beneficiando a 309 municípios no primeiro semestre de 2008, o que representa 15,5% dos municípios da área de atuação do FNE. No Primeiro Semestre de 2007 esta quantidade era de 253 municípios. Em relação aos Estados beneficiados, Ceará, Bahia, Paraíba e Pernambuco receberam a maior parcela dos recursos. Juntos, foram responsáveis por 87,1% das contratações do FNE no setor (Tabela 14).

Tabela 14
FNE - Setor Industrial/Turismo - Contratações ⁽¹⁾ Estaduais
Primeiro Semestre de 2008

Valores em R\$ mil	
Estado	Valor
Alagoas	19.015
Bahia	106.368
Ceará	421.787
Espírito Santo	5.684
Maranhão	19.725
Minas Gerais	1.774
Paraíba	96.287
Pernambuco	83.404
Piauí	9.069
Rio Grande do Norte	19.853
Sergipe	29.636
Total	812.602

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

4.1.4 Setor Infra-estrutura

Dentro do cenário para o processo de desenvolvimento econômico de um país, o setor de infra-estrutura é parte fundamental para que o desenvolvimento ocorra de maneira sustentável. Dessa forma, o setor passa a ser condição necessária para a melhoria do bem-estar da população, através do acesso a serviços básicos.

A infra-estrutura física desempenha papel fundamental e integrador nas economias das regiões, oferecendo sustentação às atividades sócio-econômicas. Proporciona, assim, as condições para a implementação das políticas públicas sociais e cria um ambiente favorável aos negócios.

A eficiência da infra-estrutura regional adquire, portanto, importância para que se mantenha e aumente a competitividade dos diferentes segmentos da

economia. Entretanto, a área de atuação do Banco, que engloba os Estados do Nordeste e parte dos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, depara-se, a exemplo das demais regiões do País, com uma situação ainda precária em termos de infra-estrutura. Essas condições limitam o crescimento da Região e impedem avanços no combate às desigualdades regionais.

Como principal órgão financiador de atividades produtivas em sua área de atuação, o Banco do Nordeste - numa perspectiva estratégica das políticas de desenvolvimento - é chamado a desempenhar papel complementar no fortalecimento da infra-estrutura regional, tanto aquela que condiciona o desenvolvimento humano de suas populações, como a que viabiliza o crescimento econômico, com geração de renda e de postos de trabalho.

Dessa forma, o Programa de Financiamento à Infra-estrutura Complementar da Região Nordeste - PROINFRA, financia a implantação, expansão, modernização e realocação de empreendimentos de fornecimento de serviços de infra-estrutura econômica não-governamental, relacionados com geração e/ou distribuição de energia de fontes convencionais, recursos hídricos, saneamento básico, transportes e logística, telecomunicações, instalação de gasodutos e produção de gás.

O Setor Infra-Estrutura, através do FNE, contratou R\$ 901,8 milhões no primeiro semestre de 2008, o que correspondeu a 25,8% do total contratado pelo FNE. Em relação ao primeiro semestre de 2007 houve um expressivo crescimento de 160,9%, ocasião em que foram contratados R\$ 345,7 milhões. O segmento relacionado à produção e distribuição de eletricidade, gás e água, obteve a maior participação no volume de recursos, representando 92,6% das contratações do setor. A atividade relacionada a telecomunicações obteve 7,4% dos recursos destinados ao setor, conforme detalhado na Tabela 15.

Tabela 15
FNE - Contratações ⁽¹⁾ por Atividade no Setor de Infra-estrutura
Primeiro Semestre de 2008

Valores em R\$ Mil			
Atividade	Valor	% Setor	% FNE
Eletricidade, Gás e Água	834.819	92,6	23,9
Telecomunicações	67.000	7,4	1,9
Total	901.819	100,0	25,8

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

No âmbito das regiões, R\$ 595,6 milhões (66,0%) do valor contratado neste setor foram destinados à região semi-árida, enquanto R\$ 306,3 milhões (34,0%) foram para a região fora do semi-árido (Tabela 16).

Tabela 16
FNE - Contratações por Região no Setor de Infra-estrutura
Primeiro Semestre de 2008

Valores em R\$ Mil		
Região	Valor Contratado	%
Semi-árido	595.558	66,0
Outras Regiões	306.261	34,0
Total	901.819	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Com relação à distribuição dos recursos por Estado, o PROINFRA destinou recursos a oito estados da área de atuação do FNE, com destaque para os estados da Bahia e Pernambuco que receberam 37,6% (R\$ 339,2 milhões), 26,9% (R\$ 242,5 milhões), respectivamente (Tabela 17).

Tabela 17
FNE - Contratações ⁽¹⁾ por Estado no Setor de Infra-estrutura
Primeiro Semestre de 2008

Valores em R\$ Mil		
Estado	Valor	%
Alagoas	41.208	4,6
Bahia	339.159	37,6
Ceará	108.607	12,1
Paraíba	33.490	3,7
Pernambuco	242.456	26,9
Piauí	26.328	2,9
Rio Grande do Norte	109.361	12,1
Sergipe	1.210	0,1
Total	901.819	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Os recursos do PROINFRA foram destinados a 35 municípios, com destaque para Camaçari-BA, com 16,9% (R\$ 152,0 milhões), Caruaru-PE com 11,8% (R\$106,7 milhões) e São José do Belmonte-PE com 10,8% (97,3 milhões), conforme a Tabela 36 A. Vale ressaltar, que no mesmo período de 2007 a distribuição dos recursos aconteceram em apenas 7 municípios, o que demonstra o significativo crescimento do Programa, com maior abrangência nos municípios.

4.1.5 Setor Comercial e Serviços

O FNE-Setor Comercial e Serviços contratou no primeiro semestre de 2008 R\$ 597,3 milhões, representando 17,1% do total do FNE no período. Vale destacar um expressivo crescimento de 112,8% em relação ao primeiro semestre de 2007, ocasião em que foram contratados R\$ 280,7 milhões. Observe-se que o limite de financiamento 10,0% dirigidos ao referido Setor foi alterado em maio de 2008 (MP nº 432), para 20,0%, podendo chegar a 30,0%, desde que autorizado pelo Conselho Deliberativo da SUDENE.

A grande demanda por recursos nesse segmento está relacionada com a importância do setor serviços na economia do Nordeste, tanto no que se refere à geração de empregos quanto no que diz respeito ao valor adicionado à produção.

O segmento comercial obteve uma participação de 57,9% (R\$ 345,7 milhões), enquanto o segmento de serviços obteve 42,1% (R\$ 251,6 milhões) dos valores contratados do setor.

No segmento de Serviços, as principais atividades financiadas foram Imobiliárias e Aluguéis (R\$ 79,7 milhões), Saúde (R\$ 42,7 milhões), Serv. Aux. à Indústria (R\$ 33,9 milhões), Telecomunicações (R\$ 18,6 milhões), Educação (R\$ 17,0 milhões), Eletricidade, Gás e Água (R\$ 14,9 milhões) e Transportes Rodoviários (R\$ 6,9 milhões). As demais atividades totalizaram R\$ 42,4 milhões. Em relação ao Comércio, destaca-se o Comércio Varejista, com participação de 42,2% dos recursos do Setor, totalizando R\$ 252,3 milhões (Tabela 18).

Tabela 18
FNE - Contratações ⁽¹⁾ por Atividade nos Setores Comercial e de Serviços
Primeiro Semestre de 2008

Atividade	Valor	Valores em R\$ Mil	
		% Setor	% FNE
COMÉRCIO	345.674	57,9	9,9
Comércio Varejista	252.303	42,2	7,2
Comércio Atacadista	77.486	13,0	2,2
Outras Atividades ⁽²⁾	15.885	2,7	0,5
SERVIÇOS	251.651	42,1	7,2
Imobiliárias e Aluguéis	79.755	13,4	2,3
Saúde	42.715	7,1	1,2
Serv. Aux. à Indústria	29.222	4,9	0,8
Telecomunicações	18.654	3,1	0,5
Educação	17.029	2,8	0,5
Eletricidade, Gás e Água	14.930	2,5	0,4
Transporte Rodoviário	6.983	1,2	0,2
Outras Atividades ⁽³⁾	42.363	7,1	1,3
Total	597.325	100,0	17,1

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. (2) Outras atividades do comércio referem

- se à alimentação, indústria gráfica, intermediários do comércio e atividades auxiliares de transporte. (3) Outras Atividades do setor de serviços referem-se à serviços pessoais, edifícios e obras de engenharia civil, atividades relacionadas ao lazer, atividades auxiliares do transporte e intermediação financeira.

No que se refere à distribuição dos recursos por região, o semi-árido foi beneficiado com R\$ 167,2 milhões dos recursos do FNE-Setor Comercial e Serviços no primeiro semestre de 2008, correspondendo a 28,0% dos valores contratados pelo Setor. A outra região recebeu R\$ 430,0 milhões, representando 72,0% das contratações do setor (Tabela 19).

Tabela 19
FNE - Contratações ⁽¹⁾ por Região nos Setores Comercial e de Serviços
Primeiro Semestre de 2008

Região	Quantidade de Operações	%	Valores em R\$ Mil	
			Valor	%
Semi-árido	3.683	49,5	167.229	28,0
Outras Regiões	3.168	50,5	430.096	72,0
Total	6.851	100,0	597.325	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Em relação ao porte dos empreendimentos beneficiados, o FNE-Setor Comercial e Serviços destinou 39,2% das contratações, ou seja, R\$ 234,3 milhões, para empreendimentos de grande porte. Os médios empreendimentos ficaram com 31,1% (R\$ 185,4 milhões), enquanto os mini, micro e pequenos empreendimentos obtiveram 29,7% (R\$177,6 milhões). Em relação à distribuição espacial, o FNE-Setor Comercial e Serviços esteve presente em todos os Estados pertencentes à área de atuação do Banco (Tabela 20).

Tabela 20
FNE - Contratações ⁽¹⁾ por Porte nos Setores Comercial e de Serviços
Primeiro Semestre de 2008

Porte	Quantidade de Operações	%	Valores em R\$ Mil	
			Valor Contratado	%
Mini/Micro	2.415	35,3	44.852	7,5
Pequeno	3.681	53,7	132.755	22,2
Médio	657	9,6	185.379	31,1
Grande	98	1,4	234.339	39,2
Total	6.851	100,0	597.325	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Em termos estaduais, as unidades federativas que obtiveram maior volume de contratações foram Pernambuco, com 13,7% (R\$ 82,0 milhões), Rio Grande do Norte, 13,4% (R\$ 80,1 milhões), Paraíba, 11,8% (R\$ 70,6 milhões), Ceará, 11,7% (R\$ 69,8 milhões) e Bahia, 11,2% (R\$ 66,9 milhões), representando, juntos, 61,9% do total dos valores contratados (Tabela 21).

Tabela 21
FNE - Contratações ⁽¹⁾ por Estado nos Setores Comercial e de Serviços
Primeiro Semestre de 2008

Estado	Quantidade de Operações	%	Valores em R\$ Mil	
			Valor	%
Alagoas	262	3,8	38.964	6,5
Bahia	1.082	15,8	66.950	11,2
Ceará	1.470	21,5	69.789	11,7
Espírito Santo	48	0,7	31.615	5,3
Maranhão	743	10,7	50.799	8,5
Minas Gerais	343	5,0	18.939	3,2
Paraíba	521	7,6	70.646	11,8
Pernambuco	868	12,7	82.059	13,7
Piauí	484	7,1	46.207	7,8
Rio Grande do Norte	676	9,9	80.120	13,4
Sergipe	354	5,2	41.237	6,9
Total	6.851	100,0	597.325	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Vale ressaltar, que alguns Estados tiveram expressivos crescimentos nos valores contratados, em relação ao mesmo período de 2007, com destaque para Espírito Santo, Paraíba e Pernambuco que obtiveram crescimentos de 1.590,0%, 279,4% e 191,7%, respectivamente.

Com relação à distribuição espacial, o FNE-Setor Comércio/Serviços esteve presente em todos os Estados pertencentes à área de atuação do Banco e em 884 municípios, enquanto que no mesmo período de 2007 foram atendidos 800 municípios.

4.2 Valores Programados e Valores Realizados

A distribuição dos percentuais de contratação dos recursos do FNE para o primeiro semestre de 2008 apresentados na Tabela 22 mostrou que dois segmentos de programas apresentaram contratações aquém dos valores

programados. Os setores Rural e Agroindustrial com 6,2 pontos percentuais abaixo do esperado e os Programas Especiais com contratações menores que o previsto em 8,8 pontos percentuais. Os demais programas superaram os percentuais delineados.

Tabela 22
FNE - Contratações ⁽¹⁾ Programadas e Realizadas, por Setor e Programa.
Primeiro Semestre de 2008

Setor/Programa	Programado (%)	Realizado	
		Valor	%
Rural e Agroindustrial ⁽²⁾	27,6	748.557	21,4
Indústria, Turismo e Infra-Estrutura ⁽²⁾	35,8	1.517.645	43,4
Comércio e Serviços ⁽²⁾	9,7	597.325	17,1
Programas Especiais ⁽³⁾	26,9	632.809	18,1
Total	100,0	3.496.336	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controladoria e BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Notas: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. (2) Excluídos os Programas Especiais (PRONAFs, PRODETEC, PROCULTURA e FNE-Verde). (3) PRONAFs, PRODETEC, PROCULTURA e FNE-Verde (Rural, Industrial e Comércio/Serviços).

O Setor de Comércio e Serviços apresentou valores realizados 7,4 pontos percentuais maiores que os valores programados, ao passo que os Setores de Indústria, Turismo e Infra-Estrutura superaram em conjunto os valores programados em 7,6 pontos percentuais. É importante ressaltar que em relação ao setor de Serviços o limite outrora estabelecido de 10,0% na aplicação dos recursos foi alterado para 20,0%, podendo chegar a 30,0%, conforme estabelecido na Medida Provisória nº 432, de 27.05.2008. Esta medida se mostra acertada, uma vez que os valores financiados neste segmento tende a ser crescente e gerador de empregos.

Vale lembrar que as percentagens programadas não se constituem em metas rígidas, mas recomendações às Agências e Superintendências tendo em vista a melhor distribuição dos recursos por programas de crédito e setores econômicos. A qualidade e sustentabilidade dos projetos representam os principais fatores que determinam, em última instância, os números finais da distribuição dos recursos por programas. Ademais, até o final do ano de 2008, é possível que os valores contratados dos setores cujas metas não foram atingidas, se equiparem às metas estabelecidas, conforme se verifica pelo valor das propostas em carteira, tendo totalizado R\$ 380,0 milhões para o segmento comércio e serviços.

4.3 Impactos Redistributivos das Aplicações do FNE

4.3.1 Contratações por Estado

As contratações no primeiro semestre de 2008 totalizaram R\$ 3,5 bilhões, representando uma ampliação de 69,9% em relação ao valor de R\$ 2,1 bilhões, contratado no primeiro semestre de 2007. Em termos de volume de recursos contratados, os valores mais expressivos foram aplicados nos seguintes Estados: Bahia (R\$ 778,3 milhões), Ceará (R\$ 735,8 milhões), Pernambuco (R\$ 500,3 milhões), Rio Grande do Norte (R\$ 286,5 milhões) e Paraíba (R\$ 232,7 milhões). Dos Estados que apresentaram variação positiva nas contratações do primeiro semestre de 2008, na comparação com o primeiro semestre de 2007, foram, por ordem decrescente de variação: Ceará (215,8%), Rio Grande do Norte (184,0%), Espírito Santo (151,9%), Pernambuco (113,8%) e Sergipe (104,1%). Além desses, os Estados da Bahia, Maranhão, Minas Gerais, Paraíba e Piauí também apresentaram aumento nos valores contratados. Alagoas foi o único Estado que apresentou queda nos valores contratados, na comparação com o primeiro semestre de 2007 (Tabela 23).

Tabela 23
FNE - Contratações e Demanda de Recursos por Estado
Primeiro Semestre de 2008

Valores em R\$ mil

Estado	Contratações ⁽¹⁾	%	Propostas em Carteira ⁽²⁾	Demanda Total	%
Alagoas	148.237	4,2	18.308	166.545	3,5
Bahia	778.349	22,3	363.591	1.141.940	23,8
Ceará	735.768	21,0	322.658	1.058.426	22,1
Espírito Santo	68.147	1,9	14.313	82.460	1,7
Maranhão	190.610	5,5	94.673	285.283	5,9
Minas Gerais	163.263	4,7	76.106	239.369	5,0
Paraíba	232.698	6,7	28.239	260.937	5,4
Pernambuco	500.258	14,3	185.364	685.622	14,3
Piauí	188.947	5,4	23.658	212.605	4,4
Rio Grande do Norte	286.467	8,2	42.380	328.847	6,9
Sergipe	203.592	5,8	133.056	336.648	7,0
Total	3.496.336	100,0	1.302.346	4.798.682	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito e BNB - Ambiente de Coordenação Executiva Institucional.

Notas: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. (2) Valor do estoque das propostas em carteira ao final do período.

As propostas em carteira totalizaram R\$ 1,3 bilhão no primeiro semestre de 2008. Os maiores volumes em carteira ficaram com os Estados da Bahia (R\$ 363,6 milhões), Ceará (R\$ 322,7 milhões), Pernambuco (R\$ 185,4 milhões), Sergipe (R\$ 133,1 milhões) e Maranhão (R\$ 94,7 milhões). Com relação ao primeiro semestre de 2007, as propostas em carteira apresentaram queda de 28,3%. Dentre os

Estados atendidos pelo BNB, três apresentaram incrementos nas propostas em carteira: Sergipe (42,9%), Bahia (22,2%) e Rio Grande do Norte (0,13%). A maior retração no valor dessas propostas foi apresentada por Pernambuco, totalizando 60,7%, em relação ao mesmo período de 2007 (Tabela 23).

Quanto à demanda total de recursos pelos Estados no primeiro semestre de 2008 (R\$ 4,8 bilhões), observou-se acréscimo de 23,8% sobre a demanda total do primeiro semestre de 2007 (R\$ 3,9 bilhões). A Bahia e o Ceará despontaram com a maior demanda por Estado, em torno de R\$ 1,1 bilhão cada, seguido pelo Estado de Pernambuco com uma demanda total de recursos na ordem de R\$ 685,6 milhões.

No que se refere aos percentuais de participação dos Estados no total das contratações do FNE, no primeiro semestre de 2008, verifica-se que duas unidades federativas não atingiram o piso mínimo estabelecido internamente de 4,5% do total de aplicações anuais do Fundo: Espírito Santo (1,9%) e Alagoas (4,2%). Este resultado, entretanto poderá ser revertido até o final do exercício de 2008. Ademais, observa-se que nenhum estado obteve contratações superiores a 30,0%, conforme delimitam as orientações internas.

Considerando-se o período acumulado de 1989 ao primeiro semestre de 2008, todos os Estados atingiram o piso mínimo de 4,5%. A única exceção foi o Estado do Espírito Santo (1,2%), cuja região Norte foi integrada à área de atuação do Banco do Nordeste em 1999, iniciando-se, assim, o atendimento pelo FNE, com dez anos de defasagem em relação aos demais Estados. Nesse período, os principais receptores dos recursos do FNE foram Bahia, Ceará, Pernambuco e Maranhão, que conjuntamente foram responsáveis por 65,1% das contratações. À medida que a base econômica dos demais estados da Região cresce, os recursos do FNE passam a ser distribuídos de forma mais equitativa na área de atuação do Banco (Tabela 24).

Tabela 24
FNE - Contratações ⁽¹⁾ Acumuladas por Estado
Período: 1989 ao Primeiro Semestre de 2008

Estado	Valores em R\$ Milhões	
	Valor ⁽²⁾	%
Alagoas	1.437	5,0
Bahia	7.985	27,7
Ceará	4.383	15,2
Espírito Santo	350	1,2
Maranhão	2.952	10,2
Minas Gerais	1.436	5,0
Paraíba	1.750	6,1
Pernambuco	3.438	11,9
Piauí	1.862	6,5

Estado	Valor ⁽²⁾	%
Rio Grande do Norte	1.784	6,2
Sergipe	1.448	5,0
Total	28.825	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Notas: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações no período, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. (2) Exercícios de 1989 a 1990 - valores atualizados pelo BTN até 31.12.1990 e, em seguida, pelo IGP-DI, até 31.12.1995. Exercício de 1991 - valores atualizados pelo US\$ (comercial venda) até 31.12.1991 e, em seguida, pelo IGP-DI, até 31.12.1995. Exercícios de 1992/1995 - valores atualizados pelo IGP-DI, até 31.12.1995. Exercícios de 1996/2008 - valores correntes.

As contratações para o Setor Rural totalizaram R\$ 1,0 bilhão no primeiro semestre de 2008, representando crescimento de 11,4% em relação ao mesmo período de 2007 (R\$ 930,6 milhões). Os Estados que mais receberam recursos foram Bahia (R\$ 244,8 milhões), Minas Gerais (R\$ 140,6 milhões), Ceará (R\$ 125,0 milhões) e Maranhão (R\$ 115,0 milhões). Juntos, esses quatro Estados receberam 60,4% dos recursos do FNE aportados ao Setor Rural da economia (Tabela 25).

Em relação aos percentuais de acréscimo no FNE-Setor Rural, referentes ao primeiro semestre de 2007, as maiores variações positivas foram obtidas por Minas Gerais (91,5%), Piauí (51,7%), Rio Grande do Norte (14,9%), Ceará (11,6%) e Bahia (5,8%) e os maiores decréscimos foram verificados nos Estados do Espírito Santo (39,3%), Paraíba (23,6%) e Maranhão (12,3%).

Tabela 25
FNE - Contratações ⁽¹⁾ Estaduais e Setoriais
Primeiro Semestre de 2008

Estado	Valores em R\$ mil					
	Rural	Agroindustrial	Industrial/ Turismo	Infra- estrutura	Comércio e Serviços	Total
Alagoas	45.760	3.290	19.015	41.208	38.964	148.237
Bahia	244.842	21.030	106.368	339.159	66.950	778.349
Ceará	124.978	10.607	421.787	108.607	69.789	735.768
Espírito Santo	13.852	16.996	5.684	0	31.615	68.147
Maranhão	115.025	5.061	19.725	0	50.799	190.610
Minas Gerais	140.601	1.949	1.774	0	18.939	163.263
Paraíba	32.097	178	96.287	33.490	70.646	232.698
Pernambuco	89.153	3.186	83.404	242.456	82.059	500.258
Piauí	107.073	270	9.069	26.328	46.207	188.947
Rio Grande do Norte	72.979	4.154	19.853	109.361	80.120	286.467
Sergipe	49.943	81.566	29.636	1.210	41.237	203.592
Total	1.036.303	148.287	812.602	901.819	597.325	3.496.336

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

No segmento agroindustrial, o total contratado atingiu a R\$ 148,3 milhões, representando aumento de 121,0%, sobre o primeiro semestre de 2007. Essa variação positiva foi influenciada pelo crescimento nas contratações em sete estados: Espírito Santo (24.180,0%), Sergipe (11.552,3%), Pernambuco (2.052,7%), Alagoas (1.812,8%), Rio Grande do Norte (889,0%), Minas Gerais (365,2%), Bahia (179,8%) e Maranhão (56,7%). Os Estados do Ceará, Paraíba e Piauí obtiveram decréscimos nos valores contratados desse Setor. Em valores absolutos, os maiores volumes de contratações, no Setor Agroindustrial, no primeiro semestre de 2008, estão nos Estados de Sergipe (R\$ 81,6 milhões), Bahia (R\$ 21,0 milhões), Espírito Santo (R\$ 17,0 milhões), Ceará (R\$ 10,6 milhões) e Maranhão (R\$ 5,1 milhões).

Nos setores de Indústria e Turismo, as operações totalizaram R\$ 812,6 milhões, o que representa um acréscimo de 87,2% sobre o primeiro semestre de 2007. Ressalte-se o bom desempenho do Ceará, cujas contratações saltaram para R\$ 421,8 milhões no primeiro semestre de 2008 contra R\$ 28,8 milhões, no mesmo período de 2007, ou seja, incremento de 1.361,8%. Além desse Estado, seis outros apresentaram incremento nas contratações: Paraíba (575,2%), Piauí (280,1%), Maranhão (268,6%), Sergipe (173,6%), Espírito Santo (148,4%) e Rio Grande do Norte (117,5%). Os Estados de Alagoas, Bahia, Minas Gerais e Pernambuco apresentaram retração nas contratações do Setor Industrial/Turismo no primeiro semestre de 2008, quando comparado ao primeiro semestre do ano imediatamente anterior (Tabela 25).

O Setor de Infra-Estrutura contratou R\$ 901,8 milhões no primeiro semestre de 2008, com expansão de 160,9%, na comparação com o primeiro semestre de 2007. O Estado da Bahia elevou suas contratações em 37,2%, e os Estados de Alagoas, Ceará, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte que não tiveram contratações nesse setor no primeiro semestre de 2007, passaram a contratar financiamentos no referido setor, no primeiro semestre de 2008. As contratações nos Estados da Paraíba e Sergipe sofreram retração em relação ao mesmo período de 2007, da ordem de 57,3% e 94,0%, respectivamente.

O Programa de Apoio ao Comércio e Serviços elevou em 112,8% o valor contratado no primeiro semestre de 2008, comparado com o mesmo período de 2007, ou seja, R\$ 597,3 milhões contratados no primeiro semestre de 2008, comparado a R\$ 280,7 milhões contratados no primeiro semestre de 2007. Todos os Estados atendidos pelo Banco elevaram suas contratações neste setor. As maiores expansões ocorreram nas contratações do Espírito Santo (1.591,6%), Paraíba (279,5%), Pernambuco (191,7%) e Rio Grande do Norte (188,5%). Quanto ao montante de contratações, no primeiro semestre de 2008, os maiores destaques foram Pernambuco (R\$ 82,1 milhões), Rio Grande do Norte (R\$ 80,1 milhões), Paraíba (R\$ 70,6 milhões) e Ceará (R\$ 69,8 milhões), por ordem decrescente de valores contratados.

O número de beneficiários do FNE totalizou 444,3 mil no primeiro semestre de 2008, com redução de 31,3% em relação ao número de beneficiários do primeiro semestre de 2007. O Estado com o maior número de beneficiários foi o Ceará (83,9 mil), seguido da Bahia (78,3 mil), Maranhão (47,8 mil), Pernambuco (44,6 mil) e Minas Gerais (44,0 mil). Os demais Estados apresentaram número de

beneficiários entre 25,6 mil e 31,0 mil, destoando dessa média apenas o Estado do Espírito Santo que apresentou 1,4 mil beneficiários (Tabela 26).

Tabela 26
FNE - Contratações⁽¹⁾ em Relação ao Número de Beneficiários
Primeiro Semestre de 2008

Estado	Contratações (R\$ mil)	Nº de Beneficiários	Distribuição do Crédito	
			R\$/Benef.	Ordem
Alagoas	148.237	25.617	5.786,67	9
Bahia	778.349	78.314	9.938,82	4
Ceará	735.768	83.924	8.767,07	5
Espírito Santo	68.147	1.389	49.061,92	1
Maranhão	190.610	47.773	3.989,91	10
Minas Gerais	163.263	43.967	3.713,31	11
Paraíba	232.698	31.819	7.313,18	6
Pernambuco	500.258	44.617	11.212,27	2
Piauí	188.947	28.533	6.622,05	8
Rio Grande do Norte	286.467	28.684	9.987,00	3
Sergipe	203.592	29.664	6.863,27	7
Total	3.496.336	444.301	7.869,30	-

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Com relação à distribuição de crédito, o valor médio contratado por beneficiário no primeiro semestre de 2008 foi de R\$ 7.869,30, valor 147,4% superior ao valor médio contratado por beneficiário no primeiro semestre de 2007, que foi de R\$ 3.180,75. As maiores relações crédito por beneficiário foram observadas nos Estados do Espírito Santo (R\$ 49.061,9) cujo valor destoa dos valores apresentados pelos estados do Pernambuco (R\$ 11.212,27), Rio Grande do Norte (R\$ 9.987,00) e Bahia (R\$ 9.938,82). As menores relações valor contratado por beneficiário apresentaram-se nos Estados de Minas Gerais (R\$ 3.713,31) e Maranhão (R\$ 3.989,91).

Os três Estados mais populosos da Região Nordeste — Bahia, Pernambuco e Ceará — foram também aqueles que mais contrataram recursos do FNE no primeiro semestre de 2008. Considerando-se toda área de atuação do Banco, a relação valor contratado por residente registra a importância de R\$ 63,53 por habitante, contra R\$ 37,64, no mesmo período de 2007. O Estado de Sergipe apresentou a relação valor contratado por residente mais elevada, equivalente a R\$ 105,00/habitante, seguido pelos Estados do Rio Grande do Norte (R\$ 95,10/habitante), Ceará (R\$ 89,90/habitante) e Espírito Santo (R\$ 87,80/habitante) (Tabela 27).

Tabela 27
FNE - Contratações ⁽¹⁾ em Relação à População Residente
Primeiro Semestre de 2008

Estado	Valor Contratado (R\$ mil)	População (mil hab.)	Valor Contratado/População	
			R\$/Hab.	Ordem
Alagoas	148.237	3.037	48,8	10
Bahia	778.349	14.081	55,3	9
Ceará	735.768	8.185	89,9	3
Espírito Santo	68.147	776	87,8	4
Maranhão	190.610	6.119	31,2	11
Minas Gerais	163.263	2.729	59,8	7
Paraíba	232.698	3.641	63,9	5
Pernambuco	500.258	8.485	59,0	8
Piauí	188.947	3.032	62,3	6
Rio Grande do Norte	286.467	3.014	95,1	2
Sergipe	203.592	1.939	105,0	1
Total	3.496.336	55.038	63,53	-

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito e IBGE – Contagem da População 2007.
Notas: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações no período, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Para analisar o grau de importância do FNE nas economias estaduais, a Tabela 28 apresenta a comparação entre as riquezas geradas por cada unidade federativa e o valor contratado através do FNE. No Setor Primário, o FNE Setor Rural representou aproximadamente 4,2% do PIB da sua área de atuação. Os Estados em que o Fundo obteve maior relevância, em relação ao desempenho do setor primário nesse Estado, foram Piauí (8,8%), Sergipe (8,7%), Minas Gerais (7,9%) e Rio Grande do Norte (7,7%). No Setor Secundário, a importância relativa do Fundo foi de 1,1%.

Tabela 28
FNE - Contratações ⁽¹⁾ em Relação ao PIB dos Estados
Primeiro Semestre de 2008

Estado	FNE Setor Rural/ PIB Setor Primário		FNE Setor Industrial / PIB Setor Secundário	
	%	Ordem	%	Ordem
Alagoas	3,9	6	0,5	5
Bahia	3,4	8	0,4	9
Ceará	5,4	5	4,7	1
Espírito Santo ⁽²⁾	0,7	11	0,4	10
Maranhão	2,6	10	0,5	7
Minas Gerais ⁽³⁾	7,9	3	0,1	11
Paraíba	2,8	9	2,6	2
Pernambuco	3,8	7	0,8	3

Estado	FNE Setor Rural/ PIB Setor Primário		FNE Setor Industrial / PIB Setor Secundário	
	%	Ordem	%	Ordem
Piauí	8,8	1	0,5	6
Rio Grande do Norte	7,7	4	0,5	8
Sergipe	8,7	2	0,7	4
Total	4,2	-	1,1	-

Fontes: BNB – ETENE e IBGE-Contas Regionais 2005⁴.

Notas: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações no período, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar; (2) Os PIBs Rural e Industrial do Norte do Espírito Santo foram estimados em 25,02% do PIB Total do Estado; (3) Os PIBs Rural e Industrial do Norte de Minas Gerais foram estimados em 14,11% do PIB Total do Estado; (4) Valores de 2005 atualizados para junho de 2007 pelo deflator implícito do PIB até 2006 e pelo IGP-DI da FGV de 2007 a junho de 2008.

4.3.2 Contratações no Semi-Árido e Fora do Semi-Árido

O Banco do Nordeste tem destinado especial atenção à região do semi-árido nordestino. Assim é que o FNE alocou R\$ 11,3 bilhões para esse espaço no período 1989 ao primeiro semestre de 2008. As localidades fora do semi-árido, especialmente o litoral e a zona da mata, por possuírem maior base econômica instalada, captaram maior volume de recursos, na ordem de R\$ 17,6 bilhões, nesse mesmo período (Tabela 29).

Tabela 29
FNE - Contratações ⁽¹⁾ Acumuladas por Região
Período: 1989 ao Primeiro Semestre de 2008

Região	Valores em R\$ Milhões	
	Valor ⁽²⁾	%
Semi-árido	11.275	39,1
Fora do Semi-árido	17.550	60,9
Total	28.825	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controladoria.

Notas: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações no período, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. (2) Exercícios de 1989 a 1990 - valores atualizados pelo BTN até 31.12.90 e, em seguida, pelo IGP-DI, até 31.12.1995. Exercício de 1991 - valores atualizados pelo US\$ (comercial venda) até 31.12.1991 e, em seguida, pelo IGP-DI, até 31.12.1995. Exercícios de 1992/1995 - valores atualizados pelo IGP-DI, até 31.12.1995. Exercícios de 1996/2008 – valores correntes.

No primeiro semestre de 2008, o FNE aplicou cerca de R\$ 1,5 bilhão na região do semi-árido nordestino, ou seja, 42,0% dos valores contratados através do Fundo. Aproximadamente 282 mil pessoas e empresas foram beneficiadas com recursos do FNE nesse espaço territorial, equivalendo a 63,5% do total de beneficiários do Fundo, no período sob análise (Tabela 29-1).

Tabela 29-1
FNE - Contratações ⁽¹⁾ por Região
Primeiro Semestre de 2008

Região	No de Beneficiários	%	Valores em R\$ mil	
			Valor	%
Semi-árido	282.187	63,5	1.468.202	42,0
Fora do Semi-árido	162.114	36,5	2.028.134	58,0
Total	444.301	100,0	3.496.336	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Ressalta-se também que a relação contratações no semi-árido e ingressos de recursos provenientes da Secretaria do Tesouro Nacional/Ministério da Integração foi de 43,7% em 2007 (R\$ 1,4 bilhão / R\$ 3,2 bilhões). Referida relação é de 46,4% quando se considera o período 1989 a 2007 (R\$ 9,8 bilhões de contratações no semi-árido e R\$ 21,1 bilhões de ingressos de recursos). No Primeiro Semestre de 2008 esta relação foi de 75,3% (R\$ 1,5 bilhão de contratações no semi-árido e R\$ 1,9 bilhão de ingresso de recursos), de acordo com as tabelas 5 e 29-1.

Conforme preceitua a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, a qual instituiu o Fundo, no caso da região Nordeste, FNE “inclui a finalidade específica de financiar, em condições compatíveis com as peculiaridades da área, atividades econômicas do semi-árido, às quais destinará metade dos recursos ingressados...” (Art. 2º, § 2º). Além disso, aos mutuários que desenvolvem suas atividades na região do semi-árido nordestino serão concedidos bônus de adimplência de vinte e cinco por cento e de quinze por cento para os mutuários das demais regiões (Lei nº 10.177, de 12.01.2001).

Não obstante o financiamento na referida região climática ter sido inferior à metade de todas as contratações do Fundo, é importante ressaltar que o maior volume de valores contratados fora do semi-árido não afetou a alocação de recursos no semi-árido, visto que a demanda por financiamento nesta região climática foi plenamente atendida. O contingenciamento de recursos para a região fora do semi-árido, de forma a se alocar metade das contratações do FNE para o semi-árido, implicaria aumentar as disponibilidades do Fundo. Além disso, referido contingenciamento prejudicaria o desenvolvimento da região Nordeste.

Ademais, apesar das aplicações no semi-árido terem sido inferiores à regulamentação dada ao Fundo, há de se considerar as peculiaridades entre os estados da região nordestina, a qual é caracterizada pelo clima semi-árido. Referida região comporta estados, a exemplo do Maranhão, cujo território, em sua maioria, é dominado pela vegetação de floresta, refletindo uma transição entre o nordeste semi-árido e a Amazônia úmida. Em que pese o Maranhão não apresentar escassez de chuvas, registrar significativos índices de crescimento econômico e assumir a segunda posição de maior exportador do Nordeste, o

Estado abriga grandes desigualdades sócio-econômicas, dentre as quais: a) dos trinta municípios com menores índices de IDH no Nordeste, o Maranhão apresenta o maior número de municípios (12) enquadrados nessa faixa; b) também estão no Maranhão os 10 municípios do Nordeste com menor renda familiar, inclusive com um município detendo a última posição do “ranking”; c) o Maranhão apresenta níveis de alfabetização dos mais baixos do país, o que vai se refletir no grau de qualificação profissional dos trabalhadores maranhenses (Unicef/IBGE, 1994).

Desse modo, verifica-se que o Maranhão, apesar de estar localizado fora do semi-árido, reúne características que se assemelham às dos estados mais pobres da região semi-árida atendidos pelo Fundo. Ademais, o PIB per capita do Estado figura na última posição, sendo sua renda per capita a mais baixa do País, no ano de 2004.

As questões acima chamam a atenção para uma reflexão sobre a maior atenção a ser dada pelo Fundo aos estados com economia menos dinâmicas, observando-se não apenas os aspectos climáticos, classificando-os em dentro e fora do semi-árido. Outras questões igualmente importantes precisam ser consideradas na identificação dos estados que requerem maior incentivo através dos recursos alocados pelo Fundo, a exemplo do IDH, PIB per capita, índice de analfabetismo, fornecimento de serviços básicos, coeficiente de mortalidade infantil e índices de pobreza.

Como forma de exemplificar que tais questões podem afetar o Fundo no sentido do não cumprimento da legislação no que se refere especificamente à questão das aplicações no semi-árido apresentam-se, nas Tabelas 30 e 30.1, os resultados das aplicações subtraindo-se apenas o estado do Maranhão das contratações por região climática. Assim, excluindo-se o Maranhão dos valores contratados pelo Fundo desde sua criação, a participação do semi-árido se eleva para 43,6%, ou 4,5% pontos percentuais a mais, aproximando-se do mínimo a ser aplicado pelo FNE na referida região climática (Tabela 30).

Tabela 30
FNE - Contratações ⁽¹⁾ Acumuladas por Região
(Exclui o Estado do Maranhão)
Período: 1989 ao Primeiro Semestre de 2008

Região	Valores em R\$ Milhões	
	Valor ⁽²⁾	%
Semi-árido	11.275	43,6
Fora do Semi-árido	14.598	56,4
Total	25.873	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controladoria.

Notas: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações no período, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. (2) Exercícios de 1989 a 1990 - valores atualizados pelo BTN até 31.12.90 e, em seguida, pelo IGP-DI, até 31.12.1995. Exercício de 1991 - valores atualizados pelo US\$ (comercial venda) até 31.12.1991 e, em seguida, pelo IGP-DI, até 31.12.1995. Exercícios de 1992/1995 - valores atualizados pelo IGP-DI, até 31.12.1995. Exercícios de 1996/2008 – valores correntes.

Considerando a exclusão das contratações realizadas no Maranhão no primeiro semestre de 2008 (R\$ 190.610 mil), a participação do semi-árido se eleva de 42,0% para 44,4% no primeiro semestre de 2008, de acordo com as Tabelas 29-1 e 30-1.

Tabela 30-1
FNE - Contratações ⁽¹⁾ por Região
(Exclui o Estado do Maranhão)
Primeiro Semestre de 2008

Valores em R\$ mil

Região	No de Beneficiários	%	Valor	%
Semi-árido	282.187	71,2	1.468.202	44,4
Fora do Semi-árido	114.341	28,8	1.837.524	55,6
Total	396.528	100,0	3.305.726	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

4.3.3 Contratações por Porte de Beneficiário

As ações do BNB estão pautadas pelo apoio prioritário aos empreendedores de micro, mini e pequenos negócios, com financiamento a programas de conteúdo tecnológico capazes de prover sustentabilidade econômica às suas respectivas atividades. Contudo, faz-se necessário considerar o potencial de alavancagem de negócios das empresas de médio e grande portes para os pequenos empreendimentos.

Nesse contexto, os empreendimentos de mini e pequeno portes receberam 39,7% do total de contratações do FNE, o que equivale a R\$ 11,4 bilhões, no período de 1989 ao primeiro semestre de 2008. O somatório de contratações para clientes de médio porte alcançou R\$ 3,5 bilhões, ou seja, 12,2% do total contratado pelo Fundo. Os clientes de grande porte receberam R\$ 13,9 bilhões ou 48,1% do total de contratações do FNE (Tabela 31).

Tabela 31
FNE - Contratações ⁽¹⁾ Acumuladas por Porte de Beneficiários
Período: 1989 ao Primeiro Semestre de 2008

Valores em R\$ Milhões

Porte	Valor ⁽²⁾	%
Mini/Pequeno	11.435	39,7
Médio	3.513	12,2
Grande	13.877	48,1
Total	28.825	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controladoria.

Notas: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações no período 1989-2004, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. (2) Exercícios de 1989 a 1990 - valores atualizados pelo BTN até 31.12.90 e, em seguida, pelo IGP-DI, até 31.12.1995. Exercício de 1991 - valores atualizados pelo US\$ (comercial venda) até 31.12.1991 e, em seguida, pelo IGP-DI, até 31.12.1995. Exercícios de 1992/1995 - valores atualizados pelo IGP-DI, até 31.12.1995. Exercícios de 1996/2008 - valores correntes.

Os empreendedores de mini, micro e pequeno portes predominaram nos Setores Rural; Industrial e Turismo; e Comercial e Serviços atendidos pelo FNE, no primeiro semestre de 2008. O Setor Agroindustrial apresentou o mesmo número de beneficiários de empreendimentos de micro, mini e pequeno portes e de empreendimentos de médio porte. No segmento de Infra-estrutura, em decorrência da natureza da atividade do setor, foram atendidos apenas empreendimentos de grande porte. Os beneficiários de empreendimentos de micro, mini e pequeno portes totalizaram 442 mil, o que equivale a 99,4% de todos os beneficiários atendidos pelo FNE, no período em foco. Em termos absolutos, a maior quantidade de beneficiários do FNE atua no Setor Rural, segmento em que a quase totalidade, ou seja, 434,8 mil beneficiários são responsáveis por empreendimentos que pertencem à categoria de micro, mini e pequeno portes (Tabela 32).

Os beneficiários de médio porte obtiveram maior destaque nos setores Rural; Comércio e Serviços; e Indústria e Turismo. Nos cinco setores, somaram 0,5% de todos os beneficiários do Fundo, no primeiro semestre de 2008. No que se refere aos grandes empreendimentos, a participação mais destacada desse porte, ocorreu nos setores Agroindustrial, 25,6% dos beneficiários e de Infra-Estrutura, 100,0% dos beneficiários.

Tabela 32
FNE - Beneficiários por Porte e Setor
Primeiro Semestre de 2008

Porte	Rural		Agroindustrial		Indústria/ Turismo		Infra – Estrutura		Comércio e Serviços		Total	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Mini/Micro/ Pequeno	434.818	99,7	32	37,2	843	71,7	0	0,0	6.096	89,0	441.789	99,4
Médio	1.065	0,2	32	37,2	262	22,3	0	0,0	657	9,6	2.016	0,5
Grande	296	0,1	22	25,6	70	6,0	10	100,0	98	1,4	496	0,1
Total	436.179	100,0	86	100,0	1.175	100,0	10	100,0	6.851	100,0	444.301	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Quanto aos valores contratados, 20,6% dos recursos do FNE foram destinados aos mini e pequenos produtores, no primeiro semestre de 2008, perfazendo um total de R\$ 720,5 milhões. Os valores para os mini e pequenos empreendedores foram mais expressivos nos Setores Rural e Comércio e Serviços (Tabela 33).

Os produtores de porte médio, no primeiro semestre de 2008, obtiveram recursos da ordem de R\$ 497,6 milhões. O valor contratado com produtores de grande porte no primeiro semestre de 2008 aumentou 119,7% em relação ao primeiro semestre de 2007, passando de R\$ 1,0 bilhão para R\$ 2,3 bilhões.

Tabela 33
FNE - Contratações ⁽¹⁾ por Porte dos Beneficiários e Setor
Primeiro Semestre de 2008

Porte	Rural		Agro-industrial		Indústria e Turismo		Infra- Estrutura		Comércio e Serviços		Total	
		%		%		%		%		%		%
Mini/Pequeno	493.943	47,7	2.237	1,5	46.757	5,8	0	0	177.607	29,7	720.544	20,6
Médio	88.414	8,5	38.755	26,1	185.030	22,8	0	0	185.379	31	497.578	14,2
Grande	453.946	43,8	107.295	72,4	580.815	71,4	901.819	100	234.339	39,3	2.278.214	65,2
Total	1.036.303	100,0	148.287	100,0	812.602	100,0	901.819	100	597.325	100,0	3.496.336	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

4.3.4 Municípios Atendidos pelo FNE

A área de abrangência do FNE é composta por 1.989 municípios. Destes, 1.864 foram atendidos com operações de crédito durante o primeiro semestre de

2008, ou seja, 93,7% dos municípios atendidos pelo Fundo. No período sob análise, a quase totalidade dos municípios dos Estados que compõem a área de abrangência do FNE recebeu recursos. Os Estados do Ceará, Sergipe e Rio Grande do Norte destacam-se com os maiores percentuais de municípios atendidos. Nos demais Estados, o percentual de municípios atendidos foi superior a 85,3% (Tabela 34).

Tabela 34
FNE - Distribuição Territorial dos Recursos
Primeiro Semestre de 2008

Estado	Nº de Municípios da Área de Atuação do FNE (A)	Nº de Municípios Atendidos pelo FNE (B)	B/A (%)
Alagoas	102	87	85,3
Bahia	417	388	93,0
Ceará	184	183	99,5
Norte do Espírito Santo	28	24	85,7
Maranhão	217	202	93,1
Norte de Minas Gerais	168	147	87,5
Paraíba	223	211	94,6
Pernambuco ⁽¹⁾	185	177	95,7
Piauí	223	208	93,3
Rio Grande do Norte	167	163	97,6
Sergipe	75	74	98,7
Total	1.989	1.864	93,7

Fontes: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito e BNB - ETENE.

Nota: (1) O Território Estadual de Fernando de Noronha está contido nessa estatística como município.

Em relação ao primeiro semestre de 2007, houve leve redução de 2,41% no total das localidades atendidas, já que no exercício do primeiro semestre de 2007, o FNE atendeu a 1.910 municípios. Dividindo-se o valor total contratado através do FNE no primeiro semestre de 2008 (R\$ 3,5 bilhões) pelo número de municípios onde os recursos foram aplicados (1.864), chega-se a uma média de R\$ 1,9 milhões contratados por município — superior à média do primeiro semestre de 2007 (R\$ 1,1 milhões).

Territorialmente, o FNE difundiu-se de forma mais intensa no setor rural, estando presente em 91,4% da área de atuação do Fundo Constitucional, o que corresponde a 1.818 municípios atendidos. Destacam-se, também, as contratações efetuadas em 884 municípios no setor de Comercial e Serviços, e as efetuadas em 309 municípios no setor Industrial, equivalente a 44,4% e 15,5% da área de abrangência do Fundo, respectivamente (Tabela 35).

Tabela 35
FNE - Distribuição Territorial e Setorial dos Recursos
Primeiro Semestre de 2008

Setor	Nº de Municípios Atendidos pelo FNE no Período	% em Relação ao Nº de Municípios da Área de Atuação do FNE
Rural	1.818	91,4
Agroindustrial	53	2,7
Industrial/Turismo	309	15,5
Infra-Estrutura	35	1,8
Comércio/Serviços	884	44,4

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

O FNE destinou até R\$ 500 mil para 1.315 municípios no exercício do primeiro semestre de 2008. Seguiram-se 498 municípios que receberam recursos na faixa de R\$ 501 mil a R\$ 10 milhões, enquanto que 51 municípios receberam recursos acima de R\$ 10 milhões (Tabela 36).

Tabela 36
FNE - Distribuição Territorial dos Recursos por Faixa de Valor Contratado
Primeiro Semestre de 2008

Faixa de Valor Contratado	Nº de Municípios Atendidos pelo FNE no Período ⁽¹⁾	% em Relação ao Total de Municípios Atendidos pelo FNE
R\$ 1 a R\$ 100 mil	557	29,9
de R\$ 101 mil a R\$ 500 mil	758	40,7
de R\$ 501 mil a R\$ 1 milhão	253	13,6
> R\$ 1 milhão a R\$ 10 milhões	245	13,0
> R\$ 10 milhões a R\$ 100 milhões	46	2,5
> R\$ 100 milhões	5	0,3
Total	1.864	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) O enquadramento dos municípios por faixa ocorre nas operações de maior valor. Assim, se um município obteve 2 operações de empréstimos, sendo uma de R\$ 1 mil e a segunda de R\$ 100 mil, o enquadramento desse município ocorrerá na faixa 2.

Quanto às contratações por tipo de município, a Tabela 37 indica que os municípios de baixa e média rendas contrataram mais da metade das operações (98,2%) do Fundo, enquanto os municípios de alta renda ficaram com 1,8% do total das operações contratadas, no primeiro semestre de 2008. No que se refere aos valores contratados, no primeiro semestre de 2008, a maior parte destinou-se aos municípios de alta renda (R\$ 1,4 bilhão ou 40,7% dos recursos contratados).

Seguiram-se os municípios estagnados de média renda (R\$ 1,0 bilhão ou 29,8% do total contratado pelo FNE), os dinâmicos de média renda (R\$ 613,0 milhões ou 17,5%), e finalmente, os municípios de baixa renda (R\$ 418,4 milhões ou 12,0%).

Tabela 37
FNE - Contratações por Tipo de Município ⁽¹⁾
Primeiro Semestre de 2008

Tipologia	Quantidade de Operações	%	Valores em R\$ Mil	
			Valor Contratado (Em R\$ mil)	%
Baixa Renda ⁽²⁾	50.822	33,0	418.414	12,0
Estagnado de Média Renda ⁽³⁾	47.526	30,9	1.041.427	29,8
Dinâmico de Média Renda ⁽⁴⁾	52.714	34,3	613.018	17,5
Alta Renda ⁽⁵⁾	2.839	1,8	1.423.477	40,7
Total	153.901	100,0	3.496.336	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Classificação Municipal de Renda dos Municípios. (2) Baixa Renda: municípios cujo rendimento médio por habitante varie entre 16% a 33% do rendimento médio por habitante no Brasil (em 2000); e a variação no PIB foi inferior a 3,87% entre 1990 e 1998. (3) Estagnado de Média Renda: municípios cujo rendimento médio por habitante varie entre 33% e 93% do rendimento médio por habitante no Brasil (em 2000); e a variação no PIB foi inferior a 3,87% entre 1990 e 1998. (4) Dinâmica de Média Renda: municípios cujo rendimento médio por habitante varie entre 33% a 93% do rendimento médio por habitante no Brasil (em 2000); e a variação no PIB foi igual ou maior que 3,87% entre 1990 e 1998. (5) Alta Renda: municípios cujo rendimento médio por habitante seja de no mínimo 93% do rendimento médio por habitante no Brasil (em 2000); e a variação no PIB foi igual ou maior que 3,87% entre 1990 e 1998.

4.4 Repasse do BNB a Outras Instituições

De acordo com o artigo 9º, da Lei Nº 7.827, que institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), e dá outras providências, os bancos administradores poderão repassar recursos dos Fundos Constitucionais a outras instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com comprovada capacidade técnica e com estrutura operacional e administrativa aptas a realizar, em segurança e no estrito cumprimento das diretrizes e normas estabelecidas, programas de crédito especificamente criados com essa finalidade, desde que observadas as diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional (Redação dada pela Lei nº 10.177, de 12.01.2001).

Desse modo, o Banco do Nordeste vem repassando recursos a algumas instituições com o objetivo de dar maior capilaridade ao FNE. No primeiro semestre de 2008, o Banco realizou repasses de recursos do FNE a três instituições, no valor total de R\$ 24,0 milhões, por meio de 100 operações contratadas. Em termos de valores, a Agência de Fomento do Estado da Bahia (Desenbahia) foi responsável por contratações totais de R\$ 18,2 milhões, ou seja, 76,0% do total dos repasses. Em seguida, aparecem o Banco do Estado de Sergipe S.A. (Banese), com 23,5% das operações contratadas e repassadas, e a Agência de

Fomento do Rio Grande do Norte (AGN), com 0,5%. No que tange ao número de operações contratadas, o Banese foi responsável por 90,0% do total (Tabela 38).

Tabela 38
FNE – Bancos Repassadores
Primeiro Semestre de 2008

Bancos Repassadores	Nº de Operações	%	Valores em R\$ mil	
			Valor Contratado	%
Banco do Estado de Sergipe (BANESE)	90	90,0	5.646	23,5
Agência de Fomento do Rio Grande do Norte (AGN)	1	1,0	122	0,5
Agência de Fomento do Estado da Bahia (DESENBAHIA)	9	9,0	18.221	76,0
Total	100	100,0	23.989	100,0

Fonte: AGN, BANESE e DESENBAHIA.

Dentre os Setores financiados pelos bancos repassadores, com recursos do FNE, o Setor Rural destacou-se no primeiro semestre de 2008, absorvendo 34,6% do total de recursos contratados e repassados, ou seja, R\$ 8,3 milhões. Em seguida aparece o Setor Comercial e Serviços, que responderam por R\$ 8,0 milhões, ou seja, 33,4% do total contratado. Finalmente, o Setor Industrial e Turismo recebeu R\$ 7,7 milhões ou 32,0% dos valores contratados totais. Esses recursos beneficiaram 100 empresas e produtores no primeiro semestre de 2008, sendo que 91,0% dos beneficiários pertenciam ao Setor Rural, 6,0% ao Setor Comércio e Serviços e 3,0% ao Setor Industrial e Turismo (Tabela 39).

Tabela 39
FNE – Bancos Repassadores - Desempenho Operacional
Contratações no Primeiro Semestre de 2008

Setores e Programas	Nº de Operações	Contratações (1)			Valor das Propostas em Carteira
		Quant. Beneficiários	Valor	%	
RURAL	91	91	8.295	34,6	330
Programa de Apoio ao Desenvolvimento Rural (RURAL) e Outros	91	91	8.295	34,6	-
Programa de Apoio à Agricultura Familiar (PRONAF - Grupo A)	-	-	-	-	-
Programa de Apoio à Agricultura Familiar (PRONAF – Grupo C)	-	-	-	-	-
Programa de Apoio à Agricultura Familiar (PRONAF - Grupo D)	-	-	-	-	-
Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Aquicultura e Pesca do Nordeste (AQUIPESCA)	-	-	-	-	330
Programa de Financiamento à Conservação e Controle do Meio Ambiente (FNE-VERDE)	-	-	-	-	-

Setores e Programas	Contratações (1)				Valor das Propostas em Carteira
	Nº de Operações	Quant. Beneficiários	Valor	%	
AGROINDUSTRIAL	-	-	-	-	120
Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Agroindústria Alimentar (AGRIN)	-	-	-	-	120
INDUSTRIAL E TURISMO	3	3	7.664	32,0	563
Programa de Apoio ao Setor Industrial do Nordeste (INDUSTRIAL)	3	3	7.664	32,0	563
Programa de Apoio ao Turismo Regional (PROATUR)	-	-	-	-	-
Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico (PRODETEC)	-	-	-	-	-
Programa de Financiamento à Cultura (PROCULTURA)	-	-	-	-	-
Programa de Financiamento à Conservação e Controle do Meio Ambiente (FNE-VERDE)	-	-	-	-	-
INFRA-ESTRUTURA	-	-	-	-	-
Programa de Financiamento à Infra-Estrutura Complementar da Região Nordeste (PROINFRA)	-	-	-	-	-
COMÉRCIO E SERVIÇOS	6	6	8.030	33,4	80
Programa de Financiamento para os Setores Comercial e de Serviços (COMÉRCIO E SERVIÇOS)	6	6	8.030	33,4	80
Programa de Financiamento à Cultura (PROCULTURA)	-	-	-	-	-
Programa de Financiamento à Conservação e Controle do Meio Ambiente (FNE-VERDE)	-	-	-	-	-
Total	100	100	23.989	100,0	1.093

Fonte: AGN, BANESE e DESENBAHIA.

Notas: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Dentre as atividades financiadas no Setor Rural destaca-se a agricultura de sequeiro, com R\$ 4,0 milhões contratados, ou seja, 48,1% do total contratado nesse setor. Entre as atividades financiadas, sublinham-se: fruticultura, grãos, raízes e tubérculos (Tabela 40).

Em seguida, destacam-se as contratações na pecuária, que somaram R\$ 3,8 milhões, ou seja, 45,8% do total contratado no Setor Rural. Entre as atividades financiadas na pecuária ressaltam-se: bovinocultura, ovinocaprino cultura e avicultura. Finalmente, na agricultura irrigada foram contratadas operações no valor de R\$ 502,0, ou seja, 6,1% do total contratado no Setor Rural, com destaque para a atividade de grãos.

Tabela 40
FNE – Bancos Repassadores
Contratações ⁽¹⁾ por Atividade no Setor Rural
Primeiro Semestre de 2008

Valores em R\$ mil	
Atividade	Valor
PECUÁRIA	3.803
Apicultura	-
Avicultura	151
Bovinocultura	3.475
Carcinicultura	-
Estruticultura (avestruz)	-
Ovinocaprinocultura	177
Piscicultura	-
Suinocultura	-
Outras Atividades	-
AGRICULTURA DE SEQUEIRO	3.990
Bebidas e Fumo	-
Fibras e Têxteis	-
Fruticultura	216
Grãos	13
Raízes e Tubérculos	6
Outras Atividades	3.755
AGRICULTURA IRRIGADA	502
Bebidas e Fumo	-
Fibras e Têxteis	-
Flores	-
Fruticultura	-
Grãos	502
Olericultura	-
Outras Atividades	-
Total	8.295

Fonte: AGN, BANESE e DESENBAHIA.

Notas: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

No que tange às contratações no segmento Industrial e Turismo (Tabela 41), observa-se que no Setor Industrial, destacam-se as da categoria bens de consumo intermediário, com contratações totais de R\$ 7,3 milhões, direcionadas a atividade metal-mecânica, ou seja, 95,3% do total das contratações desse setor, seguida da categoria bens de consumo não-duráveis, com um total de contratações no valor

de R\$ 364,0 mil ou 4,7% das contratações, nas atividades de produtos alimentícios (R\$ 292,0 mil) e vestuário e acessórios (R\$ 72,0 mil).

Tabela 41
FNE – Bancos Repassadores
Contratações ⁽¹⁾ por Atividade nos Setores Industrial e Turismo
Primeiro Semestre de 2008

Valores em R\$ mil	
Atividade	Valor
BENS DE CONSUMO NÃO DURÁVEIS	364
Eleto-Eletrônico	-
Gráfica	-
Bebidas(exceto agroindústria)	-
Calçados	-
Celulose, Papel e Prod. Papel	-
Produtos Alimentícios	292
Prod. Limpeza,Perfumaria e Cosméticos	-
Têxtil	-
Vestuário e Acessórios	72
BENS DE CONSUMO INTERMEDIÁRIO	7.300
Extração de Minerais Metálicos	-
Extração de Minerais não Metálicos	-
Metal-Mecânica	7.300
Produto Minerais não Metálicos	-
Produtos Plásticos	-
Produtos Químicos	-
Tintas, Vernizes e Esmaltes	-
Produtos Borracha	-
Siderurgia	-
Transportes	-
Outros	-
BENS DE CAPITAL E DE CONSUMO DURÁVEIS	-
Mobiliário	-
TURISMO	-
Alimentação	-
Atividades de Transportes	-
Hospedagem	-
Serviços (Mão de Obra)	-
Outros	-
Total	7.664

Fonte: AGN, BANESE e DESENBAHIA.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Analisando as contratações nos Setores Comercial e de Serviços, por atividade, destaca-se o comércio varejista com R\$ 7,7 milhões contratados, ou seja, 95,5% do total contratado nesses setores. Em seguida aparecem: comércio atacadista (R\$ 220,0 mil ou 2,7%) e educação, com R\$ 12,0 mil ou 0,2% dos recursos aplicados (Tabela 42).

Tabela 42
FNE – Bancos Repassadores
Contratações ⁽¹⁾ por Atividade nos Setores Comercial e de Serviços
Primeiro Semestre de 2008

Valores em R\$ mil

Atividade	Valor	% Setor	% FNE
COMÉRCIO	7.886	98,2	32,9
Comércio Varejista	7.666	95,5	32,0
Comércio Atacadista	220	2,7	0,9
SERVIÇOS	144	1,8	0,6
Saúde	-	-	-
Construção Civil	-	-	-
Imobiliárias e Aluguéis	-	-	-
Educação	12	0,2	0,1
Eletricidade, gás e água	-	-	-
Alimentação	-	-	-
Transporte	-	-	-
Outros	132	1,6	0,6
Total	8.030	100,0	33,5

Fonte: AGN, BANESE e DESENBAHIA.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Observando-se as contratações dos bancos repassadores de acordo com a região, verifica-se que 83,4% do valor total contratado, no primeiro semestre de 2008, foram direcionados ao semi-árido, totalizando R\$ 20,0 milhões. No que tange ao número de beneficiários por região, o semi-árido foi responsável por 73,0% do total de beneficiários (Tabela 43). Estes resultados são bastante positivos em relação à diretriz de aplicação de metade dos recursos no semi-árido.

Tabela 43
FNE – Bancos Repassadores
Contratações ⁽¹⁾ por Região
Primeiro Semestre de 2008

Área	Nº de Beneficiários	%	Valores em R\$ mil	
			Valor	%
Semi-árido	73	73,0	20.008	83,4
Fora do Semi-árido	27	27,0	3.981	16,6
Total	100	100,0	23.989	100,0

Fonte: AGN, BANESE e DESENBÁHIA.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

No que tange ao número de beneficiários, verifica-se que, de forma geral, predominaram os empreendedores de mini, micro e pequeno portes, representando 90,0% do total de beneficiários atendidos pelos bancos repassadores, no primeiro semestre de 2008 (Tabela 44).

Analisando o número de beneficiários, por porte e setor, verifica-se que no setor rural, os empreendedores de mini, micro e pequeno portes tiveram participação de 93,4%. Da mesma forma, nos setores comércio e serviços, essa categoria de empreendedores também prevaleceu, com 66,6% de participação. Por fim, no Setor Industrial/ Turismo, as três categorias de beneficiários tiveram o mesmo percentual de participação, com 33,3% cada.

Tabela 44
FNE – Bancos Repassadores
Beneficiários por Porte e Setor
Primeiro Semestre de 2008

Porte/ Setor	Rural		Agroindustrial		Industrial/Turismo		Infra- Estrutura		Comércio e Serviços		Total	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Mini/Micro /Pequeno	85	93,4	-	-	1	33,3	-	-	4	66,6	90	90,0
Médio	1	1,1	-	-	1	33,3	-	-	1	16,7	3	3,0
Grande	5	5,5	-	-	1	33,3	-	-	1	16,7	7	7,0
Total	91	100,0	-	-	3	100,0	-	-	6	100,0	100	100,0

Fonte: AGN, BANESE e DESENBÁHIA.

A análise das contratações dos bancos repassadores, em termos de volume de recursos contratados no primeiro semestre de 2008, por porte do

empreendimento, revela que 83,4% do valor direcionou-se aos empreendimentos de grande porte (Tabela 45).

Examinando os valores contratados, por porte e setor, constata-se que no Setor Rural, os empreendimentos de grande porte foram responsáveis por 65,2% do total contratado nesse setor. Em seguida, vêm os de mini, micro e pequeno portes (31,3%) e de médio porte (3,5%). Nos Setores Industrial e Turismo, e Comercial e Serviços, os empreendimentos de grande porte foram responsáveis por quase a totalidade dos valores contratados, com participação de 95,25% e 90,9% do total contratado em cada setor, respectivamente.

Tabela 45
FNE – Bancos Repassadores
Contratações ⁽¹⁾ por Porte do Beneficiário e Setor
Primeiro Semestre de 2008

Porte						Valores em R\$ mil
	Rural	Agroindustrial	Industrial/Turismo	Infra - Estrutura	Comércio e Serviços	Total
Mini/Micro/Pequeno	2.600	-	72	-	718	3.390
Médio	287	-	292	-	12	591
Grande	5.408	-	7.300	-	7.300	20.008
Total	8.295	-	7.664	-	8.030	23.989

Fonte: AGN, BANESE e DESENBAHIA.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Territorialmente, as contratações dos bancos repassadores, no primeiro semestre de 2008, difundiram-se por 41 municípios da área de atuação do Fundo, ocorrendo de forma mais intensa no segmento rural, estando presente em 32 municípios (Tabela 46). A seguir, destacam-se os Setores Comercial e Serviços (6 municípios) e Industrial e Turismo (3 municípios).

Tabela 46
FNE – Bancos Repassadores
Distribuição Territorial e Setorial dos Recursos
Primeiro Semestre de 2008

Setores/Programas	Nº de Municípios Atendidos
Rural	32
Agroindustrial	-
Industrial	3
Infra-Estrutura	-
Comércio/Serviços	6

Fonte: AGN, BANESE e DESENBAHIA.

Dentre os municípios atendidos pelos bancos repassadores, destacam-se três, que juntos foram responsáveis por 72,1% do valor total contratado: Jequié- BA (31,3%); Feira de Santana (30,4%); e Siriri, com 10,4% (Tabela 47).

Tabela 47
FNE – Bancos Repassadores
Contratações por Município no Primeiro Semestre de 2008

Município	Valores em R\$ mil Valor Contratado
ALTO DOS RODRIGUES (RN)	122
AMARGOSA (BA)	292
FEIRA DE SANTANA (BA)	7.300
ITAPETINGA (BA)	221
JEQUIÉ (BA)	7.500
LUIS EDUARDO MAGALHÃES (BA)	502
NOVA VIÇOSA (BA)	152
PRADO (BA)	1.104
SAÚDE (BA)	1.151
AQUIDABÃ (SE)	49
ARACAJU (SE)	84
ARAUÁ (SE)	114
BOQUIM (SE)	34
CAMPO DO BRITO	19
CANHOBA	288
ESTÂNCIA (SE)	162
GARURU (SE)	40
ITABAIANA (SE)	273
ITABI (SE)	46
ITAPORANGA D'AJUDA (SE)	14
JAPARATUBA (SE)	40
NOSSA SENHORA APARECIDA (SE)	25
NOSSA SENHORA DA GLÓRIA (SE)	53
NOSSA SENHORA DAS DORES (SE)	150
NOSSA SENHORA DE LOURDES (SE)	286
PEDRINHAS (SE)	14
POÇO REDONDO (SE)	24
POÇO VERDE (SE)	445
RIBEIRÓPOLES (SE)	5
SALGADO (SE)	91
SANTA LUZIA DO ITANHY (SE)	36
SANTA ROSA DE LIMA (SE)	17
SIMÃO DIAS (SE)	620
SIRIRI (SE)	2.500
TOBIAS BARRETO (SE)	191
TOMAR DO GERU (SE)	20
UMBAÚBA (SE)	5
Total	23.989

Fonte: AGN, BANESE e DESENBAHIA.

5. AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE, RESULTADOS E IMPACTOS DO FNE

5.1 Metodologia de Avaliação do FNE

O Banco do Nordeste desenvolveu, em 2005, uma metodologia de avaliação para o FNE, procurando estabelecer um processo permanente de avaliação do Fundo, de forma objetiva, permitindo verificar a sua efetividade e orientar possíveis ajustes visando ao alcance de seus objetivos.

Embora o objetivo básico da avaliação seja a aferição dos resultados e impactos, a análise da execução e a constatação da efetividade das ações também são aspectos que compõem o processo, oferecendo uma visão abrangente da implantação do Fundo, bem como a identificação dos fatos que explicam ou influíram nos resultados e impactos. Assim, a avaliação do FNE prevê a abordagem dos seguintes aspectos:

- Análise da execução
- Análise da efetividade das ações
- Análise de resultados e impactos

Análise da Execução - A partir dos dados do monitoramento, a análise da execução procura examinar as informações gerais do Fundo desde sua instituição, em 1989 até junho de 2007, com valores atualizados para junho de 2007. A análise por setor foi concentrada no período de 2000 a 2006, dada a dificuldade de recuperar dados detalhados desde o início, bem como por ser esse período bastante significativo pois representa 43,4 % das aplicações em valores corrigidos. Em valores correntes, as aplicações do período considerado representam 86,3% das aplicações.

Efetividade das Ações - A análise da efetividade das ações, objetiva verificar se os investimentos financiados foram efetivamente implantados e se estão gerando os produtos e efeitos esperados. Este tipo de constatação tem a finalidade de observar se os investimentos realizados estão cumprindo suas funções. Nesse sentido, deverão ser observados se empreendimentos financiados estão funcionando, oferecendo os empregos e gerando os produtos projetados. O principal meio de aferição utilizado foi uma pesquisa com empreendimentos financiados no período de 2000 a 2005.

Análise dos Resultados e Impactos - Trata-se da constatação da efetividade do Fundo, ou seja, do alcance dos seus objetivos gerais e específicos bem como das repercussões das suas intervenções junto à sociedade. Este é o objetivo fim da avaliação e, portanto, a parte mais complexa.

Além da pesquisa com empresas financiadas no período de 2000 a 2005, acima citada, foi feito um levantamento de emprego com base nas informações da RAIS / CAGED, para o mesmo período, de empresas financiadas e não financiadas pelo FNE. Estatísticas dos órgãos de pesquisa, bem como informações oficiais do Governo, também foram utilizadas.

Matriz de Estrutura Lógica

Para orientar o processo de avaliação, foi elaborada a Matriz de Estrutura Lógica para o Fundo onde é apresentado o relacionamento entre objetivos, instrumentos de ação, efetividade dos instrumentos e impactos e resultados, permitindo a visualização da lógica estabelecida para viabilizar o alcance dos objetivos definidos.

Os instrumentos de ação definem as intervenções do Fundo para o alcance dos objetivos e são representados pelas linhas de crédito e seus programas.

A efetividade desses instrumentos se refere à funcionalidade das ações. Trata-se, portanto, da verificação se os recursos foram aplicados nas atividades financiadas e se os investimentos estão cumprindo suas funções e promovendo os resultados esperados.

Os resultados e impactos representam a efetividade do Fundo, ou seja, a materialização dos objetivos. A aferição é feita através de indicadores relacionados diretamente com os objetivos.

As tabelas 37 A e 38 A apresentam a Matriz de Estrutura Lógica do FNE e os Indicadores de Execução, Efetividade e Resultados, respectivamente.

Níveis da Avaliação

Além da visão geral, a avaliação deve ser realizada nos seguintes níveis ou cortes: Empreendimentos, Estados, Região Semi-árida, Setores e Porte dos Empreendedores

Produtos da Avaliação

A Metodologia de Avaliação definida para o FNE estabelece os seguintes tipos de produtos:

a) Relatórios Anuais - Destinados à avaliação da programação do ano, podendo fazer análises cumulativas do período do Governo e se detêm às análises de execução anual, efetividade e resultados e devem abordar, no mínimo, os seguintes aspectos:

- Descrição e análise de evoluções que o Fundo tenha incorporado no ano (novos programas, alterações ou introdução de diretrizes novas, etc.);
- Análise da execução por Estado, por setor, para região semi-árida, pelo porte dos beneficiários e consolidada para o Fundo;
- Análise de efetividade das ações;
- Aferição de resultados no ano;
- Resultados de estudos de casos realizados no ano;
- Lições aprendidas;
- Sugestões e recomendações que possam ser incorporadas a implementação do Fundo.

Os relatórios deverão ser elaborados pelo ETENE com o apoio de consultores para realização das pesquisas e estudos de casos.

b) Relatórios Quadrienais - Destinados à avaliação da implementação do Fundo no período do Governo e se detêm às análises de execução do período, efetividade e resultados e devem abordar, no mínimo, os seguintes aspectos:

- Descrição e análise de evoluções que o Fundo tenha incorporado no período abordado (novos programas, alterações ou introdução de diretrizes novas, etc.);
- Análise da execução por Estado, por setor, para região semi-árida, por tamanho do beneficiário e consolidada para o Fundo;
- Análise de efetividade das ações;
- Aferição de resultados obtidos no período;
- Resultados de estudos de casos realizados no ano;
- Lições aprendidas;
- Conclusões, sugestões e recomendações que possam ser incorporadas à implementação do Fundo.

Os relatórios deverão ser elaborados pelo ETENE com o apoio de consultores para realização das pesquisas e estudos de casos.

c) Relatórios de Avaliação de Longo Prazo - Destinam-se à avaliação do Fundo em períodos que devem ser superiores a cinco anos para permitir a inferência de impactos promovidos pela sua implementação e a aferição de resultados e impactos, devendo abordar, no mínimo, os seguintes aspectos:

- Descrição e análise de evoluções que o Fundo tenha incorporado desde sua instituição (programas, diretrizes etc.);
- Análise da execução por Estado, por setor, para região semi-árida, por tamanho do beneficiário e consolidada para o Fundo;
- Análise de efetividade das ações;

- Medição de resultados obtidos no período;
- Aferição de impactos que possam ser imputados ao Fundo ou que tenham recebido sua contribuição;
- Lições aprendidas;
- Conclusões, sugestões e recomendações que possam ser incorporadas à implementação do Fundo;

Referidos relatórios deverão ser elaborados por consultores externos sob a coordenação do ETENE.

Gerenciamento das Informações

A implantação da metodologia de avaliação do FNE está priorizando a organização do sistema de informações para avaliação, visando à sua incorporação à rotina operativa do Banco. Com isto, os dados de entrada dos projetos ficarão armazenados em sistema informatizado do Banco durante a rotina de análise.

5.2 Avaliação de Execução Global do FNE e de Resultados e Impactos do FNE-Comercial e Serviços e do FNE Industrial

Os resultados do estudo apresentado a seguir, trata-se de um exercício de um relatório de avaliação de longo prazo, adaptando-o às condições viáveis no momento de sua elaboração.

As estratégias de aferição levaram em conta a obtenção de informações através de levantamentos na base de dados do BNB, nas estatísticas nacionais, em pesquisa específica, com clientes dos setores industrial, comércio e serviços bem como em levantamento de informações sobre emprego formal do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.

Informações Obtidas Através de Dados Conjunturais e Estatísticas Nacionais

Levantamento de dados e informações resultantes das pesquisas do IBGE e estudos do BNB para verificação dos indicadores sobre o comportamento da economia do Nordeste.

Informações Obtidas nos Sistemas de Controle do BNB e Documentos Oficiais do FNE

Levantamento dos dados e informações sobre o FNE nos sistemas de controle do BNB e documentos oficiais do FNE para obtenção de informações sobre os seguintes itens:

- Volume de recursos programados, contratados e aplicados pelo FNE, total, por programa, por Estado, por região, setor e porte do cliente;
- Número de empreendimentos financiados, total, por programa, por Estado, por região, setor e porte do cliente;
- Recursos obtidos pelo Fundo, programações anuais, valores contratados, Inadimplência etc.;
- Outras informações que demonstram a execução do FNE.

Informações Obtidas Através de Dados Secundários do Ministério do Trabalho e Emprego

O BNB realizou um estudo sobre emprego a partir dos dados da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED, ambos do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.

Esse estudo teve o objetivo de identificar o impacto dos financiamentos do FNE no emprego formal e seus resultados foram incorporados a esta avaliação.

A partir das informações de emprego com vínculo empregatício entre 2000 e 2005, estudou-se o comportamento do estoque de emprego do grupo de empresas financiadas pelo FNE e do grupo de empresas que não tiveram acesso aos recursos do FNE nesse período.

Foram identificados todos os empreendimentos que receberam financiamento entre 2000 e 2005 para constituir o grupo dos Beneficiados pelo FNE. O restante dos empreendimentos constituiu o grupo dos não beneficiados. Os dados do estoque de empregos da RAIS / CAGED, foram separados para os dois grupos, permitindo a análise isoladamente e em conjunto, possibilitando identificar o comportamento da geração de empregos formais no Nordeste, nesse período. Adianta--se que referido estudo vem sistematicamente sendo atualizado pelo BNB, encontrando-se em fase de conclusão a atualização para o ano de 2006. Uma atualização mais recente fica impossibilitada, em função de que os dados de RAIS/CAGED são divulgados com certo atraso.

Informações Obtidas Através de Entrevistas e Pesquisa de Campo junto aos Empreendimentos Financiados e nas Agências do BNB para os Programas FNE-Comércio e Serviços e para o FNE Industrial

Foi determinada uma amostra sobre os empreendimentos financiados para levantamento de indicadores de efetividade e resultados relativos a:

- Viabilização dos empreendimentos financiados;
- Resultados em termos de geração de emprego e renda;
- Evoluções do destino da produção (ampliação de mercado);

- Modernização;
- Responsabilidade ambiental;
- Opinião dos beneficiários sobre o FNE;

A pesquisa foi aplicada em 248 empreendimentos financiados nos 10 estados, abrangendo os Setores Industrial, Comércio e Serviços. O nível de confiança da amostra foi de 90% e o erro amostral de 6,2%.

As informações das empresas anteriores ao financiamento e as esperadas com o desenvolvimento do empreendimento financiado (resultados esperados de faturamento, geração de empregos, nível de modernização etc.), foram obtidas nas agências do BNB a partir de consulta direta nos projetos apresentados ao Banco para obtenção do financiamento.

As informações sobre a situação atual foram conseguidas através da aplicação de questionários diretamente nas empresas. No caso dos empreendimentos que foram encerrados, as informações sobre as causas de sua inviabilização foram obtidas junto às agências nos registros da fiscalização.

O FNE foi criado pela constituição de 1988 objetivando contribuir para o desenvolvimento econômico e social da Região Nordeste, mediante a execução de programas de financiamento aos setores produtivos, em consonância com o respectivo plano regional de desenvolvimento tendo iniciado suas operações em 1989. Ao logo desse período de execução, o Fundo passou por varias evoluções sendo inicialmente orientado para agricultura e indústria ampliando posteriormente sua atuação à agroindústria, comércio e serviços, turismo e infra-estrutura.

Atualmente, o FNE é o principal instrumento de política para promover o desenvolvimento do Nordeste através do financiamento de empreendimentos produtivos do setor privado. Sua atuação se dá por meio de programas de crédito que adotam prazos, carência, limites de financiamento, juros e outros encargos diferenciados ou favorecidos, em função dos aspectos sociais, econômicos, tecnológicos e espaciais dos empreendimentos.

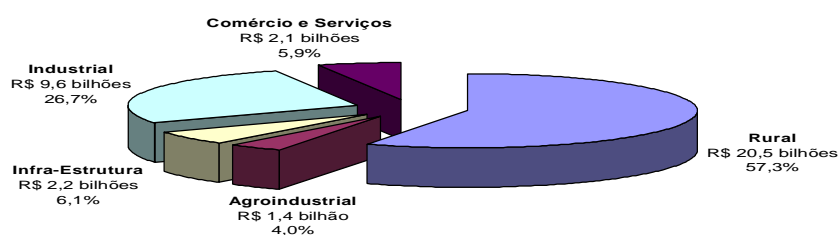
Dentre outras diretrizes, o FNE não pode aplicar recursos a fundo perdido e deve proporcionar tratamento preferencial às atividades produtivas de pequenos e miniprodutores rurais e pequenas e microempresas, às de uso intensivo de matérias-primas e mão-de-obra locais e às que produzam alimentos básicos para consumo da população, bem como aos projetos de irrigação, quando pertencentes aos citados produtores, suas associações e cooperativas.

Na avaliação do FNE, procurou-se verificar seus impactos e resultados, bem como analisar sua implementação, o cumprimento de suas diretrizes e a efetividade de suas ações. As conclusões e recomendações aqui apresentadas são parte dos resultados, ainda preliminares, dessa avaliação procedida com base na metodologia estabelecida pelo Banco do Nordeste em 2005.

5.2.1 Avaliação de Execução Global do FNE

Desde seu início em 1989 até junho de 2007, os programas do FNE contrataram R\$ 35,8 bilhões⁽¹⁾, dos quais R\$ 20,5 bilhões no Setor Rural, R\$ 9,6 bilhões no Setor Industrial, R\$ 2,2 bilhões no Setor de Infra-estrutura, R\$ 2,2 bilhões no Setor de Comércio e Serviços e R\$ 1,4 bilhão no Setor Agroindustrial (Gráfico 2).

Gráfico 2
FNE - Recursos Contratados por Setor
1989 a Junho de 2007



Fonte: BNB / ETENE.

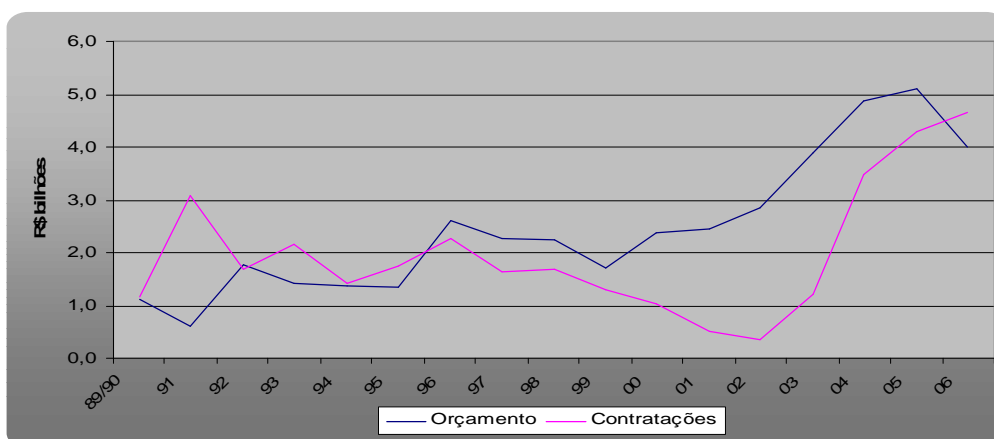
Nota: Valores a preços de junho/2007, corrigidos pelo IGP-DI.

Excetuando o período anterior a 1995, quando havia altos índices de inflação, e o ano de 2006, os valores contratados sempre foram inferiores aos valores orçados. Essa diferença entre valores orçados e contratados foi muito acentuada entre 1999 e 2002, quando prevaleceu a política nacional de redução de gastos públicos para geração de superávits primários acordados com o FMI. A partir de 2003, evidencia-se uma nova política de aplicação dos recursos com um crescimento contínuo dos valores contratados, alcançando em 2006 a cifra recorde de R\$ 4,7 bilhões. Enquanto em 2002 as contratações foram a somente 13% dos valores orçados, em 2003 já foram 31% e em 2006 as contratações ultrapassaram pela primeira vez o orçamento, atingindo 117% do valor orçado para o ano (Gráfico 3).

¹ Todos os valores citados nesse capítulo estão a preços de junho de 2007, atualizados pelo IGP-DI.

Gráfico 3
Recursos Orçados e Contratados

Recursos em Bilhões de Reais

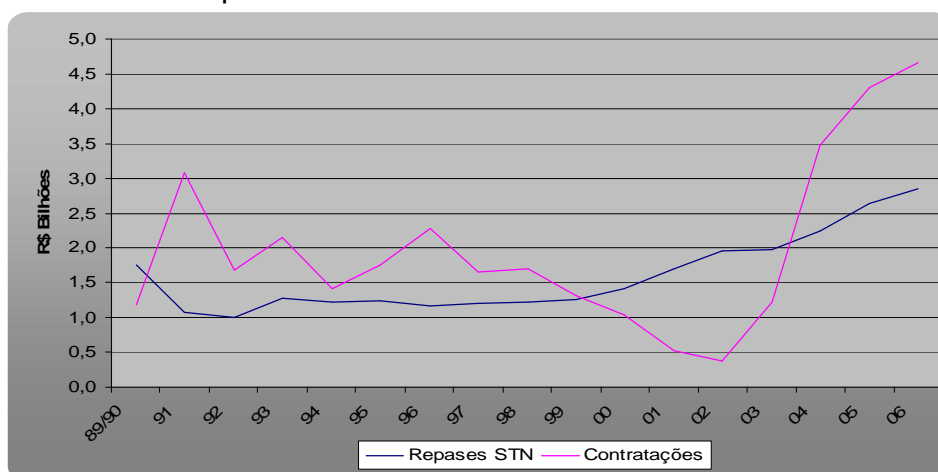


Fonte: BNB / ETENE.

Nota: Valores a preços de junho/2007, corrigidos pelo IGP-DI.

Entre 1989 e 2006, a Secretaria do Tesouro Nacional transferiu ao FNE R\$ 27,2 bilhões, enquanto que nesse período foram contratados R\$ 33,8 bilhões. Como os recursos são aplicados através de operações de crédito, o retorno dos empréstimos e os rendimentos permitem que ao longo do tempo as disponibilidades sejam maiores do que os aportes (Gráfico 4).

Gráfico 4
Repases da STN e Recursos Contratados



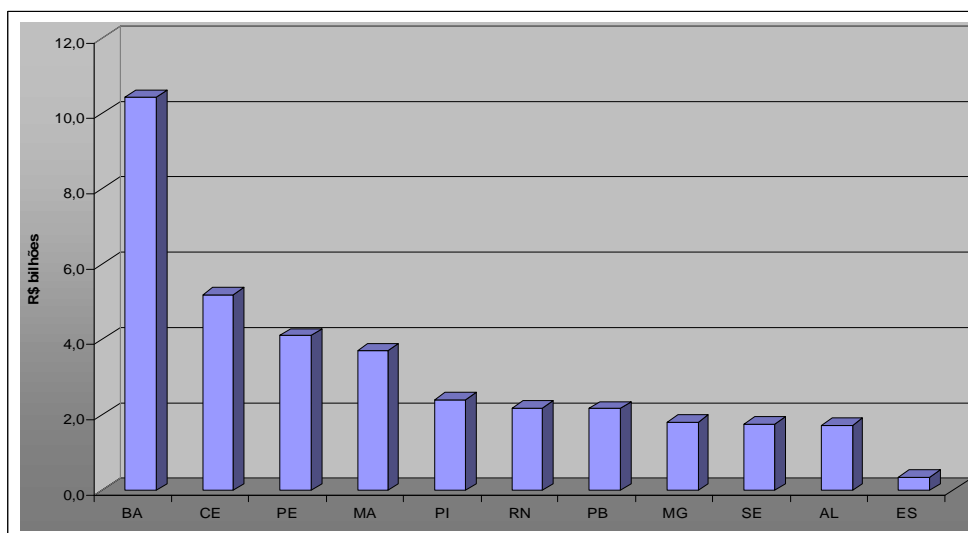
Fonte: BNB / ETENE.

Valores a preços de junho/2007, corrigidos pelo IGP-DI.

Evidencia-se com essas constatações que o setor produtivo da Região foi prejudicado entre 1999 e 2002 com a redução da oferta de crédito atrativo provocada pela contenção das contratações do FNE.

Quanto à distribuição dos recursos por estado, no período 1989 a junho de 2007, a Bahia foi o estado que recebeu maior volume de recursos do FNE com R\$ 10,4 bilhões contratados (Gráfico 5). Os três maiores estados, Bahia, Ceará e Pernambuco receberam 55% dos valores contratados. Naturalmente, por ter somente uma pequena área do Estado atendida pelo FNE e por ter sido beneficiado somente a partir de 1999, o Espírito Santo foi a Unidade da Federação com menor volume de recursos contratados (R\$ 347,5 milhões).

Gráfico 5
FNE – Recursos Contratados por Estado
1989 a Junho/2007



Fonte: BNB / ETENE.

Nota: Valores a preços de junho/2007, corrigidos pelo IGP-DI.

A análise da execução possibilitou verificar o cumprimento das diretrizes do Fundo na alocação dos seus recursos. Constatou-se um bom nível de cumprimento das diretrizes, identificando que, mesmo com algumas exceções, os objetivos não foram prejudicados, conforme análise que se segue.

a) Aplicação de 50% dos recursos na Região Semi-Árida

A região semi-árida absorveu 43,2 % dos valores totais contratados. Apesar de não haver sido alcançada a proporção mínima de 50% estabelecida na Constituição Federal, esse resultado representa um grande avanço, pois naturalmente os financiamentos em geral são captados pelos grandes núcleos urbanos onde estão as maiores oportunidades de investimentos, representando o FNE um contraponto a essa tendência natural da economia. Os recursos aplicados nos Setores Industrial e Comércio e Serviços foram concentrados fora da região semi-árida, influenciando esse resultado. Outra questão que também contribui para esse resultado é o fato do Estado do Maranhão, que não possui região semi-árida, ter recebido 10% dos valores contratados. Com isto, o Maranhão é responsável por 23,9% dos valores contratados para a região fora do semi-árido.

Constatou-se que o Setor Rural contou com 57% das contratações do FNE até jun/2007, embora tenha sido reduzido para 48,4% no período 2000 a 2006. Por ser este um setor predominante na economia da região semi-árida, há uma indicação de que essa concentração está relacionada com a diretriz de aplicar um mínimo de 50% no semi-árido bem como de apoiar setores que precisam se modernizar.

b) Concessão exclusiva de financiamento aos setores produtivos

A análise da execução constatou que todos os financiamentos se dirigiram aos setores produtivos, conforme determinam as diretrizes do Fundo;

c) Tratamento preferencial às atividades produtivas de pequenos e mini produtores rurais e pequenas e micro empresas, às de uso intensivo de matérias-primas e mão-de-obra locais e às que produzam alimentos básicos para consumo da população

As contratações do FNE demonstram que a prioridade aos mini e pequenos foi seguida, tendo recebido essas categorias de empreendedores 48% dos valores contratados no período compreendido entre 1989 e junho de 2007. Os grandes empreendimentos foram contemplados com 42% dos valores e os médios com 11%. No período 2000 a 2006, este resultado foi melhor, tendo sido 64% dos valores contratados por mini/micro empreendedores e 29% para os grandes.

A predominância dos recursos no Setor Rural, que recebeu 57% dos valores contratados, indica a prioridade dada à produção de alimentos e matéria- prima, bem como às atividades que têm uso intensivo de mão-de-obra.

d) Preservação do meio ambiente

Os recursos do FNE foram aplicados em empreendimentos ambientalmente corretos aferidos pelos indicadores utilizados na pesquisa. As exigências estabelecidas nas normas do FNE possibilitaram essa melhoria. Tomando como base os indicadores pesquisados, observa-se que mesmo tendo havido uma boa evolução nas questões ambientais, essa é uma área que merece avanços mais significativos.

e) Proibição de aplicação de recursos a fundo perdido

Os recursos do FNE são aplicados através de operações de crédito voltadas para financiamento aos setores produtivos.

f) Financiamentos a empreendimentos não-governamentais de infraestrutura econômica limitados a dez por cento dos recursos previstos, em cada ano, para o Fundo

Verifica-se que o setor de infraestrutura recebeu 6,1% dos recursos contratados, no entanto esse setor somente foi atendido a partir de 2004. Confrontando os valores contratados do setor, ano a ano, com os valores orçados para o FNE, verifica-se que nos três anos de sua execução (2004, 2005 e 2006), as contratações ultrapassaram o limite referencial de 10% estabelecido pela Lei 10.177, de 12.01.2001. Por se tratar de uma área em que naturalmente os investimentos predominantes são de grande porte e tendo em vista as necessidades da Região, esse limite foi alterado por meio da Lei Complementar nº 125, de 03 de janeiro de 2007.

g) Financiamento a empreendimentos comerciais e de serviços limitados a dez por cento dos recursos previstos, em cada ano, para o Fundo

O setor de Comércio e Serviços recebeu recursos do FNE a partir de 2001. Embora suas contratações representem apenas 5,0% dos valores totais contratados pelo FNE de 1989 a junho de 2007, se considerado o período 2001/2004, o setor ficou com 13%. No exame sobre o limite referencial de até 10% estabelecido pela Lei 10.177, de 12.01.2001, percebe-se que nos anos de 2004 e 2006 esse limite foi ultrapassado, conforme pode ser observado na Tabela 48, a seguir. A partir de 27 de maio de 2008, entretanto, este limite foi elevado para 20,0%, podendo chegar a até 30,0%, desde que autorizados pelo Conselho Deliberativo da SUDENE.

Tabela 48

FNE – Valores Orçados para o FNE e Valores Contratados para o Setor de Comércio e Serviços - 2001 a 2006

Ano	Orçamento FNE (A)	Contratados Comércio Serviços	
		R\$ mil (B)	% (B/A)
2001	2.450.592	8.784	0,4
2002	2.852.431	34.620	1,2
2003	3.885.695	113.794	2,9
2004	4.886.593	606.898	12,4
2005	5.105.992	413.732	8,1
2006	3.990.939	696.243	17,4

Fonte: BNB / ETENE.

Nota: Valores a preços de junho/2007, corrigidos pelo IGP-DI

h) Aplicar um mínimo de 4,5% por Estado, exceto Espírito Santo, e um máximo de 30% por Estado

Mesmo se tratando de diretriz de caráter mais interno, tendo sido estabelecida no Programa Estratégico do BNB, essa orientação foi cumprida, à exceção do Estado do Espírito Santo, o qual somente uma pequena área do mesmo faz parte da área de atuação do Fundo. O Estado da Bahia, com 29,1% das contratações, foi o que mais recebeu recursos do Fundo, seguido pelo Ceará com 14,5% e o Estado de Pernambuco, com 11,5. Excetuando o Estado do Espírito Santo, todos receberam acima dos 4,5% dos recursos totais contratados (Tabela 49).

Tabela 49
Valores Contratados por Estado
1989 a Junho de 2007

ESTADO	Valores Contratados (R\$ mil)	%
Bahia	10.429.962	29,1
Ceará	5.195.785	14,5
Pernambuco	4.110.993	11,5
Maranhão	3.696.336	10,3
Piauí	2.417.691	6,7
Rio Grande do Norte	2.185.357	6,1
Paraíba	2.170.252	6,1
Minas Gerais	1.821.874	5,1
Sergipe	1.768.946	4,9
Alagoas	1.723.525	4,8
Espírito Santo	347.537	1,0
Total	35.868.257	100,0

Fonte: BNB / ETENE.

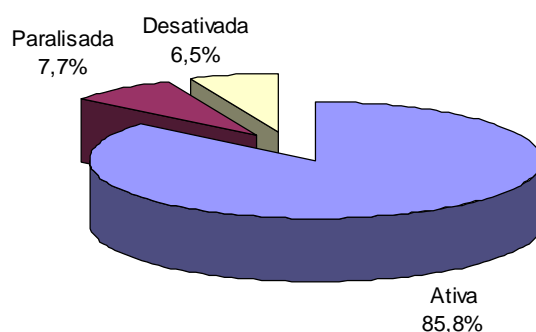
Nota: Valores a preços de junho/2007, corrigidos pelo IGP-DI.

5.2.2 Avaliação da Efetividade das Ações e Resultados e Impactos do FNE

EFETIVIDADE DAS AÇÕES

A pesquisa de campo realizada com empreendimentos financiados pelo FNE dos Setores da Indústria, Comércio e Serviços, verificou que as empresas financiadas alcançaram um bom grau de efetividade nos empreendimentos implantados, visto que 85% estão em plena operação e em produção. Os resultados da pesquisa mostram que os empreendimentos financiados geraram emprego e renda acima do previsto nas propostas originais. Atualmente, somente 6,5% dos empreendimentos encerraram definitivamente suas atividades, enquanto que 7,7% estão com suas atividades temporariamente paralisadas, devendo voltar a operar.

Gráfico 6
Situação Atual dos Empreendimentos Financiados



Fonte: ETENE/BNB -Pesquisa Direta, 2007.

Quando examinada por região, verifica-se que, mesmo nas condições mais adversas do semi-árido, a efetividade das empresas ainda é significativa com 83% dos empreendimentos ativos, em produção. Fora da região semi-árida, a proporção de sucesso é de 88,5%.

No âmbito dos estados, a efetividade dos empreendimentos, apesar de algumas diferenças, pode ser considerada muito boa. O Estado do Espírito Santo alcançou o melhor resultado com 100% das empresas permanecendo ativas enquanto que a Bahia, com 79%, foi a menor proporção constatada. Certamente outros fatores, como a própria conjuntura econômica favorável, influenciaram esses resultados, no entanto, há uma forte evidência de que os empreendimentos financiados pelo FNE foram efetivos nesses aspetos.

PRINCIPAIS RESULTADOS E IMPACTOS

Considerando o objetivo geral do FNE de contribuir para o desenvolvimento econômico e social da Região Nordeste, mediante a execução de programas de financiamento aos setores produtivos, bem como os objetivos específicos estabelecidos no diversos programas do Fundo, seguindo o encadeamento da Matriz de Estrutura Lógica do Programa, as pesquisas realizadas para esse estudo indicam que há resultados e impactos relevantes, embora não tenha sido possível, em muitos casos, isolar os efeitos do FNE sobre os mesmos.

Certamente outros fatores, como a própria conjuntura econômica favorável, influenciaram os resultados, no entanto há uma forte evidência de que, mesmo em menor proporção, os investimentos do FNE contribuíram para os resultados alcançados, não só para os empreendimentos financiados, mas para o conjunto da Economia do Nordeste, apesar da contenção das aplicações do Fundo no período de 1999 a 2002, adotada em função de uma política macroeconômica que visava a redução dos gastos públicos.

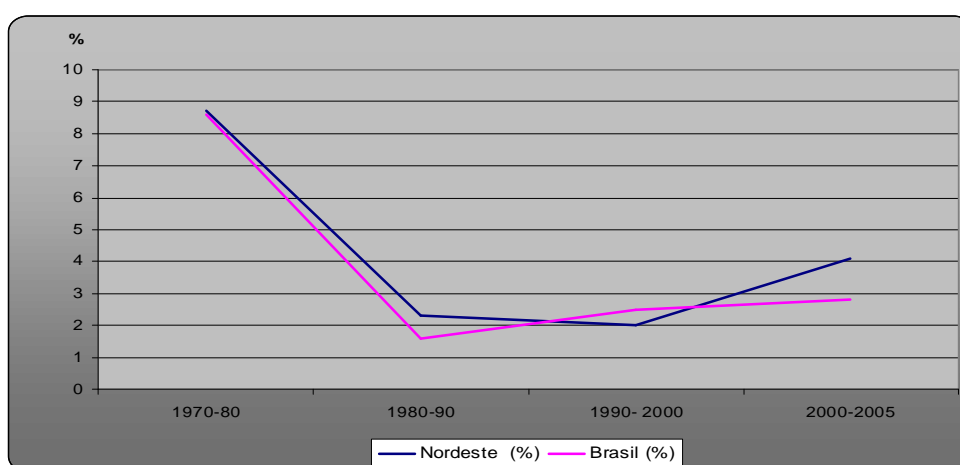
A economia do Nordeste que vinha crescendo a taxas inferiores à do Brasil, invertendo essa situação na década de 1990-2000, quando a taxa média anual de crescimento do PIB foi de 2,0 % para o Brasil e de 2,5% para o Nordeste. Na

primeira metade da década atual, a situação volta a se inverter, com o PIB nacional crescendo a taxas anuais de 4,1% e o do Nordeste a taxas de 2,8%.

Esse comportamento da economia na década atual certamente, está muito influenciado pela capacidade de resposta da economia do Sul e Sudeste ao boom da economia mundial. No entanto, esse fato pode também estar afetado pela contenção de aplicação dos recursos do FNE no período de 1999 a 2002. Conforme foi observado na análise da execução, as aplicações do FNE só voltam a alcançar um volume significativo a partir de 2004.

Gráfico 7

Comportamento da Taxa Anual de Crescimento do PIB do Brasil e do Nordeste



Fontes: Fundação Getúlio Vargas - FGV / Centro de Contas Nacionais - IBRE (1970 a 1984) para o Brasil.

Ressalte-se que o PIB da Região alcançou R\$ 280,5 bilhões em 2005, representando 13,1% do produto brasileiro (R\$ 2,15 trilhões), enquanto que o PIB per capita do Nordeste (R\$ 5,5 mil) correspondia a 47,0% do valor do PIB per capita do Brasil (R\$ 11,66 mil). Os dados de 2005 foram prejudicados por ter sido um ano de seca no Nordeste. Em 2004, o PIB da Região representou 14% do PIB nacional e o PIB per capita 47%.

As despesas da União tornam-se fator significativo no impulso da economia. A participação do Nordeste no total das despesas da administração pública da União foi de 6,0% (1991), 9,8% (1996) e 8,0% (2000).

Ainda no exame dos fluxos de recursos para a Região, o FNE tem funcionado como um instrumento de neutralização das transferências regionais promovidas pelo sistema bancário. No período de dezembro de 2001 a novembro de 2007, o Nordeste foi a região que mais transferiu poupança através do sistema bancário para outras áreas, pois sua relação depósito/operação de crédito alcançou, na média, 1,53. Isso significa que para cada R\$ 1,53 de depósito captado, foi aplicado apenas R\$ 1 na economia nordestina, sob a forma de operação de crédito. O Sudeste foi o grande absorvedor de poupanças, pois para

cada R\$ 1,00 de operação de crédito realizada, a Região contribui com apenas R\$ 0,91 de poupança captada internamente.

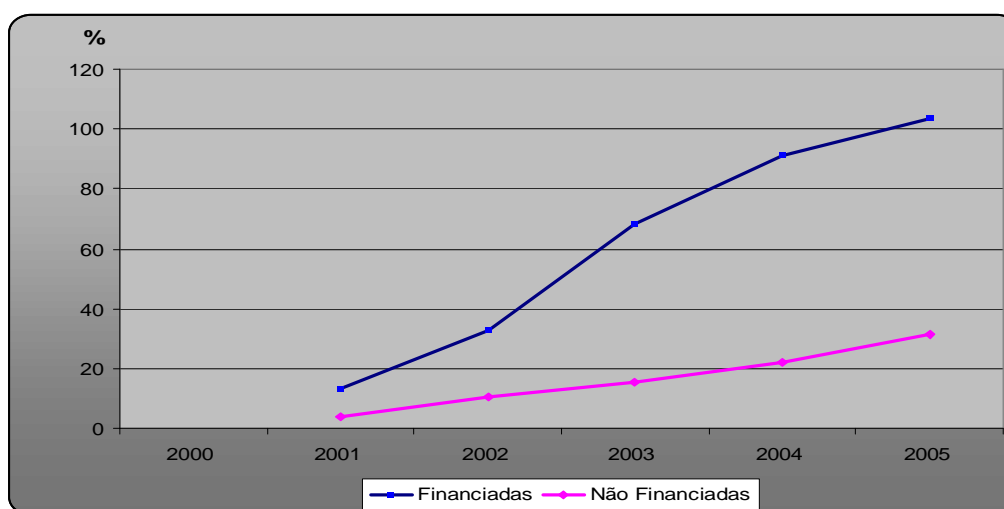
Incorporando os financiamentos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE, aos empréstimos, a relação depósitos/operações de crédito no Nordeste cai para 1,08, quase que equilibrando a captação com a aplicação de recursos crédito na Região. Com isto, embora não faça parte de seus objetivos, o FNE tem contribuído para corrigir a distorção provocada pelo funcionamento do sistema bancário regional, neutralizando parcialmente a drenagem de recursos então apontada.

Resultados na Geração de Empregos

O Estudo realizado, utilizando como base os dados da RAIS / CAGED do Ministério do Trabalho e do Emprego, revelou que o estoque de empregos, entre os anos de 2000 e 2005, cresceu em 103,7% para as empresas que receberam financiamento do FNE no período, enquanto que para as demais empresas o crescimento foi de 32,8%, apresentando uma diferença a favor das empresas financiadas de 71%. Esses dados significam que o emprego cresceu 216,2% a mais nas empresas financiadas, quando são comparados os resultados de um grupo com o outro. Os resultados desse estudo, apesar de tratar somente de empregos formais, são significativos, pois consegue comparar os impactos de emprego das empresas financiadas pelo FNE das demais.

Gráfico 8

Crescimento do Estoque de Emprego Formal no Nordeste



Fonte: ETENE/BNB -Pesquisa direta.

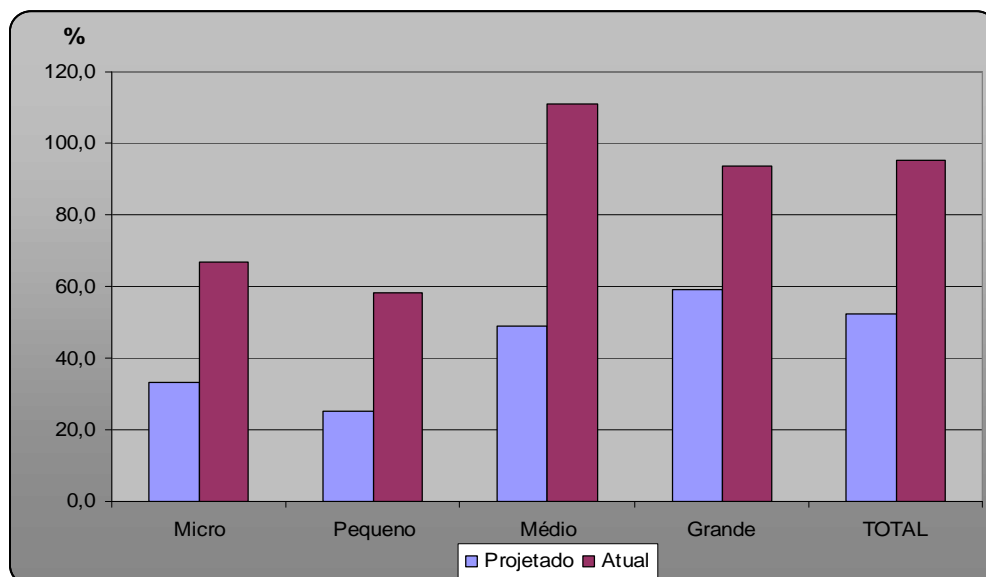
A pesquisa de campo direta com as empresas financiadas levantou resultados que seguem na mesma direção das conclusões do estudo dos dados da RAIS, mostrando ainda que as empresas financiadas geraram mais empregos do

que o inicialmente proposto nos projetos apresentados ao FNE. Assim, as informações da pesquisa de campo permitiram comparar a situação de empregos das empresas antes do financiamento, com a situação projetada nos projetos e a situação atual, mostrando que as ocupações médias nas empresas dos setores pesquisados cresceram em 95,2% entre a situação existente antes dos financiamentos e a situação atual. Essa evolução foi maior do que as projeções existentes nos projetos, quando previam um crescimento de 52% nos empregos ofertados. Para o conjunto de empresas financiadas, a quantidade média de empregos cresceu de 21 para 41 postos de trabalho para uma projeção de 32.

Em todos os portes de empreendimentos, a pesquisa constatou que os empregos cresceram mais do que o projetado, conforme demonstra Gráfico 9.

Gráfico 9

Crescimento do Estoque de Emprego nas Empresas Financiadas pelo FNE



Fonte: ETENE/BNB - Pesquisa Direta.

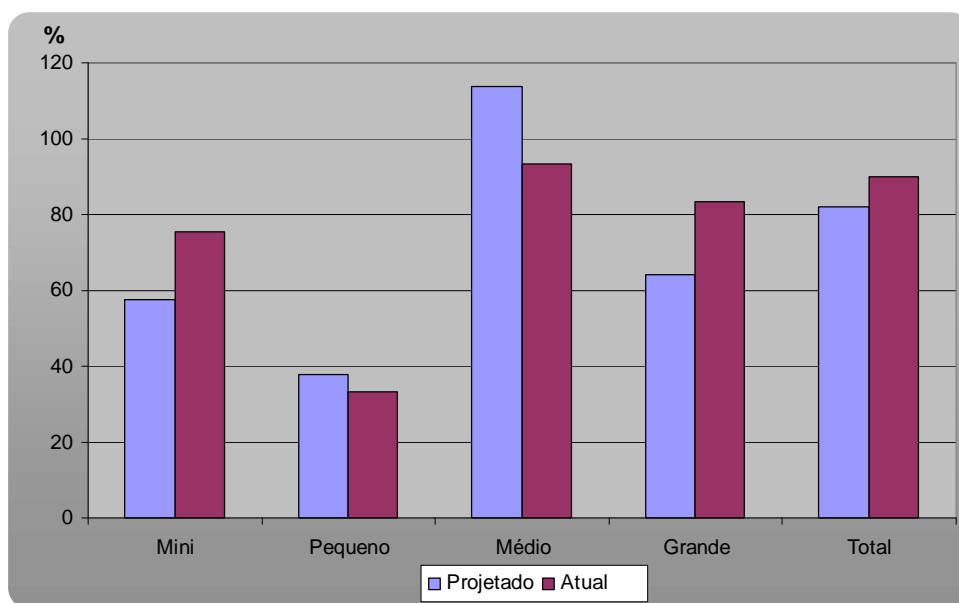
Outra constatação importante é a observação do impacto na geração de empregos por região, em que se identificou que os empreendimentos implantados no semi-árido cresceram em número médio de ocupações (143%) bem mais do que fora do semi-árido (71%), demonstrando que o FNE provocou impactos relevantes considerando que no semi-árido se concentram os maiores bolsões de pobreza.

Resultados no Faturamento das Empresas Financiadas

O faturamento do conjunto de empresas financiadas pelo FNE, de acordo com a pesquisa realizada, cresceu 90%, quando projetava um crescimento de 80%. Certamente esse resultado foi influenciado pela conjuntura econômica favorável, mas também, em grande parte se deve aos investimentos proporcionados pelos financiamentos. Conforme pode ser observado no Gráfico

10, todos os portes de empresas tiveram aumentos significativos em termos de faturamento médio, observando, contudo, que nos segmentos das pequenas e das médias, esse crescimento foi ligeiramente inferior às projeções originais dos projetos apresentados ao FNE.

Gráfico 10
Crescimento do Faturamento Médio nas Empresas Financiadas



Fonte: BNB / ETENE - Pesquisa Direta.

Em termos absolutos, o faturamento anual médio das empresas financiadas cresceu de R\$ 3,2 milhões para R\$ 6,0 milhões.

A exemplo do que ocorreu com o emprego, sob a ótica da Região, o faturamento médio cresceu mais na região semi-árida, com 119% de aumento, do que fora do semi-árido com 76%, muito embora em ambas tenha avançado mais do que o projetado.

Resultados em Acesso aos Mercados e Aumento da Produção

Houve alterações dos mercados das empresas financiadas. Antes dos financiamentos, apenas 15% da produção se destinava ao mercado nacional e 0,8% ao mercado internacional. Atualmente, 27% se destinam ao mercado nacional e 3,6% ao mercado internacional. Essas alterações indicam que houve evolução na competitividade das empresas financiadas, considerando que estão ampliando o alcance aos mercados nacional e internacional. Quando essa informação é examinada por porte, observa-se que enquanto as micros, pequenas

e médias empresas ampliam seu crescimento no mercado nacional, as grandes crescem sua participação no mercado internacional.

No campo da evolução da produção, de acordo com as informações das empresas entrevistadas, 62% ampliou a oferta de produtos após os financiamentos e 35% conseguiram lançar novos produtos viabilizados pelos financiamentos do FNE.

Avanços nas Questões Ambientais

Sendo uma das diretrizes do FNE em que os financiamentos devem tratar empreendimentos ambientalmente corretos, foi constatado que houve progressos em relação aos indicadores ambientais aferidos, mas que ainda há muito a evoluir. Em 50% das empresas se aplicaria o tratamento de resíduos sólidos, no entanto, apenas 12% delas adotam esse procedimento, embora antes do financiamento fossem somente 7%. Situação semelhante acontece com o tratamento de efluentes líquidos, pois de uma situação de que para 46% das empresas esse procedimento seria aplicável, apenas 8,5% delas o adotam.

Tomando como base os indicadores pesquisados, observa-se que mesmo tendo havido uma boa evolução, ainda há muito a avançar nas questões ambientais.

Avanços Tecnológicos e Gestão

A evolução apresentada pelos indicadores de modernização evidencia que as empresas financiadas passaram por uma evolução significativa em todos os itens pesquisados, sinalizando que essas empresas modernizaram-se a partir dos financiamentos recebidos.

Houve uma razoável evolução na utilização de sistemas informatizados de gestão em que somente 27% das empresas utilizavam e atualmente 59% fazem uso dessas ferramentas. Outro indicador significativo é a utilização de sistema de controle de qualidade que passou de 26% para 50%. O investimento em capacitação dos funcionários evoluiu de 39% para 64% das empresas.

A OPINIÃO DOS BENEFICIÁRIOS

A pesquisa de campo realizada com as empresas que receberam financiamento do FNE procurou levantar uma breve opinião dos empresários sobre a importância do FNE, suas atratividades e dificuldades para utilização das linhas de crédito, constatando que os beneficiários, de uma forma geral, consideraram importante o Fundo para o desenvolvimento de suas atividades de implantação, ampliação e modernização bem como para suprir as necessidades de capital de giro dos seus empreendimentos. Consideraram ainda que a ampliação dos negócios, o aumento da produtividade, o incremento no faturamento, a ampliação

do portfólio de produtos, a melhoria na qualidade dos produtos ofertados e a diversificação dos produtos foram aspectos influenciados pelo FNE. As condições de financiamento como taxas de juros e prazos são consideradas atrativas.

Consideram, ainda, que existem exigências que dificultam a obtenção dos financiamentos. Alguns citaram que tiveram que optar por alternativas mais caras do mercado porque a demora e dificuldade tornaram o crédito inoportuno, notadamente nos casos de capital de giro.

Entre as dificuldades, foram apontadas a excessiva burocracia com a exigência de documentação e a exigência de garantia hipotecária para um financiamento maior e, conseqüentemente, a demora na concessão do crédito. Exigência de muitos documentos e certidões, o que alonga o prazo para sua contratação, especificamente porque, na maioria das vezes, os órgãos externos também são burocráticos, tais como prefeituras, cartórios, etc., elevando os custos do financiamento.

Mesmo com as observações, foi unanimidade em considerar que o FNE é importante para o desenvolvimento do Nordeste e que a Região não pode deixar de dispor desse instrumento. A grande maioria das opiniões considera que a maior parte das dificuldades operacionais podem ser sanadas ou reduzidas pelo Banco do Nordeste.

5.3 Matriz de Insumo Produto do Nordeste - 2004

Outra ferramenta que o BNB tem utilizado para medir os impactos sócio-econômicos do FNE diz respeito à Matriz de Insumo-Produto (MIP) do Nordeste, com dados-base de 2004. Vale destacar que as informações que seguem são preliminares, já que a MIP do Nordeste encontra-se em construção.

Os valores totais contratados no primeiro semestre de 2008 alcançaram aproximadamente R\$ 3,5 bilhões, de acordo com a Tabela 50. Estima-se que referidos financiamentos acarretarão, por meio de efeitos diretos, indiretos e de renda (os chamados impactos do tipo 2)², acréscimos de produção bruta regional de aproximadamente R\$ 6,3 bilhões, em decorrência dos investimentos já realizados e aqueles por realizar. O produto agregado à economia da Região ou valor adicionado é estimado em R\$ 3,6 bilhões.

Em relação à geração de empregos, estima-se que cerca de 365 mil ocupações (formais e informais) deverão ser geradas a partir dos investimentos realizados em 2008. Isto é, à medida que os efeitos de compras e vendas sejam efetivados ao longo da cadeia de produção regional, esses empregos serão criados. Desse total, cerca de 150 mil ocupações deverão ser gerados no Setor Rural. Vale destacar que, com base nos dados do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), estima-se que, do total de oportunidades de trabalho geradas no

² O chamado impacto do tipo 1 refere-se a efeitos diretos e indiretos apenas.

Setor Rural, aproximadamente 2,0% corresponderão a empregos formais, enquanto que os 98,0% restantes serão constituídos de empregos informais e demais ocupações. Na verdade, o índice de formalização do emprego no Setor Rural do Nordeste ainda é relativamente pequeno comparado com os demais setores da economia. Os Setores Agroindustrial e Industrial deverão responder por 11 mil e 38 mil ocupações cada. Os Setores de Infra-estrutura e de Comércio e Serviços deverão gerar em torno de 98 mil e 67 mil ocupações, respectivamente (Tabela 50).

Por fim, vale mencionar ainda os impactos sobre o pagamento de salários na Região, no total de pouco mais de R\$ 973 milhões; e sobre a tributação (geração de impostos), de aproximadamente R\$ 895 milhões.

Tabela 50
FNE - Repercussões Econômicas das Contratações no Nordeste
Primeiro Semestre de 2008

Indicador	Resultados por Setor					Total
	Rural	Agro-industrial	Industrial	Comércio e Serviços	Infra-Estrutura	
Valor Contratado (R\$ mil)	1.036.303	148.287	812.602	597.325	901.819	3.496.336
Valor Bruto da Produção ⁽¹⁾ (R\$ mil)	1.425.500	171.200	938.200	1.504.400	2.232.700	6.272.000
Valor Agregado (produto) ⁽¹⁾ (R\$ mil)	861.600	100.900	552.900	830.100	1.247.300	3.592.800
Número de Empregos Gerados ⁽¹⁾	150.027	11.597	38.500	66.673	98.039	364.836
Salários (R\$ mil)	243.200	27.037	148.162	225.700	329.400	973.499
Tributos (R\$ mil)	204.800	23.704	129.896	214.100	322.800	895.300

Fontes: BNB-ETENE e Central de Informações Econômicas Sociais e Tecnológicas.

Nota: (1) Cálculos preliminares realizados com a Matriz de Insumo-Produto do Nordeste - 2004. Efeitos diretos, indiretos e de renda, que serão alcançados durante o ciclo de maturação dos investimentos e de seus respectivos impactos ao longo de toda a cadeia produtiva da Região, ou seja, a partir de 2008 e podendo prolongar-se pelos anos seguintes.

Vale ressaltar que os resultados estimados decorrem dos investimentos realizados através do FNE ao longo dos seus respectivos períodos de implantação, representando, assim, uma medida em que não há precisão temporal.

A tabela 50.1 discrimina os impactos do FNE-2008, primeiro semestre, por estado, na área de abrangência do BNB, a partir de atividades selecionadas da economia de cada um desses estados. No segmento industrial, merece destaque a indústria têxtil no Estado do Ceará, com valores contratados de R\$ 98,1 milhões, gerando impactos na produção no valor de R\$ 109 milhões, valor agregado (renda) no valor de R\$ 69,1 milhões, além de 4.803 empregos diretos e indiretos para o estado. Vale observar ainda os impactos nos salários e nos tributos, de R\$ 3,1 milhões e R\$ 2,4 milhões, respectivamente. O setor têxtil também é destaque nos Estados de Alagoas, Bahia e Paraíba.

No segmento agropecuário, destaque para a bovinocultura do estado de Minas Gerais, com valores contratados no montante de R\$ 29 milhões, provocando impactos na produção e renda nos valores de R\$ 41,4 milhões e 23,3 milhões,

respectivamente, além de 3.093 empregos para o estado. Os impactos nos salários e nos tributos foram de R\$ 6,9 milhões e R\$ 6,1 milhões, respectivamente. Na atividade da bovinocultura são destaques ainda os Estados do Espírito Santo e Piauí.

No setor de serviços, merecem destaque as atividades relacionadas ao turismo, particularmente a hospedagem, nos Estados do Maranhão e de Sergipe. No Maranhão, foram R\$ 16,2 milhões contratados no primeiro semestre de 2008 na atividade, gerando um aumento na produção estadual no valor de R\$ 13,4 milhões, e na renda no valor de R\$ 7,7 milhões, além de 617 empregos, e impactos nos salários e tributos de R\$ 1,8 milhão e R\$ 1,6 milhão, respectivamente.

Tabela 50.1

FNE - Impactos das Contratações do FNE em Atividades Seleccionadas, por Estado

Valores em R\$ Mil

Estado	Atividades	Valor Contratado	Produção	Renda	Emprego	Salários	Tributos
AL	Proc. Benéf. de Cana de Açúcar	15.058	16.100	10.300	1.700	3.100	2.200
	Indústria Têxtil	15.555	14.000	9.300	656	2.500	1.700
BA	Fibras e Têxteis	63.068	92.400	53.900	9.392	14.800	13.300
	Indústria de Calçados	45.413	54.900	31.400	2.294	8.500	7.700
CE	Fruticultura	13.695	17.200	11.000	1.675	3.100	2.400
	Indústria Têxtil	98.063	109.000	69.100	4.803	19.000	14.600
ES	Bebidas e Fumo	5.645	8.300	4.800	840	1.300	1.200
	Bovinocultura	6.798	9.700	5.500	725	1.600	1.400
MA	Grãos	10.690	10.600	7.300	1.228	1.800	1.400
	Hospedagem	16.164	13.400	7.700	617	1.800	1.600
MG	Bebidas e Fumo	18.863	27.600	16.100	2.809	4.400	4.000
	Bovinocultura	28.974	41.400	23.300	3.093	6.900	6.100
PB	Gramínea	3.950	3.800	2.700	567	800	500
	Indústria Têxtil	45.419	38.300	26.100	1.811	6.800	4.700
PE	Fruticultura	20.957	24.800	15.600	3.461	4.600	3.600
	Hospedagem	35.936	37.600	20.800	1.944	5.400	5.200
PI	Grãos	36.409	39.900	25.300	4.422	7.900	5.700
	Bovinocultura	8.391	9.300	5.700	768	1.700	1.300
RN	Gramínea	31.672	31.200	19.000	4.602	5.600	4.200
	Indústria de Produtos Alimentícios	7.938	6.700	4.000	313	1.000	800
SE	Grãos	18.432	17.000	11.300	2.762	2.800	2.200
	Hospedagem	14.961	11.300	6.800	519	1.800	1.400

Fontes: BNB-ETENE e Central de Informações Econômicas Sociais e Tecnológicas.

Nota: (1) Cálculos preliminares realizados com a Matriz de Insumo-Produto do Nordeste - 2004. Efeitos diretos, indiretos e de renda, que serão alcançados durante o ciclo de maturação dos investimentos e de seus respectivos impactos ao longo de toda a cadeia produtiva do Estado, ou seja, a partir de 2008 e podendo prolongar-se pelos anos seguintes.

5.4 Avaliação do FNE com Metodologia de Matching com Propensity Score

A avaliação com base em metodologia denominada *Matching* com *Propensity Score* é uma das ferramentas que o BNB vem utilizando para realizar as avaliações do FNE. Neste primeiro momento, apresentam-se dados, ainda preliminares, dos financiamentos realizados entre os anos de 2003 a 2006.

Encontra-se em andamento a expansão do período considerado no estudo, abrangendo desde o ano de 1996.

Neste trabalho, considerando o período de 2003 a 2006, são analisados alguns resultados preliminares de avaliação de impacto do FNE nas empresas formais. A metodologia utilizada é a de *matching* com *propensity score* que vem sendo bastante utilizada na literatura de avaliação em geral e para o caso específico do FNE (Alexandre et al, 2007). Neste método, comparamos a performance de empresas que foram financiadas pelo FNE com as de empresas que não receberam este financiamento para um mesmo período de tempo.

As medidas de performance analisadas são: i) crescimento do emprego (vínculos empregatícios), ii) crescimento da massa salarial, e iii) crescimento do salário médio (massa salarial por número de vínculos). As variações temporais, por sua vez, referem-se a períodos de um (2003 – 2004), dois (2003 – 2005), e três (2003 – 2006) anos. Adicionalmente, foram feitas, também, análises para sub-grupos de micro e pequenas empresas com até 50 empregados.

5.4.1 Resultados

Estimação dos Propensity Scores

O método de *matching* com *propensity scores* ocorre em dois estágios. No primeiro estágio é computado para cada empresa a probabilidade de financiamento por meio de um modelo *logit* multivariado. Estas probabilidades estimadas (os *propensity scores*) são as medidas de aproximação das empresas financiadas ou não, pois são computadas a partir de suas características. Ou seja, duas firmas com características semelhantes devem ter probabilidades de financiamento parecidas, mas não necessariamente têm a mesma sorte no recebimento do financiamento. Portanto, a estimação das probabilidades esperadas permite o pareamento e comparação adequada de empresas parecidas com e sem financiamento.

As probabilidades esperadas são estimadas por meio do modelo *logit* com as variáveis explicativas descritas (média) na Tabela 51 para o grupo de empresas financiadas (Empresas FNE) ou não (Empresas RAIS).

Tabela 51
Avaliação do FNE – Matching com Propensity Score
Descrição da Amostra - Média das Variáveis (2003)

Variável	Empresas RAIS	Empresas FNE
Maranhão	0.0592	0.1008
Piauí	0.0388	0.0496
Ceará	0.1417	0.1876
Rio Grande do Norte	0.0734	0.0775

Variável	Empresas RAIS	Empresas FNE
Pernambuco	0.1834	0.0899
Paraíba	0.0692	0.1287
Alagoas	0.0482	0.0558
Sergipe	0.0466	0.1085
Bahia	0.3394	0.2016
Indústria	0.0883	0.2806
Agropecuária	0.0734	0.0667
Comércio	0.4335	0.4527
Construção Civil	0.0301	0.0124
Serviços	0.3746	0.1876
Idade Média	33.08	30.55
Analfabetos - Quarta Incomp.	14.173	52.388
Quarta Comp. - Oitava Incomp.	164.284	179.490
Oitava Comp. - Seg G. Incomp.	260.340	299.316
Seg G. Comp. - Sup Incomp.	417.709	386.613
Superior Completo	40.395	41.397
Renda per Capita Municipal (R\$)	2448.28	1164.27
Número de Observações	3.091	645

Fonte: BNB-Etene, com apoio de consultoria externa (2008).

A amostra de empresas financiadas (645) foi determinada pela existência de cruzamento de informações de CNPJ nos arquivos do BNB e da RAIS. A seleção de amostra de empresas da RAIS (não financiadas) foi extraída da população de empresas formais da RAIS dos estados do Nordeste, a partir de uma amostra aleatória que procurou replicar nesta as características populacionais³. Esta replicação é importante, pois o modelo logit passa a ter uma interpretação econômica extra de demanda e oferta do FNE.

Pela amostra verificamos que em 2003 os estados que mais tiveram empresas financiadas foram Bahia (20,16%), e Ceará (18,76%). Comparando os dois grupos (FNE e RAIS), observamos que as empresas financiadas possuem em média uma idade um pouco menor, assim como uma escolaridade menor, e estão localizadas em municípios cuja média de renda *per capita* é menos da metade da média comparada da renda per capita municipal das empresas não financiadas pelo FNE.

Vale ressaltar mais uma vez que a amostra de empresas financiadas contempla apenas as empresas formais com inscrição na RAIS, não necessariamente representando todo o volume de investimentos e incidências que caracterizam o FNE como um todo. Por outro lado, esta amostra de empresas recebeu mais de 85% de todo o financiamento voltado para empresas formais, o

³ O processo de amostragem foi gerado pelo software SPSS 13, com testes comparativos de médias das variáveis explicativas para amostra e população.

que garante sua representatividade entre as empresas financiadas como demonstra a Tabela 52.

Tabela 52

Avaliação do FNE – Matching com Propensity Score
Distribuição de Frequência de Todas as Empresas do FNE e Para Aquelas que Constam na RAIS – 2003

Programa	FNE/Todas (com e sem RAIS)		FNE/Com RAIS	
	Nº de Empresas	Freq.	Nº de Empresas	Freq.
AGRIN	22	1.65	14	2.17
FNE – AQUISIÇÃO DE-CTN	5	0.37	3	0.47
FNE-COMÉRCIO	694	51.91	287	44.50
FNE - SERVIÇOS	244	18.25	98	15.19
FNE – VERDE INDUSTRIAL	5	0.37	4	0.62
INDUSTRIAL	275	20.57	174	26.98
PROATUR	34	2.54	23	3.57
PRODETEC-COMERCIAL	3	0.22	2	0.31
PRONAF GRUPO A - FNE	1	0.07		
RURAL	54	4.04	40	6.20
Total	1.337	100.00	645	100.00
Valor total R\$	597.682.081,5		516.366.496,38 (86,39%)	

Fonte: BNB-Etene, com apoio de consultoria externa (2008).

Dada a representatividade dos dois grupos, podemos analisar com mais robustez o modelo *logit* com uma inferência de modelo de demanda e oferta por crédito (FNE). Na Tabela 53, abaixo, temos os coeficientes do modelo *logit* para cada variável e seus respectivos p-valores.

Tabela 53

Avaliação do FNE – Matching com Propensity Score
Modelo Logit de Probabilidade de Financiamento (2003)

Variável	Empresas RAIS	Empresas FNE
Maranhão	0.8666	0.0000
Piauí	0.4321	0.0610
Ceará	0.9257	0.0000
Rio Grande do Norte	0.3060	0.1060
Pernambuco	-0.2061	0.2340
Paraíba	0.9380	0.0000
Alagoas	0.5440	0.1020
Sergipe	11.402	0.0000
Agropecuária	-0.9505	0.0000
Comércio	-1.1371	0.0000

Variável	Empresas RAIS	Empresas FNE
Construção Civil	-1.7660	0.0000
Serviços	-1.5709	0.0000
Idade Média	-0.0409	0.0000
Quarta Comp. – Oitava Imcomp.	0.0038	0.1550
Oitava Comp. - Seg G. Imcomp.	0.0050	0.0390
Seg G. Comp. - Sup Incomp.	0.0036	0.1340
Superior Completo	0.0063	0.0810
Renda per Capita Municipal (R\$)	-0.0002	0.0000
Constante	0.2419	0.4910
Número de Observações	3.091	645

Fonte: BNB-Etene, com apoio de consultoria externa (2008).

As categorias base deste modelo são: o Estado da Bahia, o Setor de Indústria, e o percentual de empregados com escolaridade menor que a quarta-série. Com relação aos estados, verificamos que as empresas localizadas no Maranhão, Piauí, Ceará, Paraíba, Alagoas e Sergipe, têm uma probabilidade maior de financiamento comparada às empresas localizadas na Bahia. Os Estados do Rio Grande do Norte e Pernambuco não mostraram ter diferenças significantes em relação à Bahia. Isto mostra que embora a Bahia seja o estado com o maior número de empresas financiadas, sua proporcionalidade é comparativamente menor quando comparada a de outros estados.

Interessante observar também que as empresas que atuam nos setores de agropecuária, comércio, construção civil, e serviços, têm uma probabilidade menor de financiamento quando comparadas àquelas que atuam no setor industrial.

Com respeito às características dos empregados, verificamos que a média de idade dos empregados das empresas financiadas é menor que a média das empresas não financiadas, e que não existe diferenças muito significantes quanto ao nível educacional dos empregados.

Um último resultado importante verificado foi a maior probabilidade de recebimento de financiamento em municípios com renda per capital menor. Ou seja, o financiamento de empresas formais é comparativamente maior em municípios menos desenvolvidos economicamente. Esta evidência sinaliza para uma alocação de recursos voltada para a diminuição das desigualdades no acesso ao crédito por empresas formais.

A estimação das probabilidades condicionadas de financiamento, no entanto, é apenas o primeiro passo para a avaliação de impacto do FNE. A segunda etapa é a comparação das performances médias das empresas ponderadas (ou não) por essas probabilidades.

Avaliação de Impacto

Para avaliar as performances comparativas das empresas financiadas utilizaremos três referências. A primeira é a simples comparação estatística de médias sem as ponderações dos *propensity scores*, ou seja, sem levar em consideração as características observadas das empresas. As demais referências comparativas são os indicadores de *matching* por estratificação e por função kernel.

Crescimento do Emprego

A Tabela 54 abaixo mostra os resultados de impacto da variação de vínculos empregatícios para três períodos de tempo: 2003-2004, 2003-2005, e 2003-2006. Na parte de cima da tabela, podemos identificar o número de observações em cada grupo de empresas (FNE - grupo de tratamento e RAIS - grupo de controle) assim como suas respectivas médias de crescimento do emprego. Enquanto que as empresas financiadas pelo FNE aumentaram o número médio de vínculos empregatícios em 11,12 empregados de 2003 a 2004, por exemplo, as empresas não financiadas (RAIS) tiveram um aumento médio de apenas 2,15 empregados no mesmo período. Em três anos (2003-2006), a média de contratações líquidas nas empresas do FNE foi de 16,50 empregados enquanto que, no grupo de controle, a média foi menor (6,25 empregados).

Tabela 54

rescimento do Emprego – Empresas Financiadas FNE x Empresas RAIS

Número de Observações e Médias da Variação do Emprego por Ano e Tipo de Firma			
	2003-2004	2003-2005	2003-2006
Número Obs FNE	597	564	537
Número Obs RAIS	2664	2406	2219
Média FNE	11.12	15.23	16.50
	(100.24)	(94.21)	(129.70)
Média RAIS	2.15	4.02	6.25
	(29.54)	(58.35)	(91.68)
Impactos do FNE (Diferenças nas Variações de Emprego)			
Sem Controle	8.96*	11.21*	10.25*
	(2.28)	(3.11)	(4.81)
<i>Propensity Scores</i> (<i>estratificação</i>)	8.26 [#]	10.69*	6.28
	(4.76)	(3.90)	(7.62)
<i>Propensity Scores</i> (kernel)	8.42 [#]	10.71*	6.43
	(4.56)	(4.35)	(7.85)

Fonte: BNB-Etene, com apoio de consultoria externa (2008).

Na parte inferior da Tabela 54, encontram-se as análises de impacto propriamente dita. Na primeira linha, temos apenas a comparação de médias dos

grupos de tratamento e controle sem utilizar a análise de *matching* com *propensity scores*. As demais linhas mostram as estimativas de impacto por meio desta metodologia. Verificamos então um impacto positivo e crescente para o primeiro e segundo anos após o financiamento inicial. No primeiro ano, os impactos variam entre 8,26 e 8,42 empregados a mais em média sendo contratados por empresas financiadas, e no segundo ano, essa diferença varia em torno de 10,70 vínculos empregatícios. Interessante observar que em três anos não verificamos uma diferença estatisticamente significativa quando utilizamos os ponderadores de *propensity scores*.

Este resultado para o terceiro ano pode estar sendo induzido por um subgrupo de empresas maiores, dado que existe uma grande variabilidade de performances encontradas entre as empresas financiadas. Desta forma, redefinimos os resultados apenas para uma sub-amostra de pequenas e médias empresas onde as performances são menos dispersas. Os resultados estão na Tabela 2 abaixo.

Tabela 55
Crescimento do Emprego – Empresas Financiadas FNE x Empresas RAIS
(Micro e Pequenas Empresas – Até 50 Empregados em 2003)

Número de Observações e Médias da Variação do Emprego por Ano e Tipo de Firma			
	2003-2004	2003-2005	2003-2006
Número Obs FNE	528	495	472
Número Obs RAIS	2576	2319	2135
Média FNE	1.56	2.91	3.86
	(8.08)	(14.37)	(17.80)
Média RAIS	0.57	1.00	1.55
	(8.27)	(13.06)	(16.53)
Impactos do FNE (Diferenças nas Variações de Emprego)			
Sem Controle	1.00*	1.92*	2.31*
	(0.39)	(0.66)	(0.85)
<i>Propensity Scores</i> (estratificação)	0.95*	1.82*	2.46*
	(0.38)	(0.65)	(0.83)
<i>Propensity Scores</i> (kernel)	0.97*	1.88*	2.46*
	(0.39)	(0.67)	(0.85)

Fonte: BNB-Etene, com apoio de consultoria externa (2008).

Para o grupo de micro e pequenas empresas com até 50 empregados, os resultados foram bem consistentes com respeito ao crescimento do número de vínculos empregatícios por um, dois ou três anos consecutivos. Para estes, os

impactos médios variaram entre 0,95 e 0,97 para um ano, 1,82 e 1,88 para dois anos, e 2,46 empregados a mais para três anos. Considerando este último resultado, e observando que a média de empregos gerados pelo grupo de controle (RAIS) foi de 1,55 em três anos, temos um impacto de financiamento de aproximadamente 60%. Ou seja, de cada 3 novos contratados em uma micro empresa financiada durante 3 anos, aproximadamente 2 deles foram devido a contratação do empréstimo do FNE. Este resultado é importante para se comparar os custos e benefícios dos financiamentos subsidiados.

Crescimento da Massa Salarial

A análise de avaliação do crescimento da massa salarial é importante para verificar os efeitos diretos de aumento da renda estimulado pelo financiamento. Os valores para a massa salarial foram deflacionados para Dezembro de 2007 através do índice geral de preços ao consumidor.

Tabela 56
Crescimento da Massa Salarial (R\$ Dez 2007)
Empresas Financiadas FNE x Empresas RAIS

Número de Observações e Média da Variação da Massa Salarial por Ano e Tipo de Firma			
	2003-2004	2003-2005	2003-2006
Número Obs FNE	597	564	537
Número Obs RAIS	2601	2406	2154
Média FNE	7358	12005	17941
Média RAIS	1721	3656	6793
Impactos do FNE (Diferença na Variação da Massa Salarial)			
Sem Controle	5636**	8348**	11148*
Propensity Scores	5436**	8530**	8785
(estratificação)	-2183	-2779	-6822
Propensity Scores (kernel)	5402**	8146**	8319
	-2128	-2992	-6563

Fonte: BNB-Etene, com apoio de consultoria externa (2008).

A Tabela 56 mostra as médias dos grupos de empresas e os impactos do financiamento. Qualitativamente, os resultados observados são similares aos apresentados para o crescimento do estoque de emprego. Ou seja, os impactos são significantes e significativos para um ou dois anos de variação da massa salarial, mas não encontram significância estatística nas variações de três anos. Uma empresa financiada investe em dois anos entre R\$ 8.146 e R\$ 8.530 a mais na contratação de novos empregados.

Quando selecionamos apenas empresas com até 50 empregados, os resultados são mais uma vez positivos e crescentes para os três períodos de tempo (Tabela 57). Um resultado importante é que o valor de contratação anual extra (impacto anual médio) das empresas financiadas cresce no segundo ano e reduz um pouco no terceiro, embora ainda sendo positivo e significativo. Esta amortecida do impacto anual pode sinalizar uma insuficiência de fundos para investimento ou o próprio amadurecimento dos projetos a partir dos investimentos iniciais. Esta evidência, no entanto, merece um estudo detalhado para trabalhos complementares.

Tabela 57
Crescimento da Massa Salarial
Empresas Financiadas FNE x Empresas RAIS
(Micro e Pequenas Empresas – Até 50 Empregados em 2003)

Número de Observações e Média da Variação da Massa Salarial por Ano e Tipo de Firma			
	2003-2004	2003-2005	2003-2006
Número Obs FNE	528	495	472
Número Obs RAIS	2535	2300	2106
Média FNE	975	2139	3151
Média RAIS	317	749	1541
Impactos do FNE (Diferença na Variação da Massa Salarial)			
Sem Controle	657*	1390**	1700**
<i>Propensity Scores</i>	673**	1446**	1923**
<i>(estratificação)</i>	-272	-498	-554
<i>Propensity Scores</i>	675**	1448**	1906**
<i>(kernel)</i>	-272	-495	-563

Fonte: BNB-Etene, com apoio de consultoria externa (2008).

Crescimento do Salário Médio

Não foram verificados impactos significativos com respeito ao salário médio (Tabelas 58 e 59). Este resultado é esperado dado as tabelas acima, que evidenciam que os crescimentos da massa salarial e do número de vínculos empregatícios foram proporcionais. Desta forma, como o salário médio é definido pela massa salarial dividida pelo número de vínculos, podemos esperar um impacto diminuto deste indicador.

Tabela 58
Crescimento do Salário Médio
Empresas Financiadas FNE x Empresas RAIS

Número de observações e Média do Crescimento do Salário Médio por Ano e Tipo de Firma			
	2003-2004	2003-2005	2003-2006
Número Obs FNE	597	564	537
Número Obs RAIS	2664	2406	2219
Média FNE	13.69	40.83	105.96
Média RAIS	13.43	36.21	116.04
Impactos do FNE (Diferenças no Salário Médio)			
Sem Controle	0.264	4616	-10.07
<i>Propensity Scores</i> (estratificação)	0.446 (5.20)	3274 (8.49)	17.43 (85.97)
<i>Propensity Scores</i> (kernel)	0.554 (6.29)	2.30 (8.53)	9.38 (82.08)

Fonte: BNB-Etene, com apoio de consultoria externa (2008).

Tabela 59
Crescimento do Salário Médio
Empresas Financiadas FNE x Empresas RAIS
(Micro e Pequenas Empresas – Até 50 Empregados em 2003)

Número de Observações e Média do Crescimento do Salário Médio por Ano e Tipo de Firma			
	2003-2004	2003-2005	2003-2006
Número Obs FNE	597	564	537
Número Obs RAIS	2664	2406	2219
Média FNE	13.69	40.83	105.96
Média RAIS	13.43	36.21	116.04
Impactos do FNE (Diferenças no Salário Médio)			
Sem Controle	0.264	4616	-10.07
<i>Propensity Scores</i> (estratificação)	0.446 (5.20)	3274 (8.49)	17.43 (85.97)
<i>Propensity Scores</i> (kernel)	0.554 (6.29)	2.30 (8.53)	9.38 (82.08)

Fonte: BNB-Etene, com apoio de consultoria externa (2008).

6. GESTÃO DO ATIVO OPERACIONAL

6.1 Inadimplemento das Operações

A inadimplência das operações do FNE relativas ao primeiro semestre de 2008 foi de 5,3%, registrando ligeira elevação em comparação com a verificada ao final do primeiro semestre de 2007, que foi de 5,0%.

Em relação à distribuição da inadimplência por porte dos beneficiários em relação às aplicações em cada categoria, observou-se que persistem as maiores taxas na categoria de cooperativas / associações (15,8%), seguidas de micro/mini (8,3%) e pequeno que teve redução da inadimplência de 7,3%, constatada ao final do primeiro semestre de 2007, para 6,7%. Para a categoria de médios, observou-se leve queda da inadimplência de 4,4% ao final do primeiro semestre de 2007, para 4,2%, observada ao final do primeiro semestre de 2008. Similarmente aos médios, constatou-se queda da inadimplência para a categoria de grandes produtores, de 2,3 para 2,0% ao final dos dois períodos (Tabela 60).

Considerando-se a inadimplência por porte de beneficiários em relação ao saldo total das aplicações, observa-se que as associações/cooperativas apresentaram ligeiro crescimento de 0,3% ao final do primeiro semestre de 2007 para 0,4% ao final do primeiro semestre de 2008. A categoria de mini/micro também sofreu elevação de 2,6 para 2,9%; a categoria de pequenos apresenta queda na taxa de 0,7% para 0,6%; para a categoria de médios produtores, se mantém a mesma taxa de 0,5% verificada ao final do primeiro período, enquanto que a taxa de inadimplência dos grandes se mantém a mesma

A adoção da Medida Provisória de nº 432, assim como o permanente esforço do Banco em aprimorar seus mecanismos de análise, de controle e acompanhamento das operações de crédito sinalizam para a redução da inadimplência no final do exercício de 2008.

Tabela 60
FNE - Saldos em Atraso por Porte dos Beneficiários
Posição: 30.06.2008

Porte	Saldo Aplicações	Aplicações (%) ⁽¹⁾	Saldo em Atraso ⁽²⁾	Inadimplência (%) ⁽¹⁾	Valores em R\$ mil
					Inadimplência do Segmento (%) ⁽³⁾
Cooperativas/Associações	508.126	2,6	80.256	0,4	15,8
Micro e Mini	6.989.567	35,1	583.627	2,9	8,3
Pequeno	1.850.348	9,3	124.567	0,6	6,7
Médio	2.512.494	12,7	104.893	0,5	4,2
Grande	8.006.881	40,3	158.094	0,9	2,0
Total	19.867.416	100,0	1.051.437	5,3	5,3

Fonte: BNB - Ambiente de Controladoria.

Notas: (1) Percentuais em relação ao total das aplicações. (2) Total das parcelas vencidas e não pagas. (3) Percentuais em relação ao saldo das aplicações do segmento.

No que se refere aos setores beneficiados, a maior taxa de inadimplência continua sendo a do Setor Rural, cuja taxa foi de 7,6% ao final do primeiro semestre de 2008, superior à constatada em igual período de 2007, de 6,7%. No Setor Agroindustrial, a inadimplência sofre queda de 4,0% para 3,0% e o Setor Indústria e Turismo apresentou comportamento similar ao Agroindustrial, com queda da inadimplência de 3,2% para 2,6% entre os dois períodos. O Setor Comércio e Serviços apresentou ligeira elevação na inadimplência, passando de 1,1 ao final do primeiro semestre de 2007, para 1,7% ao final do primeiro semestre de 2008, enquanto que o Setor de Infra-estrutura permanece com inadimplência de 0%. (Tabela 61).

Quanto à inadimplência por setor em relação ao saldo total das aplicações, não houve mudanças de comportamento do final do primeiro semestre de 2007 para o final do primeiro semestre de 2008, exceto o Setor Rural que apresentou leve variação de 4,3% para 4,6% entre os dois períodos.

Tabela 61
FNE - Saldos em Atraso por Setor
Posição: 30.06.2008

Valores em R\$ mil

Setor	Saldo Aplicações	Aplicações (%) ⁽¹⁾	Saldo em Atraso ⁽²⁾	Inadimplência (%) ⁽³⁾	Inadimplência do Segmento (%) ⁽⁴⁾
Rural	12.009.432	60,4	909.958	4,6	7,6
Agroindustrial	738.721	3,7	22.165	0,1	3,0
Industrial/Turismo	3.512.350	17,7	89.630	0,5	2,6
Infra-Estrutura	1.840.643	9,3	93	-	-
Comércio e Serviços	1.765.554	8,9	29.591	0,1	1,7
Financ. À Exportação	716	-	-	-	-
Total	19.867.416	100,0	1.051.437	5,3	5,3

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito e Ambiente de Controladoria.

Notas: (1) Percentual das aplicações do segmento em relação ao total das aplicações. (2) Total das parcelas em atraso do segmento. (3) Percentual do saldo em atraso do segmento em relação ao saldo total das aplicações. (4) Percentual do saldo em atraso do segmento em relação ao saldo de aplicações do segmento.

Relativamente à segmentação das operações por data de contratação, constatou-se que a inadimplência das operações contratadas até 30.11.1998 apresentou-se com 10,9% enquanto que para as operações contratadas após aquela data, o percentual de inadimplência foi de apenas 3,7% (Tabela 62). Conforme se observa, tem havido redução sistemática da inadimplência após 1998.

Tabela 62
FNE - Saldos em Atraso por Data de Contratação
Posição: 30.06.2008

Valores em R\$ mil

Data Contratação	Saldo Aplicações	(%) ⁽¹⁾	Saldo em Atraso ⁽²⁾	Inadimplência (%) ⁽³⁾	Inadimplência do Segmento (%) ⁽⁴⁾
Até 30.11.1998	4.524.412	22,8	491.216	2,5	10,9
Após 30.11.1998	15.343.004	77,2	560.221	2,8	3,7
Total	19.867.416	100,0	1.051.437	5,3	5,3

Fonte: BNB – Ambiente de Controle das Operações de Crédito e Ambiente de Controladoria.

Notas: (1) Percentual das aplicações do segmento em relação ao total das aplicações. (2) Total das parcelas em atraso do segmento. (3) Percentual do saldo em atraso do segmento em relação ao saldo total das aplicações. (4) Percentual do saldo em atraso do segmento em relação ao saldo de aplicações do segmento.

6.2 Recuperação de Crédito

O Banco do Nordeste regularizou 81,6 mil operações de crédito no primeiro semestre de 2008, envolvendo recuperação de dívidas no montante de R\$ 280,3 milhões. Cabe ressaltar que essas renegociações propiciaram recebimento em espécie da ordem de R\$ 41,0 milhões, ou seja, 14,6% do total regularizado (Tabela 63).

Tabela 63
FNE - Recuperação de Dívidas ⁽¹⁾
Primeiro Semestre de 2008

Valores em R\$ mil

Estado	Quantidade	Valor em Espécie	Valor Renegociado	Total Recuperado
Alagoas	4.375	2.550	13.984	16.534
Bahia	16.840	6.740	67.261	74.001
Ceará	12.762	4.216	24.414	28.630
Espírito Santo	-	-	-	-
Maranhão	8.548	5.817	12.410	18.227
Minas Gerais	6.390	5.526	30.875	36.401
Paraíba	4.062	1.852	11.394	13.246
Pernambuco	10.591	4.370	34.985	39.355
Piauí	7.747	3.187	23.882	27.069
Rio Grande do Norte	4.696	3.636	9.424	13.060
Sergipe	5.559	3.151	10.616	13.767
Total	81.570	41.045	239.245	280.290

Fonte: BNB - Ambiente de Recuperação de Crédito.

Nota: (1) Valores referentes às operações objeto de renegociação de dívidas no período.

O Banco vem implementando diversas ações em busca de reduzir a inadimplência, destacando-se a atuação das Unidades de Recuperação de Crédito (URC's), que vêm desenvolvendo trabalho específico para recuperação dos créditos inadimplidos, principalmente, os valores mais expressivos; intensificação nos trabalhos com foco na cobrança judicial dos créditos passíveis desse procedimento; e criação de um grupo de trabalho com o conseqüente desenvolvimento de campanha de divulgação da Medida Provisória nº 432, identificando as operações enquadráveis na referida lei e orientando as agências no sentido de buscar o máximo de regularização dessas operações. Espera-se que no segundo semestre, com a efetiva implementação da MP 432, a qual foi regulamentada pelo Conselho Monetário Nacional em 30.05.2008, e sua conversão em lei, haja um expressivo número de liquidação e regularização de dívidas e a conseqüente redução da inadimplência.

A implementação de novas estratégias para recuperação dos créditos considerados problemáticos, bem como a simplificação das normas, têm proporcionado melhores condições para regularização desses créditos, gerando significativos resultados no primeiro semestre de 2008.

7. RESULTADOS DOS ACOMPANHAMENTOS E FISCALIZAÇÕES DOS EMPREENDIMENTOS FINANCIADOS

O Banco do Nordeste realiza as vistorias e fiscalizações de suas operações atendendo às regulamentações dos órgãos fiscalizadores. Para tanto, seus normativos internos definem os seguintes quantitativos de fiscalização de operações:

Fase de desembolso

- Vistoria de 10% dos clientes com saldo devedor mais saldo por desembolsar de valor até R\$ 50.000,00, aqui incluídos 10% de todas as operações no âmbito do PRONAF Grupo A e 10% de todas as operações no âmbito do PRONAF Grupo B.
- Vistoria de 100% das operações de clientes com saldo devedor mais saldo por desembolsar superior a R\$ 50.000,00.

Fase pós-implantação

- Uma vistoria a cada ano civil, em pelo menos 10% dos empreendimentos, para clientes com saldo devedor mais saldo por desembolsar de até R\$ 50.000,00.
- Uma vistoria a cada ano civil aos clientes com saldo devedor mais saldo por desembolsar de valor maior que R\$ 50.000,00 e menor ou igual a R\$ 1.000.000,00.
- Duas vistorias por ano civil aos clientes com saldo devedor mais saldo por desembolsar de valor superior a R\$ 1.000.000,00.

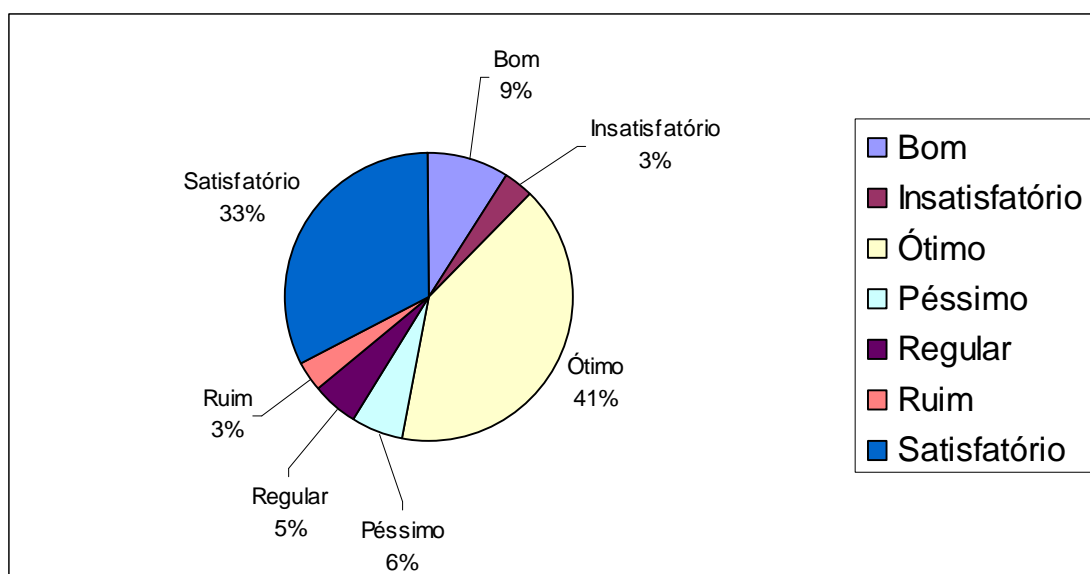
O Banco possuía, em 30.06.2008, 1,4 milhão de operações “em ser” no âmbito do FNE (incluindo as operações do PRONAF). O Banco do Nordeste realizou 54.397 vistorias em operações do FNE em 2008.

7.1 Síntese das Visitas de Acompanhamento Realizadas no Primeiro Semestre de 2008

O Sistema de Avaliação Técnica de Empreendimentos, onde são registrados os relatórios das vistorias realizadas, possui na sua estruturação um conjunto de pesos que pondera os resultados auferidos nas visitas in loco, atribuindo uma classificação ao empreendimento, num esquema de conceitos com as seguintes gradações: Ótimo, Bom, Regular, Satisfatório, Insatisfatório, Ruim e Péssimo. Estes conceitos levam em consideração: a correta aplicação do crédito, inclusive dos recursos próprios; os indicadores técnicos previstos no projeto; a execução dos serviços; planejamento do projeto; perspectivas de receitas; e conservação das garantias, dentre outros aspectos.

A situação dos empreendimentos foi considerada como satisfatório, ótimo e bom para 33,0%, 41,0% e 9,0%, respectivamente, das vistorias realizadas em 2008. Os conceitos insatisfatório, regular, péssimo e ruim totalizaram 17,0% (Gráfico 1).

Gráfico 11
Situação dos Empreendimentos Financiados pelo FNE
Primeiro Semestre 2008



7.2 Ações Realizadas

O Banco, durante o primeiro semestre de 2008, implementou ações com o objetivo de melhorar os recursos disponíveis para maximização dos resultados no tocante à análise e acompanhamento das operações de crédito. A seguir, destaca-se a principal ação ocorrida no período acima citado:

Revisão da Estrutura Operacional das Centrais de Apoio Operacional

Com o objetivo de melhorar o processo de análise, foram aprovadas pela Diretoria as seguintes alterações no quadro de pessoal:

1. Alteração da estrutura organizacional das CENOP de Montes Claros, Recife e São Luís, com a criação da Célula de Análise de LRC e incremento de funções em comissão.
2. Ajuste na estrutura organizacional da CENOP de Aracaju, João Pessoa, Natal, Salvador e Teresina, compreendendo o incremento de funções em comissão de Analista de Negócios.

Ademais, melhorias nos Sistemas de Avaliação Técnica de Empreendimentos – SIAT estão sendo implementadas, como forma de dar mais agilidade ao processo de análise.

7.3 Principais Ocorrências

As principais ocorrências verificadas nas fiscalizações no 1º semestre de 2008 foram as seguintes:

- Os créditos foram aplicados corretamente, conforme o cronograma previsto.
- Os recursos próprios foram aplicados totalmente, conforme o cronograma previsto.
- Os indicadores técnicos estão compatíveis com o previsto no projeto.
- A execução dos serviços, obras, instalações e/ou explorações estão tecnicamente corretas.
- A orientação técnica prevista para obtenção das metas do projeto foi prestada adequadamente.
- O planejamento técnico do projeto foi adequado.
- Os bens que constituem as garantias estão preservados em suas características essenciais.
- Não houve ocorrência de fatores adversos.
- O empreendimento é competitivo.
- As perspectivas de receitas (produção/comercialização) são as previstas no projeto.
- A gerência/direção da empresa/empreendimento é satisfatória.
- O rebanho encontra-se em condições normais de sanidade, evolução e manejo, estando, inclusive, devidamente ferrado.

- As exigências ambientais do projeto foram atendidas.
- As cláusulas contratuais foram totalmente cumpridas ou estão sendo cumpridas conforme instrumento.
- Algumas cláusulas contratuais foram parcialmente não cumpridas.
- Os recursos não foram aplicados conforme estabelecido no projeto.
- O cronograma de implementação do crédito está atrasado.
- Os recursos próprios não foram aplicados totalmente, conforme o cronograma previsto.
- As perspectivas de receitas (produção/comercialização) estão abaixo das previstas no projeto.
- A orientação técnica prevista para obtenção das metas do projeto não foi prestada adequadamente.

Cabe esclarecer que, quando a fiscalização verifica ocorrências negativas no âmbito do empreendimento, tais como créditos aplicados parcialmente ou ainda bens financiados ou garantias vendidos à revelia do Banco, adota-se providências de administração do crédito, isto é, as ocorrências verificadas nas fiscalizações são repassadas através de Relatórios de Acompanhamento de Projetos para a Agência tomar decisões sobre a operação. As providências podem variar desde o estabelecimento de um prazo para o cliente sanar o problema, ou ainda medidas drásticas, tais como a execução judicial da operação.

8. RECOMENDAÇÕES DOS OFÍCIOS DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

O presente relatório enfocou os diversos aspectos constantes das recomendações do Ofício recebidos do referido Ministério. Merecem destaque as considerações listadas a seguir.

OFÍCIO Nº 07/DFD/SDR/MI, de 31.01.2008

a) Confronto entre os ingressos e desembolsos de recursos

Vide Tabela 35A

b) Financiamentos concedidos para as Mesorregiões

Vide Tabelas 13A a 20A

c) Número de operações e valores contratados por Estado e por porte, com beneficiários que obtiveram empréstimos do FNE pela primeira vez

Vide Tabela 21A

d) Relação dos financiamentos acima de R\$ 10 milhões

Vide Tabela 22A

e) Comentar e exemplificar o apoio a projetos que prevêem a utilização de tecnologias modernas

O FNE tem contribuído para o desenvolvimento tecnológico e gerencial do Nordeste e das demais áreas de sua atuação, permitindo a melhoria da competitividade das empresas financiadas. Referida ação tem se materializado através do financiamento de máquinas, equipamentos, instalações, veículos, sistemas de informática e processos produtivos modernos em projetos nos diferentes setores econômicos.

Seguem-se alguns exemplos de projetos financiados pelo Banco, em 2008, que utilizarão tecnologias modernas.

PROJETO	TECNOLOGIAS
Agroindústria de Cana-de-Açúcar	O projeto utilizará o que há de mais moderno no setor Sucroalcooleiro, fazendo uso de instalações eletrificadas não dependendo da geração de vapor para movimentação dos ternos de moenda e garantindo um menor consumo de energia. A agroindústria utilizará como componentes em sua estrutura os equipamentos das principais empresas do setor Sucroalcooleiro no Brasil.
Ind. Transformação	A empresa utilizará a tecnologia de grades expandidas na fabricação de baterias, tornando-se uma excelente opção de redução de custos e permitindo um aumento da produção, permitindo também menor área de ocupação para instalação, maior estabilidade no processo e melhor qualidade final do produto. Vale salientar que com essa tecnologia a empresa atinge outro mercado para baterias de grades fundidas, que consiste na demanda por baterias de maior capacidade de carga, sobretudo, observado nas empresas de Telecomunicação.
Prod. E Distrib.. Eletricidade	A empresa utilizará para produzir energia elétrica, motores diesel de quatro tempos com moderna tecnologia alemã, resultando assim em melhor capacidade instalada e assegurando a geração de energia de forma competitiva, segura e eficiente. Os geradores serão totalmente automatizados, permitindo a integração dos dados constantes no processo produtivo aos sistemas administrativos a serem implantados. Através de sistema informatizado de apuração de custos, a empresa fará o acompanhamento contábil para subsidiar a tomada de decisões, bem como a informatização de processos administrativos e gerenciais da empresa.
Industria Prod. Farmacêutica	A aquisição objeto do projeto tem como finalidade atender a linha de produção de soluções parenterais de grande volume – SPGV. Trata-se de equipamento importado de tecnologia alemã, que propiciará à empresa redução no seu custo operacional e aumento da capacidade instalada, além de garantir segurança absoluta da qualidade. A necessidade do investimento se justificou em função

PROJETO	TECNOLOGIAS
	da exigência da Anvisa de que as instituições de medicamentos deverão substituir o sistema de infusão aberto das soluções parenterais de grande volume (SPGV) para o sistema fechado até 2008.
Equip. Destinados à Geração de Energia Alternativa	A empresa a ser implantada utilizará turbinas eólicas que transformam a energia cinética em energia elétrica. O equipamento tem um sistema de monitoramento e controle que direciona o rotor toda vez que o vento muda de direção. Este giro aumenta a eficiência da geração de energia e o controle e monitoramento da operação e potência ajudam a avaliar as estratégias para o perfeito funcionamento de cada máquina, bem como fornece ao operador acesso on-line as todas as turbinas eólicas, permitindo um diagnóstico preciso e imediato da operação de cada máquina.
Indústria Siderúrgica	A empresa tem como atividade principal a produção de ferro-gusa destinada para aciarias. As receitas são provenientes da venda desse produto, porém desenvolve a atividade de reflorestamento, cultivo do eucalipto, para geração do carvão vegetal (insumo utilizado no seu processo produtivo). O projeto destina-se à instalação de uma usina termoelétrica, através da utilização de alto-forno. Será utilizada a reciclagem de gases de alto-forno como fonte alternativa de energia elétrica para o processo de produção. A usina será equipada com forno tipo BOF (forno a oxigênio) e por uma máquina de lingotamento contínuo o que trará maior sustentabilidade ao projeto com a disponibilidade de matéria prima estável, de qualidade e abundante.

f) Valores repassados a outras instituições financeiras e acordos com cooperativas para realização de operações com recursos do FNE

Vide Tabela 23A

g) Ações desenvolvidas para divulgar as oportunidades de financiamentos aos agricultores familiares, aos mini e pequenos produtores rurais e às micro e pequenas empresas

Agricultores Familiares, Mini e Pequenos Produtores Rurais

Os mini e pequenos empreendedores receberam recursos da ordem de R\$ 720,5 milhões (20,6% do total dos recursos do FNE contratados no primeiro semestre de 2008), dos quais R\$ 493,9 milhões foram destinados ao Setor Rural (47,7% do total de recursos do FNE neste Porte). Neste Setor, R\$ 348,8 milhões foram destinados a agricultores familiares. Aproximadamente 441.789 mil de beneficiários do FNE no primeiro semestre, pertencem à categoria de mini e pequenos, sendo que no Setor Rural o número de beneficiários é de 434.818 mil.

O BNB tem promovido uma série de ações para divulgar as oportunidades de financiamentos aos agricultores familiares, a exemplo das campanhas de divulgação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) por meio de emissoras de rádio, distribuição de fôlderes, camisas e

bonés, exposição de cartazes explicativos nas suas agências, órgãos parceiros, sindicatos e outras entidades no meio rural, de modo a comunicar diretamente ao agricultor familiar as condições do PRONAF.

O BNB realiza ainda o “Dia da Agricultura Familiar” em diferentes municípios da Região, oportunidade em que os técnicos do Banco proferem palestras sobre o PRONAF. Referido evento possibilita a troca de experiências, realização de negócios entre os agricultores familiares, assinatura de convênios, emissão de DAPs, elaboração de planos de negócios, assinatura de contratos, renegociações de dívidas e prestação de serviços julgados oportunos, tais como a emissão de CPF e outros documentos essenciais para o acesso ao crédito.

Com o objetivo de viabilizar o crédito para comunidades distantes das sedes dos municípios e das agências bancárias, o Banco do Nordeste realiza as chamadas “agências itinerantes”, atendendo os clientes na sua própria localidade. Referidos eventos estimulam o exercício da cidadania e levam informações úteis à sustentabilidade dos empreendimentos do pequeno produtor rural, bem como realizam cadastro e contratação de operações, no âmbito do FNE, inclusive PRONAF.

Micro e Pequenas Empresas

A alavancagem de financiamentos junto às micro e pequenas empresas da área de atuação do Banco do Nordeste foi um processo que teve início em 2004 e continua sendo fortalecido, apresentando, atualmente, resultados bastante expressivos.

A ampliação do acesso ao crédito às micro e pequenas empresas, no BNB, compõe a pauta de prioridades da atual administração do Banco, desde a sua posse, em 2003.

Antes disso, o BNB não dispunha de uma estratégia específica para atendimento às microempresas e empresas de pequeno porte formais. Seu volume de contratações alcançava pouco mais de R\$ 94,7 milhões.

Ciente da importância desse segmento para a economia da Região, que representa mais de 96% dos estabelecimentos empresariais instalados, a atual administração compreendeu que o Banco precisava construir uma estratégia específica para ampliar o acesso ao crédito para as MPes.

A alavancagem de financiamentos junto às micro e pequenas empresas foi um processo que teve início em fevereiro de 2004 e continua sendo fortalecido. Nessa ocasião, o BNB implantou o Projeto Novo Modelo de Agências delimitando, um novo formato de abordagem ao cliente, através da definição de carteiras de clientes, seguindo-se de um amplo programa de capacitação para os gerentes das agências.

Ainda naquele ano, foi lançado o FNE Giro Insumos, empréstimos em condições mais favoráveis com recursos do FNE e Recursos Internos, que se

consolidou no mercado como um dos principais produtos de alavancagem junto aos estabelecimentos de pequeno porte.

Em 2005, o BNB promoveu a estadualização de suas Superintendências de modo a proporcionar uma presença e um gerenciamento negocial mais efetivo junto aos seus segmentos prioritários, dentre eles as micro e pequenas empresas formais. Em seguida, a Diretoria aprovou a estratégia empresarial MPE CONTERRÂNEO, com a finalidade de incrementar as operações de investimento com recursos do FNE junto às micro e pequenas empresas. Como resultado da implementação dessas medidas e ações, o BNB obteve um aumento no volume de contratações alcançando um volume de R\$ 538 milhões em 2006.

No ano seguinte, consolidaram-se estratégias negociais, cujo resultado foi sentido na evolução dos números das operações contratadas. Foi alcançado um montante de contratações na ordem de R\$ 753,1 milhões, em mais de 55 mil operações de crédito de curto e longo prazos, beneficiando cerca de 15.600 estabelecimentos de pequeno porte formais. Esse valor contratado superou em 25% o orçamento de R\$ 600 milhões disponibilizado para 2007 e representou uma evolução do crédito para microempresas e empresas de pequeno porte na ordem de 695% desde a posse da atual administração do Banco.

Para o ano de 2008, o atendimento às micro e pequenas empresas permanece como um dos principais focos do BNB cuja meta de contratação para o segmento é de R\$ 1 bilhão. Esse desafio será atingido a partir de um trabalho direcionado de segmentação de mercado, redução das taxas de juros e tratamento diferenciado junto a setores econômicos específicos como comércio varejista, saúde, turismo dentre outros.

O Programa Estratégico 2008-2011 prevê, como uma das suas diretrizes, atendimento prioritário ao segmento. Para confirmar esse direcionamento, um dos objetivos estratégico para o quadriênio é consolidar a imagem do BNB *como “O Banco da Micro e Pequena Empresa na Região”*.

Em 2007, o volume de recursos orçados para crédito junto às micro empresas e empresas de pequeno porte foi de R\$ 600 milhões. O volume de operações contratadas superou em 25% o orçamento previsto, atingindo um montante de R\$ 753,1 milhões.

Para 2008, foi estabelecido um orçamento de R\$ 1 bilhão. Em junho de 2008, já tinham sido realizados 49,5%, com um volume de contratações na ordem de R\$ 495,4 milhões, e a concretização de 32.551 operações.

Para realizar a divulgação das linhas de crédito para microempresas e empresas de pequeno porte, o Banco do Nordeste precisou adequar a sua estrutura interna para absorver a demanda. Iniciou com uma nova estrutura para a rede de Agências, a estadualização das Superintendências e um novo formato de abordagem ao cliente, seguindo-se de um amplo programa de capacitação para os gerentes das agências.

Após o processo de organização interna, estão sendo revistas e aprimoradas sistematicamente as condições operacionais das linhas de crédito, de modo a favorecer o segmento das micro e pequenas empresas.

A promulgação da Lei Geral em 2006 proporcionou uma ambiência favorável para negócios de modo que, a partir desse marco, estão sendo construídas e implementadas várias estratégias negociais e parcerias institucionais, visando alavancar as operações com o segmento das micro e pequenas empresas, detalhadas a seguir:

- a) Melhores condições de juros e prazos nos programas de crédito para o segmento das micro e pequenas empresas com redução da taxa de juros para financiamento de investimentos de 7,25% para 6,75% ao ano e redução de juros para capital de giro passando o BNB a operar com taxas a partir de 0,98% ao mês. O prazo para o produto FNE Insumos foi estendido de 18 para 24 meses;
- b) Criado pela Diretoria do Banco em 19/12/2007 e implementado em 01/02/08, o Projeto Estratégico de Revisão e Simplificação do Sistema Normativo vem no processo sistemático de revisão dos procedimentos e normas operacionais do Banco, visando à desburocratização e racionalização de processos de crédito;
- c) Parceria institucional com as entidades como o SEBRAE Nacional visando à implementação de ações complementares ao crédito;
- d) Participação ativa do Banco no Fórum da Micro Empresa e Empresa de Pequeno, promovido pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC, visando atuar na orientação e no assessoramento à formulação da política nacional de desenvolvimento das Micro e Pequenas Empresas;
- e) Ampliação da quantidade de carteiras MPEs nas agências, que passou de 41 para 59, com gerentes de negócios com responsabilidade específica de atender a esse segmento de público e com sistemática semestral de avaliação do desempenho negocial;
- f) Estratégias de negócios com clientes preferenciais a partir do direcionamento de esforços para a realização de negócios junto às redes de franquias, shopping e de fornecedores e cadeias produtivas de grandes empresas, merecendo destaque as iniciativas com o Boticário e a Arezzo, bem como com relação ao Programa Apoio Lojista Shopping Center's; Giro Petro; Credi Luz;
- g) Revisão na estrutura organizacional da Área de Negócios: o Ambiente passou a contar com as células de Estruturação de Negócios com MPE e Pessoa Física e de Gerenciamento dos Clientes MPE e Pessoa Física, possibilitando a concentração das equipes na construção e articulação de novas estratégias de negócios e no gerenciamento e monitoramento sistemático dos resultados;
- h) Lançamento da estratégia Giro Estoque BNB, onde as empresas do setor comercial varejista poderão ter acesso facilitado ao crédito com as melhores condições do mercado, para formar seus estoques e atender ao fluxo das compras nas datas comemorativas Dia das Mães, Páscoa, Festas Juninas, Dia dos Pais, Dia das Crianças e Natal. Essa estratégia

envolve ainda ampla articulação com as entidades representativas do setor e condições diferenciadas de crédito;

- i) Participação em feiras e patrocínio de eventos voltados para o desenvolvimento das micro e pequenas empresas, com destaque para os eventos promovidos pelas federações de micro e pequenas empresas nos estados da área de atuação do BNB;
- j) Formalização do Acordo de Cooperação com Sindvans e Cooptraps, para financiamento da aquisição de novos veículos (microônibus e vans) para uso no transporte público complementar de Fortaleza.

Atualmente, o BNB disponibiliza às micro e pequenas empresas formais linhas de crédito de curto e longo prazos, além dos serviços bancários tradicionais. Os principais produtos de curto prazo em vigor são Cheque Empresa; Conta Empresarial; Giro Simples; 13º Empresarial; Giro Insumos; Desconto; e produtos para exportação e importação.

As taxas de juros da maioria desses produtos segue a tendência do mercado bancário, à exceção do Giro Insumos, que opera com a menor taxa de juros do mercado bancário, a partir de 0,98% ao mês, e o produto Nordeste Exportação, com taxas diferenciadas a partir de 5,06% ao ano, taxas que variam de acordo com a localização e o porte da empresa.

As linhas de crédito de longo prazo operam com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) com a finalidade de financiar investimentos para implantação, expansão e modernização dos empreendimentos, e estão voltadas para as atividades econômicas comércio, serviços, indústria, agroindústria, turismo e desenvolvimento tecnológico. As taxas de juros para o crédito de longo prazo, também são as menores do mercado, a partir de 5,06% ao ano que variam de acordo com a localização e o porte da empresa.

Todas essas estratégias negociais e condições especiais de crédito estão sendo objeto de campanha promocional de mídia impressa e televisiva para divulgação das oportunidades de crédito para MPEs, em âmbito regional.

Para o público de pequenos comércios, foi lançada em 2007 e continua em 2008, a campanha do GIRO ESTOQUE, uma linha de crédito para apoiar a formação de estoque em datas comemorativas. Foram escolhidas as mídias de televisão e rádio, veiculadas próximo às datas comemorativas e a folheteria quando foram confeccionados mais de 100 mil folderes. Ressalte-se ainda a campanha em jornais das capitais do Nordeste e cidades pólos.

A divulgação dos produtos e serviços do Banco para micro e pequenas empresas é feita com folder específico chegando a um marco de 100 mil folderes em 2007 e 2008. Em menor quantidade, foram os folderes confeccionados para públicos específicos como lojas de shopping centers e franquias com um volume de 30.000 mil unidades.

Ressalte-se ainda a presença sistemática do Banco em feiras e os patrocínios dos eventos com as federações de micro e pequenas empresas nos estados da sua área de atuação e a parceria com o Sebrae Nacional e os Sebraes

Estaduais, com as câmaras e associações comerciais e os patrocínios de eventos das federações de micro e pequenas empresas.

O resultado dessa nova forma de atuar do Banco junto às micro e pequenas empresas, adequando sua estrutura interna, modernizando e customizando produtos e serviços, disponibilizando as melhores condições de crédito em termos de taxas e prazos e a divulgação sistemática, já gerou um incremento no volume de operações com o segmento das micro e pequenas empresas na ordem de 695% no período 2002-2007. Com o orçamento disponibilizado para 2008 de R\$ 1 bilhão, espera-se alcançar um incremento de 960% em seis anos.

h) Número de operações e os valores contratados para custeio isolado

Vide Tabela 24A

i) Contratações por município

Vide Tabela 25 A, gravada no cd-rom em anexo

j) Saldo das operações e inadimplência por município

Vide Tabela 11 A Tabela, gravada no cd rom em anexo

k) Resultados dos acompanhamentos e fiscalizações dos projetos financiados e estimativa dos impactos sociais e econômicos

Vide capítulo 7 do presente Relatório.

l) Informações a respeito dos saldos dos financiamentos, da inadimplência, das operações renegociadas, das ações de cobranças judiciais, e dos ressarcimentos efetuados ao Fundo pelo Banco

Vide Tabelas 7 A a 12 A, 28 A a 30 A – Saldos das aplicações e inadimplência

Vide Tabelas 31 A e 32 A – Operações Renegociadas

Vide Tabelas 33 A e 34 A – Cobrança Judicial e Ressarcimentos ao Fundo

OFÍCIO Nº 2002/2008/MI de 29/04/2008 que anexou o ofício nº 02/CGFCF/DFD, de 18.04.2008, do MIN

k) inserir nos próximos relatórios informações (quantidade de contratos e valores financiados) sobre o atendimento de cada uma das prioridades estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional, apresentando comentários e considerações a respeito das prioridades que deixaram de receber assistência do FNE

O presente relatório, de uma forma geral, já contempla as informações de quantidade e valores financiados em conformidade com algumas das prioridades setoriais e espaciais estabelecidas pelo MIN. Outras prioridades, entretanto tiveram seu atendimento prejudicado em função de que o BNB precisaria estruturar sua

base de dados com vistas a atender a todos os cortes sugeridos em todas as prioridades ali estabelecidas.

Com vistas a atender às recomendações do referido Ministério, sugere-se que sejam elencados os principais itens dentre as prioridades ali enumeradas. Ressalte-se que as informações acima solicitadas envolvem todas as prioridades constantes das diretrizes do Fundo, estabelecidas pelo MIN.

l) estender, no ano de 2008, a avaliação dos impactos econômicos e sociais decorrentes da aplicação dos recursos do FNE aos demais programas operacionalizados pelo Fundo, a exemplo do procedimento adotado no Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Agroindústria do Nordeste – AGRIN

O BNB está concluindo três avaliações do FNE, sendo: a) Avaliação de Execução do FNE e dos Resultados e Impactos do FNE Comércio e Serviços e FNE Industrial; b) Avaliação de Impacto utilizando-se da metodologia Matching com Propensity Score, para os programas Industrial, Agrin, comercial, Serviços e Rural (os empreendimentos formais); c) Avaliação ex-ante, utilizando-se da Matriz de Insumo Produtos, e d) Avaliação do impacto dos financiamentos do FNE na geração de emprego, considerando o universo das empresas formais, as quais receberam financiamentos do FNE.

Os resultados preliminares das três primeiras avaliações acima descritas já estão inseridos no presente relatório, no capítulo 5. Quanto à avaliação indicada no item d, seus resultados serão demonstrados no relatório anual, em virtude de que a mesma ainda encontra-se em andamento.